

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA LOVATTI COELHO KOFFER

**A FORÇA MOBILIZADORA DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR NA
PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA**

VITÓRIA – ES

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA LOVATTI COELHO KOFFER

**A FORÇA MOBILIZADORA DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR NA
PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração “Cidade e Impactos no Território” e linha de pesquisa “Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia”.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Hermanny de Almeida.

VITÓRIA – ES
2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

K75f Koffer, Amanda Lovatti Coelho, 1997-
A FORÇA MOBILIZADORA DO BINÔMIO SUJEITO
LUGAR NA PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA / Amanda
Lovatti Coelho Koffer. - 2024.
162 f. : il.

Orientadora: Renata Hermann de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio. 2. Território. 3. Comunidades. 4. Participação
social. 5. Sujeito. 6. Lugar. I. Almeida, Renata Hermann de. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III.
Título.

CDU: 72

AMANDA LOVATTI COELHO KOFFER

“A FORÇA MOBILIZADORA DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR NA PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidad e Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 24 de abril de 2024.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermann de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Marta Vieira Bogéa
(membro externo – USP)

Prof.ª Dra. Daniela Poli
(membro externo – UniFI - Universidade de Florença)

Dra. Tatiana Caniçali Casado
(membro externo)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 06/05/2024 às 12:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/921062?tipoArquivo=O>

Entre sedimentos de passado, presente e futuro, dedico esse trabalho
àqueles que contribuem diretamente na constituição dos meus.

A Eduardo, Luciene e André.
Às Marias, Eduarda e Isabel.

AGRADECIMENTOS

Em breves palavras, busco expressar a gratidão presente na construção de um trabalho que marca o encerramento de um ciclo evolutivo, em constante renovação.

Primariamente, manifesto gratidão ao bom Deus que, por intercessão de Maria Santíssima, sob o título de Senhora da Conceição Aparecida, não me desampara, me concedendo os dons e a graça de respirar. Agradeço e entrego tudo o que tenho e sou.

Sou inteiramente grata à minha família, meus grandes amores dessa vida: meus pais, Eduardo e Luciene; e meu irmão, André. Por todo apoio, reconhecimento, conforto e amor. Agradeço e dedico o esforço empenhado em mais uma etapa que se finda. Inseparavelmente, estarei com vocês por todos os caminhos.

Estendo o agradecimento aos familiares que estiveram presentes me garantindo apoio, e me fazendo constituir o acúmulo de memória e saberes indicadores de quem sou no tempo presente; às crianças e aos adultos, minha profunda gratidão. Em especial agradeço aos meus avós, Ignez, Daniel e Acedília, pela torcida, carinho e compreensão, presentes principalmente na preparação para as visitas de campo no decorrer da pesquisa.

Aos amigos, pelo afeto e motivação, que contribuem direta ou indiretamente no percurso da pesquisa, sendo apoio para reflexões, divagações ou mesmo por serem respiro em meio às preocupações. Em específico, a Caroline e Ulisses, diretamente vinculados ao processo de finalização do trabalho. Não tenho palavras para agradecer tamanho carinho.

Sou grata à oportunidade concedida pela Universidade Federal do Espírito Santo que fundamenta mais uma vez o meu percurso acadêmico; e pela bolsa de auxílio concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, agradeço aos professores e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFES, por todas as contribuições.

À minha orientadora, professora Renata Hermann de Almeida, pelo reconhecimento, paciência e dedicação, por todos esses anos. Sou grata pela imensa contribuição em minha formação profissional e pessoal.

Agradeço ao Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento e colegas pesquisadores, pela estrutura e discussão de modos de pensar a arquitetura e o urbanismo, sob a perspectiva do território como bem comum. Em especial, agradeço ao apoio dos laços criados e fortalecidos: João, Maria Luiza, Kelly e Mariana, essenciais no percurso do mestrado; os levarei sempre comigo.

Aos interlocutores dessa pesquisa, pesquisadores e, sobretudo, moradores das comunidades de Araçatiba e Retiro, pelo acolhimento e cooperação para a constituição das minhas reflexões.

E por fim, à composição da banca, professoras Tatiana Caniçali Casado, Marta Vieira Bogéa e Daniela Poli, muito obrigada pela contribuição com o trabalho no percurso percorrido e na avaliação.

RESUMO

Assumindo o patrimônio territorial como um processo complexo, resultado de uma série de relações estabelecidas entre elementos físicos e regras estruturantes do território, compreende-se a necessidade de serem revisadas as estratégias vigentes para o reconhecimento e operação do mesmo, pois essas tendem a entendê-lo como artefato inerte, desvinculado dos processos territoriais. Desse modo, considera-se necessário que o protagonismo para a operação do patrimônio territorial seja assumido pelo habitante, na condição de sujeito-lugar e agente imerso em dinâmicas territoriais. O trabalho contribui com a discussão e a elaboração metodológica para a valorização do patrimônio territorial, por meio de processos operativos inseridos em concepção de patrimonialização proativa. Para tanto, procede-se à abordagem metodológica da Escola Territorialista Italiana – ETI, articulando e ampliando apreensões conceituais e práticas de modo transdisciplinar, entre arquitetura, filosofia e geografia. Sob abordagem qualitativa e descritiva, a metodologia de pesquisa caracteriza-se por experimental e de ações participativas. As atividades vinculadas à abordagem metodológica pretendem analisar a patrimonialização proativa enquanto concepção processual teórica e prática, elaborar e experimentar uma proposta de interação com contextos comunitários, a fim de identificar os processos locais, considerando os valores de identidade, recurso e capital territorial. Faz isso nas comunidades de Araçatiba (Viana) e Retiro (Santa Leopoldina), ambas no Espírito Santo. A interação é ancorada na observação participante, em que o pesquisador se posiciona como observador de uma realidade local, a fim de investigá-la por relação direta com os interlocutores, compreendendo o contexto da pesquisa e colhendo os dados necessários para identificação de atributos que remetam a ações vinculadas ao processo de patrimonialização proativa. Nesse sentido, o trabalho alcança uma nova interpretação a respeito do modo de atuação sobre o território enquanto patrimônio, contribuindo com o entendimento de que a força que move a patrimonialização é proveniente do vínculo sujeito-lugar e do projeto local comunitário em que se insere, através da mobilização dos habitantes em torno de um objetivo comum.

Palavras-chave: patrimonialização proativa; patrimônio territorial; comunidade; sujeito-lugar; participação social.

ABSTRACT

Assuming territorial heritage as a complex process, the result of a series of relationships established between physical elements and structuring rules of the territory, it is understood the need to review current strategies for its recognition and operation, as these tend to be understood as it as an inert artifact, disconnected from territorial processes. Therefore, it is considered necessary that the inhabitant, an agent immersed in territorial dynamics, assume the leading role in the operation of territorial heritage. Thus, the aim of this work is to contribute to the discussion and methodological development for the valorization of territorial heritage, based on concepts referring to proactive patrimonialization, disconnected from institutions, through the actions of a projecting community. To this end, the methodological approach of the Italian Territorialist School – ETI is adopted, articulating and expanding conceptual and practical understandings in a transdisciplinary way, between architecture, philosophy and geography. Under a qualitative and descriptive approach, the research methodology is characterized by experimental and participatory actions. The activities linked to the methodological approach intend to analyze proactive patrimonialization as a theoretical and practical procedural conception, develop and experiment a proposal for interaction with a community context in order to identify local processes, considering the values of identity, resource and territorial capital. The interaction is anchored in participant observation, in which the researcher positions himself as an observer of a local reality, in order to investigate it through a direct relationship with the interlocutors, understanding the context of the research and collecting the necessary data to identify attributes that refer to actions linked to the proactive patrimonialization process. In this sense, the work aims to achieve a new interpretation regarding the way of acting on the territory as heritage, contributing to the understanding that the force that moves patrimonialization comes from the subject-place link and the local community project in which it is inserted, through the mobilization of inhabitants around a common objective.

Keywords: proactive patrimonialization; territorial heritage; community; subject-place; social participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama relacional do mecanismo proativo	30
Figura 2: Diagrama processual-relacional para a patrimonialização proativa	39
Figura 3: Composição da ação de identificação	44
Figura 4: Composição da ação de consciencialização	45
Figura 5: Composição da ação de participação	45
Figura 6: Composição da ação de criação	48
Figura 7: A duração como espectro	52
Figura 8: A relação entre as estruturas rizomáticas e o tecido (croqui representativo)	55
Figura 9: Constelação conceitual	64
Figura 10: Composição e funcionamento de um sistema	74
Figura 11: Localização das comunidades e interfaces com o contexto metropolitano	81
Figura 12: Contextualização territorial da comunidade de Araçatiba, Viana/ ES	86
Figura 13: Vista para o entorno da comunidade, evidenciando as grandes áreas de pastagem	88
Figura 14: Vista direcionada à entrada da comunidade, ressaltando as grandes áreas de pastagem no entorno	88
Figura 15: Vista parcial da comunidade e igreja de Nossa Senhora D'ajuda por volta dos anos 1950	89
Figura 16: Vista parcial da comunidade e igreja de Nossa Senhora D'ajuda no ponto mais alto do território comunitário	89
Figura 17: Vista parcial da comunidade com destaque para a o Morro de Araçatiba, ao fundo	90
Figura 18: Vista parcial da comunidade indicando o baixo movimento nas ruas, em visita realizada em dia útil	90
Figura 19: Interação com a comunidade nas atividades do I Encontro de Co-planejamento, à esquerda as entrevistas em profundidade e projetivas, e à direita atividade lúdica com as crianças	92

Figura 20: Interação com a comunidade nas atividades do I Encontro de Co-planejamento	93
Figura 21: Interação com as crianças da comunidade nas atividades do I Encontro de Co-planejamento	93
Figura 22: Contextualização territorial da comunidade de Retiro, Santa Leopoldina/ ES	95
Figura 23: Vista do curso d'água que corta o território comunitário	98
Figura 24: Vista parcial de Retiro, em estrada interior ao contexto comunitário; região de cota mais elevada	98
Figura 25: Vista parcial de Retiro, em estrada paralela ao curso d'água, com ênfase no distanciamento entre as edificações	99
Figura 26: Vista parcial de Retiro, na região central, com ênfase no distanciamento entre as edificações	99
Figura 27: Vista parcial da comunidade de Retiro, no centro do povoado, apresentando o edifício da igreja católica, em destaque ao meio e os acessos à escola de ensino infantil (à esquerda) e ao Centro Comunitário (à direita)	100
Figura 28: Sinalização de proibição de banho em trecho do rio destinado à captação de água	101
Figura 29: Sinalização indicando área reservada ao uso de proprietários e familiares	101
Figura 30: Encontro para exibição do curta-metragem produzido na comunidade em 2007, e roda de conversa sobre a comunidade quilombola	103
Figura 31: Funcionamento das engrenagens em Araçatiba	119
Figura 32: Funcionamento das engrenagens em Retiro	128
Figura 33: Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável	154
Figura 34: Revisão do esquema analítico-processual proposto por Nossa (2020)	155
Figura 35: Indicação da força de atuação da patrimonialização proativa a partir do esquema analítico-processual de Nossa (2020)	157
Figura 36: Identificação das ações provenientes do mecanismo proativo dentro dos processos relacionais voltados à atuação sobre o território, a partir da contribuição de Nossa (2020) ...	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese metodológica da pesquisa	21
Quadro 2: Taxonomia do capital territorial	37
Quadro 3: Por uma lógica dos atos territorializantes	57

SUMÁRIO

PREÂMBULO	14
1. INTRODUÇÃO	17
2. A PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA PROTAGONIZADA PELO VÍNCULO ENTRE SUJEITO E LUGAR	23
2.1. A PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA	25
2.1.1. A ativação do binômio recurso-identidade territorial.....	32
2.2. COMPOSIÇÃO DO MECANISMO PROATIVO.....	38
2.2.1. As engrenagens e o funcionamento do mecanismo.....	38
2.2.2. A composição das engrenagens em ações e atributos.....	42
2.3. DISCUSSÃO DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR POR UMA CONSTELAÇÃO CONCEITUAL.....	48
2.3.1. A duração como atributo subjetivo, parâmetro para a revelação de sedimentos memoriais	52
2.3.2. A ação intencional sob dimensões simbólicas, práticas e sensoriais	56
2.3.3. Síntese conceitual para subsidiar a discussão metodológica	61
3. ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS NA INTERAÇÃO PESQUISADOR-COMUNIDADE.....	66
3.1. CONCRETIZAÇÃO EM PROJETO DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR: COMUNIDADE PROJETANTE	67
3.2. ENTRE ATORES, INSTRUMENTOS E PROCESSOS	72
3.2.1. Os eventos que compõem o sistema metodológico.....	73
3.2.2. A observação participante como estratégia de interação pesquisador-comunidade	77
3.3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA INTEGRAÇÃO PESQUISADOR-COMUNIDADE...	79
3.3.1. Comunidade de Araçatiba, Viana/ ES.....	85
3.3.2. Comunidade de Retiro, Santa Leopoldina/ ES	94
4. SÍNTESE DO VÍNCULO PESQUISADOR-SUJEITO-PROCESSO	106

4.1. A EXPERIÊNCIA NAS COMUNIDADES COMO PERSPECTIVA AVALIADORA	108
4.1.1. O funcionamento das engrenagens na comunidade de Araçatiba	111
4.1.2. O funcionamento das engrenagens na comunidade de Retiro	119
4.2. AVALIAÇÃO DO MECANISMO PARA ALCANÇAR A PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA.....	129
4.2.1. A força e as condicionantes para a ativação da patrimonialização proativa	136
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
APÊNDICE A: Dinâmica analítico-processual e articulação proativa na Escola Territorialista Italiana	150
ANEXO I	161

PREÂMBULO

Entende-se ser importante fazer considerações a respeito da trajetória que leva à temática desta pesquisa, considerando, principalmente, a aproximação com a Escola Territorialista Italiana até o surgimento do estudo da patrimonialização como potencial para as investigações realizadas atualmente.

O primeiro contato com a teoria territorialista italiana acontece na graduação, em 2019, em aproximação com o Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento – Patri_Lab/ UFES, como pesquisadora voluntária de Iniciação Científica, a convite da Prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida. O subprojeto, intitulado “*Projetos representacionais do patrimônio territorial*” direciona-se à leitura dos processos de transformação do território, a partir da unidade de bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, recortada pelo município de Santa Leopoldina/ ES. Esse se insere na dupla temática *patrimônio territorial e representação* e visa documentar e representar o patrimônio territorial e seus sistemas, com o auxílio de geotecnologias, identificadoras de regras de uso, manutenção e transformação do território e capazes de subsidiar a elaboração de metodologias e de instrumentos de intervenção em estrutura pré-existent.

Concomitantemente, a compreensão do discurso coordenado por Alberto Magnaghi é ampliada com a disciplina de Urbanismo III, pela qual pôde-se evidenciar o patrimônio territorial incorporado às propostas e ações de planejamento na escala urbana e regional. Em revisão à teoria do patrimônio, no entanto, na disciplina Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural apreende-se o corpus teórico que leva à operação dos bens patrimoniais nos dias atuais. Entretanto, essa compreensão direciona-se a algumas reflexões principalmente vinculadas à epistemologia do patrimônio e às ações de operação do mesmo.

O desenvolvimento da tríade entre a pesquisa e as aulas de teoria e projeto, contribui não somente pela introdução ao aporte teórico e metodológico, mas por fomentar uma reflexão a respeito dos processos vigentes de salvaguarda, atrelados ao modo de organização de sistemas socioeconômicos, principalmente por propor revisão das apreensões sobre o território e sobre o patrimônio. As principais perguntas decorrentes da reflexão são: *Os bens patrimoniais têm sido realmente valorizados ou utilizados propriamente para o consumo? De que maneira as ações vigentes têm impactado negativamente a valorização de bens considerados de valor para um grupo social? Em que medida a população insere-se nos processos de decisão para a*

valorização do patrimônio? – A partir dessas perguntas é que se inicia a elaboração do plano de pesquisa para o projeto de graduação, no ano de 2020.

Também sob orientação da Prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida, o projeto intitulado “*A patrimonialização proativa para um projeto local de desenvolvimento. Fundamentos para a democratização da salvaguarda do patrimônio territorial*” (KOFFER, 2021) é motivado pelo questionamento aos processos de patrimonialização evidentes no cenário contemporâneo brasileiro, principalmente em um recorte direcionado ao desenvolvido no estado do Espírito Santo. Assim, desdobra-se a pesquisa de alternativas para a reformulação de estratégias de salvaguarda do patrimônio, compreendido por uma perspectiva territorial.

A estrutura do trabalho é organizada em três momentos: (1) pela compreensão do percurso teórico territorialista italiano que leva à necessidade de uma patrimonialização proativa, (2) por compreensão da dimensão participativa como catalisadora da patrimonialização, estudando diversos procedimentos e instrumentos potenciais, (3) e a posterior formulação de uma dinâmica processual para a patrimonialização proativa incorporada à teoria italiana.

O projeto desenvolvido compreende uma elaboração preliminar, a qual, devido ao tempo da pesquisa não pôde alcançar diversas lacunas e questionamentos, os quais permaneceram latentes. Dentre esses, encontram-se: o desdobramento do processo e sua inserção em uma estrutura social pré-definida; definição de instrumentos e práticas efetivamente necessários para iniciá-lo; e, principalmente, a necessidade de investigar a força efetivamente mobilizadora de ações de patrimonialização, ou seja, o modo de movimentar os processos, ou a motivação inicial das ações. Todos os questionamentos e curiosidades levam à continuação das investigações no âmbito do mestrado, incorporando e articulando noções de outros campos do conhecimento para discutir a estruturação do objeto metodológico e ampliar noções constituídas até então.

É válido complementar, ainda, que a compreensão da revelação do patrimônio territorial pelo vínculo com o lugar, faz questionar a ausência desse vínculo no âmbito pessoal. Desde a graduação, sempre fora observado colegas se debruçando por recortes territoriais condizentes com suas respectivas trajetórias de vida, locais representantes de um legítimo vínculo cognitivo. No entanto, mesmo após 26 anos vivendo em um mesmo local, nunca foi uma realidade a existência de raízes tamanhas, que tanto me afetassem enquanto sujeito que corrobora para a elaboração de um projeto local. Esse antagonismo faz questionar também quais fatores influenciam diretamente a construção do vínculo entre as pessoas com seus lares e lugares de afeto. Em algum momento da pesquisa essa reflexão se tornou uma crise, pois parecia hipocrisia

investigar justamente o oposto das vivências cotidianas que me atravessam: o esvaziamento do vínculo com o lugar. No entanto, entende-se também a ausência como motivação e justificativa de pulsões subjetivas e/ou intuitivas. Nesse sentido o direcionamento teórico e prático é impulsionado por uma vontade interna, não só racional/ funcional, mas também emocional.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo contempla investigação teórico-conceitual direcionada a contribuir com a discussão e elaboração metodológica de valorização do patrimônio territorial, por uma patrimonialização proativa, sobretudo entendendo a dinâmica de patrimonialização sob o olhar do sujeito e sua relação com o território-patrimônio. Nesse sentido, a investigação é orientada pela reflexão de teoria e método da Escola Territorialista Italiana – ETI¹, com ênfase nas contribuições da professora Daniela Poli², as quais corroboram o estudo de políticas de salvaguarda e valorização do patrimônio territorial para garantia do desenvolvimento do território de modo autodeterminado.

O estudo parte dos resultados e discussões apresentados no trabalho de conclusão de curso “A Patrimonialização Proativa para um projeto local de desenvolvimento. Fundamentos para a salvaguarda do Patrimônio Territorial” (2021)³, cujas noções discutidas tornam-se determinantes para a organização da estrutura processual para a patrimonialização proativa, a partir do que pressupõe Daniela Poli (2015).

Além disso, o trabalho promove uma experimentação conceitual articuladora e ampliadora de apreensões e práticas de modo transdisciplinar, entre arquitetura, filosofia e geografia. Essa perspectiva se dá por entendimento da estrutura para a identificação e valorização do patrimônio territorial ser fundamentada por tramas processuais complexas e envolventes de ações simbólicas, práticas e sensoriais concernentes à subjetividade da relação sujeito-lugar.

O patrimônio territorial é um conceito desenvolvido pela ETI, identificado como síntese de processos de territorialização, determinados por sedimentos territoriais⁴ constituintes do

¹ A Escola Territorialista Italiana (ETI) é criada e coordenada por Alberto Magnaghi, arquiteto e professor emérito da Universidade de Florença, e conta com a participação de diversos pesquisadores e laboratórios multidisciplinares de universidades italianas. As pesquisas e investigações desenvolvidas são orientadas aos processos voltados ao território e ao patrimônio territorial, com o intuito de colaborar com projetos direcionados ao desenvolvimento local autossustentável.

² Daniela Poli é professora de Técnica e Planejamento Urbano da Universidade de Florença nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu. Junto a Alberto Magnaghi, dirige o *Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti* (LaPEI), com o qual desenvolve investigação teórica e aplicada sobre os temas multidisciplinares do planejamento territorial que visem as práticas de autogoverno e autossustentabilidade do território, na perspectiva da valorização do patrimônio territorial e paisagístico.

³ Trabalho apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Desenvolvido a partir de uma investigação do aporte teórico apresentado pela Escola Territorialista Italiana, em comum diálogo com as pesquisas realizadas no Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento - Patri_Lab, da mesma universidade.

⁴ Os sedimentos territoriais consistem em traços da constituição do tipo territorial e são fundamentos para a definição das invariantes estruturais (regras estruturantes do território). Segundo Magnaghi (2001), podem ser

*millieu*⁵, como resultado de uma série de relações estabelecidas entre elementos físicos e regras estruturantes do território. É reconhecido pela atribuição de valores por atores sociais, em prol da valorização da memória coletiva local, sendo referência para a construção e manutenção da história e memória de diferentes temporalidades em um mesmo recorte espacial. Desse modo, compreende não somente a herança de um corpo coletivo, mas um processo estabelecido pela constante dinamização entre as camadas territoriais – ambiental, construída e antrópica –, caracterizando paisagem e território e, por consequência, a identidade dos lugares.

Para Daniela Poli (2013), as organizações estratégicas de atuação sobre o território devem constituir-se de oportunidades para a formação de uma “comunidade projetante”, encaminhada pelo fortalecimento da identidade de projeto⁶. A comunidade projetante é reconhecida por meio de construções conjuntas, viabilizadas por um plano de envolvimento da comunidade, em estratégias alternativas à hierarquização, autoridade e dominação da sociedade em processos decisórios. Nesse sentido, a autora discute a patrimonialização proativa como um meio potencial de alcançar tais estratégias (POLI, 2015). Esse processo é também compreendido como propulsor do desenvolvimento local autodeterminado, integralmente inserido na dinâmica de constituição e transformação territorial. Segundo a autora, a ativação da patrimonialização acontece a partir da sinergia entre valores de *identidade*, *recurso* e *capital territorial*, reconhecidos sob processos que definem o habitante, indivíduo e corpo coletivo, como protagonista das ações.

A nomeação da patrimonialização proativa é realizada por Daniela Poli no artigo intitulado “*Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva*”⁷ (2015) para o que preliminarmente se compreende como patrimonialização participativa. A partir do proposto pela autora, entende-se, a participação é verificada como um dos fatores-chave para a ativação da sinergia dos valores apresentados previamente. No entanto, somente por ela não se garante a operação dos sedimentos territoriais valorados, sendo necessário compor um sistema com outras ações articuladas entre si.

cognitivos – de sabedoria ambiental ou identitária –, ou podem ser materiais – conotados como permanências ou persistências retificadas na paisagem.

⁵ Meio (tradução nossa). Relação entre sedimentos territoriais cognitivos, ou seja, ambientais e de identidade, não limitados a aspectos materiais (MAGNAGHI, 2001).

⁶ Conceituação apresentada e discutida por Manuel Castells em “O poder da identidade” (2003).

⁷ O patrimônio territorial entre capital e recursos nos processos de patrimonialização proativa. Tradução nossa.

À medida do avanço da revisão dos processos de patrimonialização, Poli (2015) a compreende não como uma abstração teórica, mas como um fundamento operativo. Na elaboração conceitual da autora, a metodologia é apresentada em pressupostos, ausentes de detalhamento de processos, sujeitos e instrumentos envolvidos. Desse modo, propõe-se desenvolver possibilidades metodológicas, a partir das diretrizes indicadas pela autora. Para tanto, procede-se à revisão bibliográfica e análise da proposição da Escola Territorialista Italiana - ETI, sobretudo a partir da produção de Daniela Poli, visando alcançar um processo proativo de operação do patrimônio territorial.

Além da participação, outras ações paralelas são reivindicadas para a ativação da dinâmica de patrimonialização, como: (a) a consciencialização do corpo coletivo, (b) a identificação dos ativos territoriais e dos valores locais e (c) a criação de valores adicionais para a operação do patrimônio territorial identificado. Os itens (b) e (c) são apresentados pela autora como pressupostos para a patrimonialização proativa, já os demais são propostos a partir interpretação do aporte teórico e metodológico.

A dinâmica entre as ações supracitadas constitui o objeto dessa pesquisa, visando corroborar para a formulação de um esquema relacional envolvente da estruturação e transformação do território e do patrimônio territorial, ao longo do tempo, em uma lógica voltada para o desenvolvimento autodeterminado.

Com a revisão bibliográfica e a fundamentação teórica, entende-se, as atuais estratégias de preservação patrimonial, institucionalizadas, sobretudo, tendem a interpretá-lo de maneira a satisfazer interesses de mercado, sob constante e exaustiva exploração e esgotamento dos recursos potenciais, por se afastarem dos lugares e dos sujeitos locais. Assim sendo, o estudo da patrimonialização proativa e a esquematização dos processos inerentes a essa consistem em vias favoráveis para a formulação de estratégias contrapostas às preestabelecidas principalmente por instituições. Desse modo, intenta-se propor uma tipologia metodológica para o desenvolvimento processual da patrimonialização proativa, indicando sua força mobilizadora, por incorporação de processos, instrumentos e articulações às ações pressupostas.

Além disso, compreende-se as ações inerentes à patrimonialização proativa como um modelo a ser aplicado e adaptado de acordo com o as demandas locais e o projeto incitado pelos habitantes. Por esse motivo, indica-se, como hipótese, que a metodologia para a patrimonialização proativa deve ser estruturada de modo aberto, sem restrições ou hierarquias, pois, se a mesma consiste em um processo diretamente relacionado com a característica dos

lugares, seus desdobramentos também ocorrem conforme a dinâmica e característica dos mesmos. A partir desse entendimento, busca-se articular a síntese metodológica da pesquisa para alcançar os resultados esperados.

Portanto, o trabalho tem como objetivo central a discussão e elaboração metodológica para a valorização do patrimônio territorial, por uma patrimonialização proativa, desenvolvida pela concretização projetual do vínculo entre sujeito e lugar. Nesse sentido, recorre a um estudo aplicado ao processo de revelação da subjetividade entre sujeito-lugar, para designar fatores mobilizadores da ativação de atributos de identidade, recurso e capital territoriais.

Para tanto, possui como objetivos específicos: (i) análise descritiva da concepção processual para a patrimonialização proativa no âmbito teórico-conceitual; (ii) compreensão do vínculo entre sujeito e lugar, evidenciando fatores influenciadores da constituição de um projeto local, tais como a identidade de projeto e a organização de uma comunidade projetante; (iii) elaboração e experimentação de proposta de interação em contexto comunitário, considerando a identificação de sedimentos componentes de ações presentes na dinâmica territorial local; e (iv) compreensão do movimento do mecanismo proativo por identificação de sua força mobilizadora.

Quanto à metodologia de pesquisa, sob abordagem descritiva e qualitativa, em que se busca a "descrição de um objeto, com objetivo de conhecê-lo profundamente" (SERRA, 2006, p. 81), essa caracteriza-se por experimental, pois "pretende realizar eventos planejados, em ambiente controlado, visando realizar as observações que conduzirão à conclusão" (SERRA, 2006, p. 78) e de ações participativas por "envolver o pesquisador e determinados grupos sociais, no intuito de encontrar soluções para os problemas desses grupos, de maneira conjunta" (SERRA, 2006, p. 78).

Assim sendo, o trabalho desenvolve-se a partir das atividades de: (a) revisão bibliográfica e estudo aprofundado da abordagem teórico-conceitual q fundamentadora da patrimonialização proativa; (b) articulação de noções teóricas e práticas para norteamento das interações pesquisador-comunidade; (c) definição e aplicação de estratégia interacional, delimitando processos, instrumentos e sujeitos; e (d) análise e qualificação das experiências com comunidades para indicação do mecanismo proativo.

Conforme o andamento dos processos inerentes à pesquisa, busca-se alcançar resultados/ metas relativas tanto à resposta aos objetivos quanto ao alargamento da discussão de estratégias para a valorização do território-patrimônio, a partir de métodos efetivos de salvaguarda. Dessa

maneira, pretende-se avançar na análise e descrição da patrimonialização proativa, para a resolução de conclusões tanto sobre a interpretação patrimonial, como propriamente, sobre o processo de interpretação, revelação e operação dos valores locais.

Ainda, por subsidio da estratégia de interação pesquisador-comunidade, o trabalho visa propor condicionantes para ação de sujeitos, em contextos de fortalecimento da comunidade projetante, considerando a mobilização das ações de patrimonialização, amparadas pelo projeto de desenvolvimento territorial local, e, portanto, por evidência do vínculo sujeito-lugar. Desse modo, busca reconhecer ações territorializantes – simbólicas, práticas e sensoriais –, inerentes à subjetividade das ações intencionais do sujeito frente ao território, para a composição de um processo de valorização do patrimônio territorial. Ademais, considerando a leitura de ações processuais em objeto-concreto, espera-se elucidar concepções teórico-metodológicas para a patrimonialização, propondo um mecanismo proativo e identificando sua força mobilizadora. Em síntese, pretende-se alcançar uma proposta teórico-metodológica viabilizadora de discussões voltadas a novas possibilidades de operação do patrimônio territorial.

Quadro 1: Síntese metodológica da pesquisa

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PLANO DE ATIVIDADES	RESULTADOS/ METAS
Discussão e elaboração metodológica para a valorização do patrimônio territorial, por uma patrimonialização proativa	Análise descritiva da concepção processual para a patrimonialização proativa no âmbito teórico-conceitual	Revisão bibliográfica e estudo aprofundado da abordagem teórico-conceitual que fundamenta a patrimonialização proativa	Avançar na análise e descrição da patrimonialização proativa e seus atributos/ componentes
	Compreensão do vínculo entre sujeito e lugar (projeto; identidade de projeto; <i>comunita progettanti</i>)	Articulação de noções teóricas e práticas para norteamiento das interações pesquisador-comunidade	Propor condicionantes para ação de sujeitos, em contextos de comunidade projetante
	Elaboração e experimentação de proposta de interação em contexto comunitário	Definição e aplicação de estratégia interacional, delimitando processos, instrumentos e sujeitos	Reconhecer atos territorializantes inerentes ao vínculo sujeito-lugar, para a composição de um processo de valorização patrimonial
	Compreensão do movimento do mecanismo proativo – identificação da força mobilizadora	Análise e qualificação das experiências com comunidades para indicação do mecanismo proativo	Propor mecanismo proativo e força mobilizadora do binômio sujeito-lugar na patrimonialização proativa

Fonte: Elaborado pela autora

Para tanto, a dissertação é estruturada em três momentos, iniciados e finalizados pelos capítulos de introdução e considerações finais, seguidos por: (a) apresentação do referencial teórico-

conceitual e metodológico, propondo discutir e avançar na compreensão da patrimonialização proativa enquanto mecanismo estruturado em ações protagonizadas pelo vínculo entre sujeito e lugar; (2) discussão e aplicação metodológica, evidenciada por articulações teóricas e práticas que permitem qualificar os contextos territoriais comunitários nos quais propõem-se as ações participativas, delimitando instrumentos e procedimentos para a obtenção de resultados; e (3) descrição analítica e sintética do vínculo pesquisador-sujeito-processo, de modo a evidenciar, pelas experiências realizadas, a força do binômio sujeito-lugar na ativação de ações para valorização do território-patrimônio, partindo do mecanismo proativo.

2. A PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA PROTAGONIZADA PELO VÍNCULO ENTRE SUJEITO E LUGAR

Na contemporaneidade, as dinâmicas econômicas mercadológicas encerram os bens materiais e imateriais territoriais em um sistema de monetização amplamente difundido. Apesar de essas dinâmicas ocorrerem majoritariamente de maneira intencional, não estão salvos casos em que despropositadamente são expostas ao sistema econômico por abordagens estritamente funcionais, pelo fato de estarem subordinadas à produção e consumo do espaço.

Poli (2015) indica a captura do patrimônio pelo mercado de modo cada vez mais intenso, com consequente qualificação desse como bem de consumo, salientando que a salvaguarda e a valorização patrimonial nada possuem de caráter limitador para o desenvolvimento. Pelo contrário, indicam uma efetiva concretização do desenvolvimento em caráter majoritário, abrangendo diversos setores da sociedade, resolvendo demandas coletivas, em perspectiva de evolução do território. Salienta Magnaghi, “o desenvolvimento local baseado na valorização do patrimônio não tem limites, nem escalas, nem atores pré-constituídos” (2011, p. 111, tradução nossa). Nesse contexto de ideias, Poli (2015) orienta a reconfiguração das estratégias de produção e mercado, para as riquezas locais gerarem novas riquezas, duradouras, para as comunidades às quais pertencem. Entendendo ser imprescindível o viés unificado entre patrimônio e desenvolvimento, cabe a elaboração de estratégias integradas para o entendimento dessa unidade, em um processo coeso às discussões econômicas, na lógica de reinvestimento dos recursos locais.

Em contraposição a esse cenário, identificam-se abordagens cognitivas vinculadas ao desenvolvimento local assumindo cada vez mais importância em cenários de projeto e planejamento, ao passo em que substituem as abordagens funcionais enraizadas nas ações territoriais, a necessidade de compreensão das relações complexas inerentes ao meio, fundamentadoras de cenários enfrentados por agentes econômicos (CAMAGNI, 2009). A substituição de abordagens funcionais hierárquicas para um modo de operação integrado, considerando aspectos inerentes a todas as camadas territoriais, consiste em um movimento essencial para o enfoque territorialista se estabelecer como potência para os processos de planejamento e projeto territoriais.

Nesse contexto, o entendimento e a identificação do patrimônio territorial torna-se mais do que chave para compreender como o entrelaçamento desses sedimentos, camadas, relações de

poder, energias e atores sociais se estabelece, considerando o projeto local como norteador do reconhecimento, identificação, interação e criação sobre o mesmo. O patrimônio territorial é entendido por Magnaghi (2010) como uma construção histórica que avança na medida da interação das ações antrópicas sobre a natureza, transformando-a em território, por processos sociais e atos territorializantes. Nessa condição, o patrimônio se apodera de importância indissociável das dinâmicas sociais, constituindo valores de influência direta nas temáticas discutidas e resolvidas pelo planejamento.

Conforme Poli (2015), o enfoque das discussões sobre o patrimônio pensado em perspectivas territoriais consiste em novo e importante olhar sobre o conceito e formas de operá-lo, uma perspectiva vinculada à importância das dinâmicas sociais, constituindo valores próprios para a resolução de problemas de processos de planejamento. Para a autora, o patrimônio territorial, ao sustentar sedimentos provenientes das fases de transformação territorial, apresenta valores materiais e processuais, estabelecendo-se como um processo em constante mutação. Desse modo, seu entendimento deixa de ser direcionado para ativos e objetos isoladamente estáticos no tempo, para passar a admitir a ideia de processo, uma coevolução entre os sedimentos naturais e culturais componentes do território, em um movimento ininterrupto: “o patrimônio não é dado, mas construído” (POLI, 2015, p. 124). O que torna concreta a abstração de um patrimônio territorial processual é a valoração dos sedimentos que o compõem, a qual somente é possível a partir do sujeito/ habitante, em um processo de patrimonialização ocorrido de modo proativo, como defende a autora.

Diante do exposto, sob análise teórica transdisciplinar entre autores da arquitetura e urbanismo, da geografia e da filosofia, o presente capítulo é desenvolvido com o objetivo de alcançar a fundamentação teórica e conceitual do estudo voltada à alteração das abordagens funcionais de atuação perante o território-patrimônio, considerando articular relações processuais e seus atributos inerentes, a partir de diferentes pontos de análise e de noções pré-fundamentadas em campos distintos do conhecimento. Essas articulações pretendem alcançar o entendimento da patrimonialização proativa como alternativa poiética para o fortalecimento das abordagens cognitivas indicadas por Camagni (2009), nas ações de valorização do patrimônio territorial.

Essas noções são discutidas em três momentos: o primeiro visa estruturar a patrimonialização proativa a partir do entendimento de patrimônio territorial e de processos de valorização a partir do que orienta e fundamenta a Escola Territorialista Italiana; o segundo momento organiza os pressupostos indicados por Daniela Poli (2015) para o desenvolvimento processual da

patrimonialização, a partir da elaboração e descrição compositiva de mecanismo para sua operação; e o terceiro momento vincula os processos descritos anteriormente com o principal protagonista das ações da patrimonialização: o habitante, identificado pela díade sujeito-lugar. Para tanto, busca mapear conceitualmente noções fundamentais para a compreensão da posição do sujeito diante do território e, principalmente, perante a duração, intermediada pela composição temporal entre passado, presente e futuro.

2.1. A PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA

A importância do patrimônio territorial na discussão do contexto geográfico contemporâneo é afirmada por Daniela Poli (2015), principalmente por esse mesmo patrimônio assumir função estratégica na vivência de sociedades que o tomam como consciência. Sob o pretexto de defesa de um processo de valorização orientado para o desenvolvimento local, a autora aponta que o conceito de patrimônio se amplia em termos tipológicos, geográficos e temporais, sendo requalificado pela superação das dicotomias natureza-cultura e desenvolvimento-conservação (NOSSA, 2020).

Por contribuição de Poli (2015), a noção de patrimonialização proativa é desenvolvida pela identificação do valor de identidade do território, incorporado aos valores de recurso e capital territorial. O processo não implica a institucionalização do patrimônio, pois o compreende como processo intrínseco a um lugar, no qual atores locais são protagonistas, detentores do patrimônio territorial – bem comum. Nesse sentido, o habitante atua para que os recursos potenciais revelados no território sejam reinvestidos e retornem como benefícios.

Em termos conceituais, a relevância da contribuição da autora está na passagem da condição nômade do patrimônio (CHOAY, 2001), para a compreensão de sua dimensão processual e vinculada aos lugares. Dessa forma, associando a discussão às ciências sociais, o patrimônio é entendido como processo em constante movimento, tornando sua operação dinâmica, ao envolver múltiplas variáveis. Essa ideia esclarece a razão das dificuldades enfrentadas pelas estratégias de patrimonialização em curso, considerando que as mesmas não se estruturam em metodologia concernente à complexidade do patrimônio como processo.

A ideia de um patrimônio em constante movimento, ou em constante transformação, advém de abordagem da ETI que o compreende não somente como um componente territorial, mas como o próprio território, “organismo vivo de alta complexidade” (MAGNAGHI, 2010, p. 54), que

pode ser dissipado, preservado ou valorizado⁸. Portanto, a partir da interação entre sujeito e território, o processo de patrimonialização com vistas ao desenvolvimento autodeterminado efetivamente ocorre. Ainda, considerando os indicativos de Daniela Poli, pode-se afirmar, os movimentos de atuação e vivência no território, determinam os valores a serem postos em sinergia, para a ativação da patrimonialização. Com essa contribuição, entende-se, o processo de valorização do patrimônio deve ser moldado pelos lugares, encontrando nas dinâmicas locais, possibilidades de operação e identificação dos valores.

Daniela Poli (2015), então, orienta estratégias para operação do patrimônio voltadas ao desenvolvimento das riquezas locais – sedimentos materiais e imateriais – à geração de mais riquezas para o território. A patrimonialização proativa, assim, é entendida como um panorama ideal para a operação do patrimônio territorial (NOSSA, 2020), um processo identificador dos componentes de identidade e recurso do território a serem articulados em sinergia.

Diante do que apresenta a autora, pode-se perceber o patrimônio territorial como um elemento unificador e potencializador de um fortalecimento da identidade e da economia dos lugares. Segundo Poli (2015), ainda que os sedimentos territoriais possíveis de serem valorizados estejam concentrados e localizados em lugares de ação exploratória intensa, as riquezas acumuladas disponíveis permanecem fundamentais “para um novo pacto coevolucionário entre sociedade e território” (POLI, 2015, p. 7). Desse modo, pode-se entender que o desencadeamento dos processos de salvaguarda independe da “pureza” dos lugares, pois a patrimonialização não está interessada nas ações externas sobre eles, mas no que sobrevive dessas ações e permanece vivo, internamente, a partir da relação dos sujeitos com os mesmos.

A partir de estudos de representação e interpretação do patrimônio realizados pela autora⁹, junto a organizações e à gestão pública em regiões importantes da Itália, verifica-se que o patrimônio territorial é reivindicado principalmente com a presença da narrativa e documentação vinculadas à comunidade local, que pode se reconhecer como detentora do território a partir da consciência de lugar, para a ativação de recursos potencializadores do desenvolvimento do

⁸ Conforme Magnaghi (2001, p. 2), como qualquer bem patrimonial, o território pode ser consumido, como acontece pela sociedade industrial e o crescimento econômico; preservado, visando encerrar o consumo de recursos ambientais e territoriais, rumo ao desenvolvimento e compatibilidade ambiental; e valorizado, assumindo um conjunto interativo dos sistemas ambientais, territoriais e urbanos, com as civilizações e suas respectivas culturas locais.

⁹ Relatados nas publicações “*Rappresentazioni identitarie e processi partecipativi per la salvaguardia del patrimonio territoriale*” (2011) e “*Democrazia e pianificazione del paesaggio: governance, saperi contestuali e partecipazione per elevare la coscienza di luogo*” (2013).

mesmo. Para tanto, a autora indica que a integral participação da sociedade em processos atrelados à valorização do patrimônio territorial, atua diretamente como fator catalisador da patrimonialização (POLI, 2011, p. 54). À vista disso, atribui a necessidade de integração e diálogo entre os atores sociais, esmorecendo o conflito de ideais em prol de ações para a obtenção de cenários comuns, transformando o potencial de resistência entre os ativos em energia para o projeto.

Por esse motivo, a percepção de dilemas coletivos e contextos específicos de cada local se torna processo chave para o bom funcionamento de um mecanismo proativo, quando incorporado em determinado recorte sócio-espaco-temporal. A operação do patrimônio territorial deve ser correlata a esses contextos territoriais, relacionando valores de identidade, recurso e capital; somente assim, esse patrimônio constitui um impulso ao desenvolvimento dos lugares.

Um processo implica, por definição, “atividades ordenadas, tarefas colocadas sequencialmente e a partir de um plano de ação racional” (SERRA, 2006, p. 59). Entender o patrimônio territorial e, principalmente, a patrimonialização proativa como processo, requer ter à disposição uma estrutura minimamente ordenada para ser possível alcançar os resultados esperados. Ao discorrer sobre as indicações para a patrimonialização proativa, Poli (2015) apresenta quatro pressupostos para o desenvolvimento processual, evidenciados para além da reflexão sobre os valores de existência e de recurso no binômio recurso-identidade territorial. Assim, em ações públicas coletivas sobre o território, estabelece: (a) Identificação de uma ou mais heranças territoriais, realizada pela comunidade local; (b) Identificação e ativação do componente referente aos recursos territoriais, os quais são tomados de acordo com as diferentes trajetórias culturais, simbólicas e econômicas; (c) Identificação e fortalecimento simultâneo do componente relativo à identidade territorial, em atividades que suscitem o conhecimento simbólico, cognitivo e contextual; (d) Criação de valor territorial adicional determinante de oportunidades para a sociedade local.

Por consequência da complexidade do percurso, as ações, os instrumentos e os sujeitos vinculados ao processo de patrimonialização não são facilmente identificados nos pressupostos, ou mesmo limitam-se a ações genéricas que subscrevem processos a serem revelados. Portanto, buscam-se, por análise da produção bibliográfica, pistas de ações orientadoras da proposta metodológica para a patrimonialização proativa. Os pressupostos apresentados indicam o reconhecimento de heranças, de trajetórias culturais, simbólicas e econômicas, além de saberes e valores adicionais, determinando uma articulação direta entre ação e valor, especificamente no intuito de identificar e criar. Ações de criação e identificação são indissociáveis da proposta

metodológica. No entanto, para além, outros termos se destacam nos pressupostos e na construção conceitual, a partir da representação, da participação e da ativação de identidade e recursos revelados.

O primeiro pressuposto indicado apresenta a importância do reconhecimento territorial, a partir dos sedimentos que o compõem e constituem o *milieu*. Esses sedimentos são ativos potenciais a serem valorados, mas apresentam o território como ele é e está, no determinado recorte sócio-espaço-temporal, em todas as camadas que o constituem: física-geomorfológica, construída e antrópica. A herança, no entanto, refere-se ao patrimônio enquanto identidade, revelado a partir do resgate da história e da manutenção da memória coletiva local.

A ação integrada e o fortalecimento simultâneo na identificação das heranças e recursos locais, propostos pelos dois itens seguintes, são corroborados por atividades de conhecimento simbólico, do contexto e dos sedimentos cognitivos incorporados. Os recursos, como sugere a autora, devem ser evidenciados pela análise da trajetória dos sujeitos em relação ao seu território, na evidência da cultura, dos símbolos e dos sistemas socioeconômicos.

É importante reiterar, o patrimônio territorial potencializa o desenvolvimento autodeterminado dos lugares quando o mecanismo de patrimonialização se insere em uma lógica endógena, ou seja, por um processo “de dentro para fora”. Desse modo, as ações pressupostas por Poli (2015) definem o habitante como sujeito protagonista do processo, num ordenamento garantidor da autonomia dos habitantes na operação de seu território-patrimônio, na revelação, valoração e na otimização da gestão de recursos locais. Desse modo, a patrimonialização indicada por Daniela Poli não deve ser encarregada de um reconhecimento e da proteção sob tutela estritamente técnica, “de fora” ou hierárquica, mas em virtude de um processo perene de transformação territorial, a partir de uma valoração contínua realizada pelos atores e agentes de transformação que estão inseridos na dinâmica territorial.

Nesse sentido, evidencia-se uma ação participativa enfática, confirmada por processos de consciencialização, determinantes dos valores locais, quando os habitantes entendem o território como bem comum. A reivindicação dos direitos em ações sobre o lugar acontecerá quando a noção de pertencimento se fundamentar entre os atores. O pertencimento é evidenciado pela revelação das relações de poder e dos interesses coletivos. Essa tarefa deve-se a um diagnóstico participativo propiciado por organizações locais integradas, cooperantes com o fortalecimento de uma identidade de projeto. Concluindo os pressupostos de Poli (2015), determina-se a criação de valores adicionais para o território, entendendo a identidade e os

recursos potenciais revelados alicerces da elaboração de um cenário estratégico para o projeto local, vinculados ao aprimoramento do uso do território e dos recursos locais. O aprimoramento visa a transformação e reinterpretação de sedimentos previamente identificados, realimentando o processo, em uma condição importante no processo de patrimonialização proativo: a ausência de um começo e de um fim. O ordenamento e o desenvolvimento das ações dependem exclusivamente de dinâmicas locais, em consonância com a origem processual interna ao lugar. Desse modo, após a identificação e a valoração dos sedimentos territoriais, esses devem ser retomados, aprimorados e recriados, por demandas surgidas na transformação do território. Retorna-se, assim, à identificação e à valoração de novos sedimentos, gerando novas operações, que levarão a outras criações e ações sucessivas.

Por estarem difundidos em uma dinâmica social, tais identificações preveem uma estrutura participativa bem consolidada, que estabeleçam atividades de ativação da consciência local, para que os habitantes identifiquem autonomamente os valores inerentes ao bem comum, território ao qual pertencem. A reivindicação dos direitos em ações sobre o lugar somente acontecerá após a ideia de pertencimento estar bem fundamentada entre os sujeitos envolvidos no processo. Ainda, esse pertencimento somente é evidenciado a partir do conhecimento dos sujeitos, bem como de seus vínculos com o lugar, do diálogo internamente ao corpo social coletivo, e de ações que demandam organizações integradas e planejamento prévio, que facilitem a determinação de outras ações subsequentes, com acompanhamento técnico mediador.

Por fim, a última condicionante para o processo de patrimonialização é determinada pela criação de valores adicionais para o território. Esses valores, incorporados à consciência, ao pertencimento e ao reconhecimento do patrimônio como bem comum, podem se estabelecer como alicerces para um cenário estratégico de ação e intervenção nas ações de valorização do território-patrimônio. É importante que essas ações estejam fundamentadas com os objetivos da própria patrimonialização: valorização do patrimônio territorial e ampliação das qualidades territoriais para uma manutenção autodeterminada dos valores e ativos locais; sem que o aprimoramento desses ativos recaia em processos economicistas.

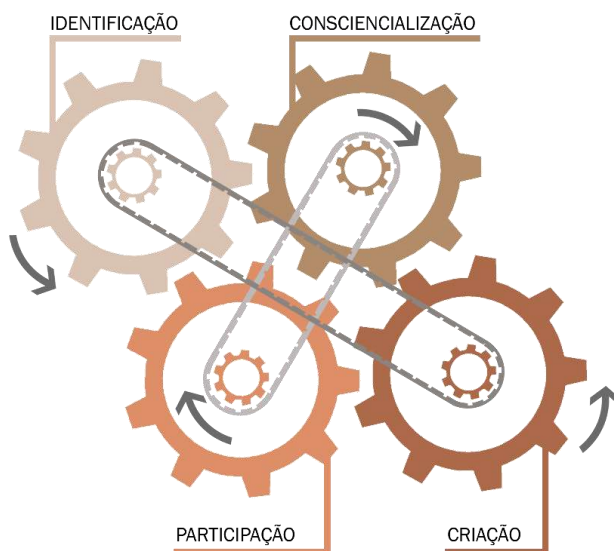
A partir do que apresenta Daniela Poli (2015), seguindo os pressupostos para o desenvolvimento processual da patrimonialização proativa, verifica-se a necessidade de uma organização estruturada para que se encontre coerência não somente no que indica a autora, mas também na inserção teórica e conceitual evidenciada pela ETI. Assim sendo, a partir das discussões realizadas em “A patrimonialização proativa para um projeto local de

desenvolvimento” (KOFFER, 2021), propõe-se uma representação dos processos a serem encaminhados para o desenvolvimento da patrimonialização proativa em um contexto local, subsidiada pela fundamentação teórica e análise processual de Magnaghi (2001) e Nossa (2020).

Importa reiterar, além de se tratar de um processo ausente de começo, meio ou fim, o sistema é composto por ações que, ativadas, provocam uma reação direta nas demais componentes da dinâmica processual, de modo indissociável. A leitura dos pressupostos pode tender ou aparentar uma sequência de procedimentos seguidos linearmente, seguindo a própria apresentação dos pressupostos realizada por Poli (2015). No entanto, entende-se, cada pressuposto diretamente se relaciona a um subprocesso, articulado aos demais. A multiplicidade de articulações se organiza em sistema movimentado por ações simultâneas, encadeadas por uma série de eventos. Assim, para cada operação, há uma reação síncrona nas demais etapas processuais. Desse modo, para a representação gráfica do processo e de sua complexidade, recorre-se a um mecanismo em que as ações correspondem a engrenagens, dispostas e articuladas conforme a relação entre os ativos, atributos e valores que as compõem.

Interpretando o pretexto admitido por Poli (2015), propõe-se um sistema estruturado por quatro ações: *participação* como um processo indispensável, pois o habitante é quem desenvolve o processo; *identificação* e *criação*, presentes nos pressupostos indicados pela autora; e um processo em que os habitantes tomam consciência do patrimônio territorial como um bem comum, denominado nesta pesquisa como *consciencialização* (Figura 1).

Figura 1: Diagrama relacional do mecanismo proativo.



Fonte: Koffer, 2021 (adaptado)

A *participação* é considerada indispensável para a condução do processo proativo¹⁰, e pode ser identificada em todos os pressupostos supracitados. É pela participação que se estabelece a organização coletiva e interação entre os atores sociais. No entanto, a estrutura participativa não se sustenta de maneira isolada, pois, para que seja validada, são necessários princípios básicos de reconhecimento local, partindo de qualidades evidenciadas pelos próprios habitantes. Essa incitação, por sua vez, pressupõe que a consciência do corpo social seja voltada para o entendimento do território-patrimônio como bem comum, por relações simbólicas ou de poder com o mesmo; essa consciência coletiva é alcançada por ações de *conscialização*.

A *identificação* apresenta-se pela revelação de componentes identitários, de recursos e do capital territorial, posteriormente valorados. Também é por ela que se indicam as ações a serem realizadas na *criação*. Todas as etapas se constituem a partir da democratização do processo de salvaguarda e dos instrumentos inerentes a essa, no entanto, é no processo de *criação* que são reivindicadas ferramentas para representação e gestão inclusivas, para que as ações atribuídas na patrimonialização sejam transparentes e condizentes com o que necessariamente almejam os atores envolvidos, representantes de todos os setores que compõem a sociedade. Por essa ação atribuem-se estratégias de valorização dos sedimentos valorados, para a salvaguarda tanto do patrimônio territorial, como do conjunto de ações coletivas que visam o interesse comum, a autoprodução coletiva¹¹, o uso e a manutenção das práticas e dos produtos alcançados.

Nesse sentido, propõe-se uma definição teórico-conceitual a partir da contribuição de Daniela Poli. Os itens desenvolvidos a seguir buscam elucidar os valores de identidade, recurso e capital que em sinergia compõem e correspondem ao funcionamento da patrimonialização. Ainda, buscam incorporar a definição teórico-conceitual discutida com o aporte teórico e metodológico da ETI, a partir da contribuição de Magnaghi (2010) e Nossa (2020). Desse modo, buscam

¹⁰ Proatividade: substantivo feminino; 1. Qualidade do que é proativo; 2. Capacidade que alguém ou algo tem de fazer com que determinadas coisas aconteçam ou se desenvolvam. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, disponível em <<https://dicionario.priberam.org/proatividade>>. Acesso em 14-04-2023.

¹¹ Processo integrado à discussão desenvolvida pela oficina de arquitetura “Comunal”: organização não governamental dedicada a projetos sociais na Cidade do México, México. A organização aborda as múltiplas dimensões relacionadas com a habitação, a partir de um escopo de análise e ação para projetos participativos em comunidades rurais, sobretudo, com a missão de resgatar e fortalecer a memória territorial, através de articulações metodológicas, as quais evidenciam a valorização dos saberes locais, do intercâmbio de conhecimentos, da autonomia, da resiliência e do empoderamento, a fim de reconhecer o habitante como centro de todos os processos e tomadas de decisão. Pela similitude dos objetivos centrais da metodologia de Comunal com o que fora estudado em “*A Patrimonialização Proativa para um projeto local de desenvolvimento. Fundamentos para a salvaguarda do patrimônio territorial*” (KOFFER, 2021), apesar de o segundo voltar-se estritamente para assuntos vinculados ao patrimônio, utilizou-se da relação de instrumentos, procedimentos e atividades do primeiro para a composição dos subprocessos do mecanismo proativo, incorporados a esse após análise e conferência com o que propõe a Escola Territorialista Italiana.

situar a patrimonialização proativa em um projeto voltado para o desenvolvimento autodeterminado dos lugares, considerando-a “um panorama ideal para a operação do patrimônio territorial” (NOSSA, 2020).

2.1.1. A ativação do binômio recurso-identidade territorial

O processo de identificação e valoração deve encontrar convergência entre valores de existência e uso do patrimônio, traduzidos em identidade, recurso e capital territorial. A consideração da sinergia entre os três valores, está na visão de que patrimônio e desenvolvimento não são fatores antagônicos. Entretanto, na contemporaneidade, as dinâmicas econômicas de mercado encerram os bens materiais e imateriais territoriais em um sistema de monetização amplamente difundido. Por outro lado, a ciência do desenvolvimento tende a se preocupar por processos de criatividade que envolvem a técnica e a ação do sujeito para adicionar valores ao patrimônio existencial (FURTADO, 2016). Mas essa ideia, por vezes, choca-se com uma lógica de produção do espaço aquém de interesses sustentáveis, tendentes a esvaziar recursos potenciais para geração dos valores adicionais (MAGNAGHI, 2010).

Poli (2015) indica a captura do patrimônio cada vez mais intensa pelo complexo mercantil e sua consequente qualificação como bem de consumo, salientando que a salvaguarda e a valorização patrimonial nada possuem de caráter limitador para o desenvolvimento. Pelo contrário, indicam uma efetiva concretização do desenvolvimento em caráter majoritário, abrangendo diversos setores da sociedade, resolvendo demandas coletivas, em perspectiva de evolução do território. Salienta Magnaghi, “o desenvolvimento local baseado na valorização do patrimônio não tem limites, nem escalas, nem atores pré-constituídos” (2011, p. 111, tradução nossa). Nesse contexto de ideias, Poli (2015) orienta a reconfiguração das estratégias de produção e mercado, para as riquezas locais gerarem riquezas duradouras para as comunidades às quais pertencem. Entendendo ser imprescindível o viés unificado entre patrimônio e desenvolvimento, cabe a elaboração de estratégias integradas para o entendimento dessa unidade, em um processo coeso às discussões econômicas, na lógica de reinvestimento dos recursos locais.

Por sua vez, o patrimônio territorial se estabelece como uma construção duracional que avança na medida em que interagem as ações antrópicas e a natureza, transformando a última em território (MAGNAGHI, 2010; POLI, 2015). Constituído de sedimentos materiais e cognitivos, o patrimônio é visto como um sistema que atravessa as gerações como um bem de incitação da memória e da história, sendo resultado da interação constante entre sujeitos e território.

Conforme Magnaghi (2010), os sedimentos cognitivos podem ser caracterizados por sabedoria ambiental ou de identidade. Os de sabedoria ambiental são identificados pelas interações entre comunidade e meio ambiente, como pelo conhecimento de técnicas de cultivo e de uso dos recursos hidrogeológicos; ou coordenação dos sistemas de produção, construção e salvaguarda da infraestrutura agroflorestal. Os sedimentos de caráter identitário são intrinsecamente relacionados aos modelos socioculturais das civilizações, identificados, por exemplo, nas permanências culturais, sociais, linguísticas, nos conhecimentos artísticos locais, políticas territoriais específicas, ou pertencimento às comunidades. Por sua vez, os sedimentos materiais são os elementos da paisagem incluídos na cultura e na vida cotidiana. Identificam-se como permanências (invariâncias no ciclo de territorialização) e persistências (transformações com a continuidade de elementos tipológicos). Podem ser tipologias de assentamento urbano, tipos de crescimento urbano, infraestrutura da paisagem agrícola, redes de comunicação e monumentos. Nesse sentido, a identidade é garantida por seu valor de existência e é revelada pelos sedimentos, conhecimentos simbólicos, cognitivos e contextuais que a constituem. Enquanto identidade, o patrimônio territorial perpassa o caráter de recurso e do processo de patrimonialização (POLI, 2015, p. 6). Para a autora, os sedimentos materiais e imateriais no território antes de serem admitidos como recurso, possuem essencialmente um caráter de existência, até serem ativados por um projeto que os revele. Desse modo, sítios, recortes territoriais, processos de transformação, métodos relacionais da sociedade com o território, entre outros, não podem ser qualificados como recursos locais, até que seja realizado um projeto local que os identifique como tais.

A identidade territorial é um dos fatores catalisadores da patrimonialização proativa, agindo em movimento contrário às prospecções economicistas, pois se fundamenta no patrimônio territorial. Para a autora, o patrimônio é intrínseco à existência do território, pois, por esse valor, independe de atores responsáveis por seu manejo. Por outro lado, o valor de uso do patrimônio territorial viabiliza a produção de riqueza local, a partir de sua revelação.

Outro fator ativador de um processo de patrimonialização proativo, o *recurso territorial* é indicado como um valor material revelado e com o qual se busca o desenvolvimento (POLI, 2015). O entendimento de recurso, assim, passa de uma definição indicada pela capacidade de resolução de necessidades sociais, como habitação, mobilidade e infraestrutura, para ser compreendido no âmbito territorial como “uma entidade que também é física, mas que não é identificável, nem definível exceto por uma referência a uma dada rede de relações sociais” (DEMATTEIS, 1985). É atributo inerente ao contexto do lugar, que lhe concede valor de uso.

Os recursos territoriais se relacionam a um conceito de território entendido como um processo, constituído por transformações, instituído por determinação de ações contextualizadas e inseridas no meio (CORRADO, 2005, p. 17). As ações sobre o meio potencializam a valorização dos lugares, em uma caracterização não mais especulativa, mas efetiva, como recurso. Magnaghi (2010) os ressalta como valor de uso, o qual evidencia e fomenta a riqueza local. No entanto, a produção de riqueza corrente internaliza a exploração do território e consequente destruição do patrimônio territorial, sob a justificativa de que, por esse viés, alcança-se o crescimento local, entendido como progresso. Essa perspectiva apresenta um problema a ser resolvido no ato do planejamento, com possível reformulação conceitual e operacional, na elaboração de regras para o lugar. Por esse motivo, prevê-se o alcance do recurso como elemento de longa duração presente no território, a integrar componentes dos sistemas antrópicos, ambientais e de permanência, também em condição de existência.

Para diferenciação entre valor de existência e valor de uso/recurso, em determinada fase histórica, Magnaghi (2011, p. 116) afirma ser possível o patrimônio territorial não ser utilizado como recurso, pois não se sustenta no modelo sociocultural do recorte temporal; no entanto, ainda assim, o valor existencial desse patrimônio permanece vivo. Porém, se houver pretensão de destruição irreversível do mesmo, as gerações futuras não poderão utilizá-lo, sendo a única alternativa para retorná-lo à dinâmica territorial, sua interpretação como recurso, ou seja, conceder-lhe valor de uso.

A condição de existência evidenciada no recurso territorial permeia o valor como possível mediador na relação entre sujeitos e território (CORRADO, 2005). Por esse cenário, os recursos territoriais são revelados e interpretados socialmente por um projeto de desenvolvimento local. Tais recursos, materialmente, são definidos pelo meio natural, patrimônio histórico-arquitetônico, infraestrutura, entre outros; imaterialmente, são definidos pelas interações entre os bens imateriais de um meio social, a partir do capital social, da cultura, entre outros.

Desse modo, Corrado (2005) caracteriza o recurso territorial em cinco âmbitos, como *relacional*, *dinâmico*, *escalar*, *real* e *proativo*. Identifica-se no âmbito *relacional* por derivar-se dos processos de interação entre os atores sociais, a partir da utilização da cultura, da tecnologia, habilidades, necessidades e requisitos pertencentes aos lugares num dado recorte temporal. Sua característica *dinâmica* apresenta-se pela capacidade de se concretizar ao longo do tempo em qualquer momento histórico, independente desse, a partir do reconhecimento a ser realizado pelos sujeitos. É também caracterizado como *escalar* ao passo em que seu valor patrimonial pode ser reconhecido em diferentes níveis, locais ou globais, sob um

reconhecimento dependente exclusivamente do ponto de vista do sujeito que o desenvolve. Na medida em que se estabelece como uma expressão de valor para um determinado recorte sócio-espacial, o recurso territorial também é identificado como *real*, atualizado constantemente ao longo do tempo. Por fim, a autora o caracteriza como *proativo*, enquanto admite por essa definição, que somente é iniciado um processo de produção dos recursos com a atuação direta dos sujeitos, com base em um projeto.

Cada ator social, envolvido no projeto de desenvolvimento local, assume um papel de autoridade. A atuação perpassa etapas em processo cíclico, de manutenção constante, com reconhecimento e descrição dos valores. O produto final garante a concretização dos recursos territoriais em valores agregados, resultantes da interação entre sujeitos e território, garantindo a reprodução dos valores em atos proeminentes de territorialização (CORRADO, 2005). Importa reiterar, o uso requer cuidado e está longe de orientar a exploração predatória. Como ressaltado por Magnaghi (2011), para o território-patrimônio se manter vivo, sem a destruição de seu valor de existência, o projeto deve visar a transformação. “Se o uso conflita com o cuidado, ou a conservação não prevê a manutenção, ocorre a destruição do patrimônio territorial e, com ele, o recurso territorial” (MAGNAGHI, 2011, p. 116, tradução nossa).

A partir do exposto, entende-se que o recurso territorial não deve ser definido como um mero objeto ou sedimento presente no território, mas como um resultado do processo de reconhecimento dos valores territoriais, construídos e qualificados socialmente a partir das demandas e dos objetivos dos sujeitos. Para que seja alcançado o reconhecimento deste, reivindica-se um ator, prática, técnica e/ou um material (CORRADO, 2005). A ação dos sujeitos viabiliza o manejo técnico para o tratamento de algum sedimento, o qual, após manipulação/ transformação, gera determinado recurso. Esse é diretamente dependente da ação prática dos sujeitos, atendendo a interação entre esses com o próprio território, mas também é dependente da revelação pelos mesmos sujeitos, compreendidos como atores sociais.

Considerando as demandas de rendimento e valoração das comunidades locais, a utilização de ativos potenciais de cada região em estratégias de desenvolvimento, os transforma em "capital territorial" (CAMAGNI, 2009). Segundo Camagni (2009), o desenvolvimento e a competitividade local somente são garantidos a partir da boa gestão de ativos ofertados localmente, que determinam a potência de cada lugar.

Em Poli (2015), o capital territorial é compreendido como revelador de especificidades do território, outro ativo catalizador da patrimonialização proativa. A OCDE (2001) define o

capital territorial como a soma dos recursos territoriais, cujo produto representa a parcela de riqueza do lugar à disposição dos atores sociais para possível investimento futuro. No entanto, para não se esgotar e não perder seu valor potencial, deve ser constantemente reinterpretado e reinvestido pelos atores sociais (CORRADO, 2005).

Para Camagni (2009) a perspectiva conceitual vinculada ao desenvolvimento local assume maior relevância em estudos da década de 1990, com a significação dos termos capital social e capital relacional, em perspectiva de atendimento a caráteres intangíveis do território, por projetos de governança local. Por esse viés, evidencia-se uma abordagem subjetiva mais presente em cenários de projeto e planejamento direcionados à substituição do funcionalismo enraizado em decisões sobre o território, assumindo a necessidade de compreensão das relações complexas inerentes ao meio. A fundamentação teórica orientadora da abordagem do capital territorial e do reconhecimento de seus ativos permeia diversas teorias identificadas pelo entendimento da importância dos fatores subjetivos nas dinâmicas relacionais.

Os sedimentos do capital territorial, enquanto ativos, são classificados por Camagni (2009) em uma matriz composta por categorias referentes tanto à materialidade, como ao grau de disponibilidade dos mesmos para o corpo coletivo (Figura 1). O autor os apresenta seguindo uma escala de alta ou baixa rivalidade, indicando serem orientados por perspectiva privada ou pública, se estão mais ou menos disponíveis à coletividade. Por exemplo, os ativos relacionados aos motores participativos, ou implicadores de algum grau de senso comum, orientam-se por uma classificação de baixa rivalidade, pois são bens públicos ou tangenciam ações compartilhadas. Como hipótese, compreendendo a articulação de recurso-identidade, indica-se que possivelmente o reconhecimento do capital territorial de baixa rivalidade torna-se fundamental para alcançar a alta rivalidade. Desse modo, os ativos públicos consistem em componentes mais fáceis de serem trabalhados; no entanto, o desafio estabelece-se pela capacidade de diálogo e conciliação entre público-privado, para a revelação de um capital territorial potencial na íntegra.

Quadro 2: Taxonomia do capital territorial

		MATERIALIDADE		
		ATIVOS MATERIAIS	ATIVOS MISTOS	ATIVOS IMATERIAIS
 ALTA RIVALIDADE	ATIVOS PRIVADOS	CAPITAL FIXO PRIVADO EXTERNALIDADES FINANCEIRAS BENS PÚBLICOS TARIFADOS	SERVIÇOS RELACIONAIS PRIVADOS: - RELATÓRIOS EXTERNOS DE EMPRESAS; - TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO;	CAPITAL HUMANO: - EMPREENDEDORISMO; - CRIATIVIDADE; - HABILIDADES PRIVADAS; EXTERNALIDADES MONETÁRIAS
	ATIVOS ASSOCIATIVOS BENS PÚBLICOS DE BAIXA EXCLUSÃO	REDES PROPRIETÁRIAS ATIVOS/ BENS COLETIVOS: - PAISAGEM; - PATRIMÔNIO CULTURAL; - RECURSOS ULTRAIS DO “SISTEMA”	REDES DE COOPERAÇÃO: - ALIANÇAS ESTRATÉGICAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO; - SERVIÇOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS; GOVERNANÇA DO SOLO E RECURSOS CULTURAIS	CAPITAL RELACIONAL (MICRO - ASSOCIAÇÃO): - HABILIDADES DE COOPERAÇÃO; - CAPACIDADE DE AÇÃO COLETIVA E REPUTAÇÃO; - COMPETÊNCIAS COLETIVAS
ATIVOS PÚBLICOS BAIXA RIVALIDADE	RECURSO: - NATURAL; - CULTURAL LOCAL; CAPITAL SOCIAL FIXO: - INFRAESTRUTURA	AGÊNCIAS DE MEDIAÇÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO RECEPTIVIDADE CONECTIVIDADE ECONOMIAS ASSOCIATIVAS	CAPITAL SOCIAL (MACRO - CIVILIDADE): - INSTITUIÇÕES; -MODELOS DE COMPORTAMENTO; - VALORES; - REPRESENTAÇÃO	

Fonte: Camagni, 2009 (adaptado pela autora)

A fundamentação teórica que orienta a abordagem do capital territorial e o reconhecimento de seus ativos permeia diversas teorias identificadas pelo entendimento dos fatores subjetivos como: elementos de importância nas dinâmicas relacionais; abordagens institucionais que determinam a criação de regras comportamentais e elaboração de estruturas de governança; consideração de cenários de incerteza na tomada de ações; e fortalecimento da ação inovativa coletiva para o suporte nas atuações em mercados locais¹².

¹² Abordagem realizada pelo *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs* (GREMI). Grupo de pesquisa dedicado ao estudo de processos e políticas de inovação tecnológica sobre o território, a partir do que conceitual como "ambientes inovadores". Identificado por Camagni (2009) como importante referência para a compreensão dos estudos referentes ao capital territorial e seus componentes.

Para serem ativadores de sinergia em estratégias de desenvolvimento local, os valores de existência e uso, ou de identidade-recurso-capital, devem encontrar-se em equilíbrio, de modo a alcançar o processo de patrimonialização proativa.

2.2. COMPOSIÇÃO DO MECANISMO PROATIVO

É importante salientar, o patrimônio territorial, imbuído de seu valor existencial, não se revela por si, mas, sim, na interpretação e reinterpretação dada por quem o detém. Desse modo, torna-se importante definir caminhos e possibilidades para o desenvolvimento processual a ser conduzido pelo habitante, a fim de alcançar não somente o processo de patrimonialização, mas também um projeto para o desenvolvimento local autodeterminado.

Partindo das ações discutidas previamente, descreve-se a seguir a estrutura do processo de patrimonialização, concernente ao desenvolvimento territorial. A descrição se dá por definição dos componentes de cada ação, entendidas como engrenagens de um mecanismo, e das articulações entre elas, determinantes para que o reconhecimento da atuação dos habitantes em contexto local seja mais facilmente identificado. A representação gráfica do processo é alusiva a sistemas mecânicos existentes, implicando uma estrutura funcional. Desse modo, permite-se compreender a simultaneidade e interdependência entre os processos e subprocessos proativos.

2.2.1. As engrenagens e o funcionamento do mecanismo

Para determinar a representação do mecanismo por engrenagens, é preciso entender que essas, quando conjugadas, tem seus movimentos qualificados – se são lentos, rápidos, direcionados a essa ou àquela direção, por exemplo –, por fatores como dimensão, conexão e injeção da força mobilizadora, pela qual o mecanismo é ativado. O modo de organização dos componentes de um sistema, interfere diretamente no que se pretende comunicar com esse. Para a representação da patrimonialização proativa, inserida em um contexto de construção e transformação territorial, intenta-se organizar as peças do sistema de modo a comunicar que todas elas seguem um movimento orientado para a mesma direção. Além disso, busca-se determinar um desenho em que seja facilitada a leitura da interrelação entre os processos, fazendo uso de uma composição coerente com o aporte teórico e metodológico.

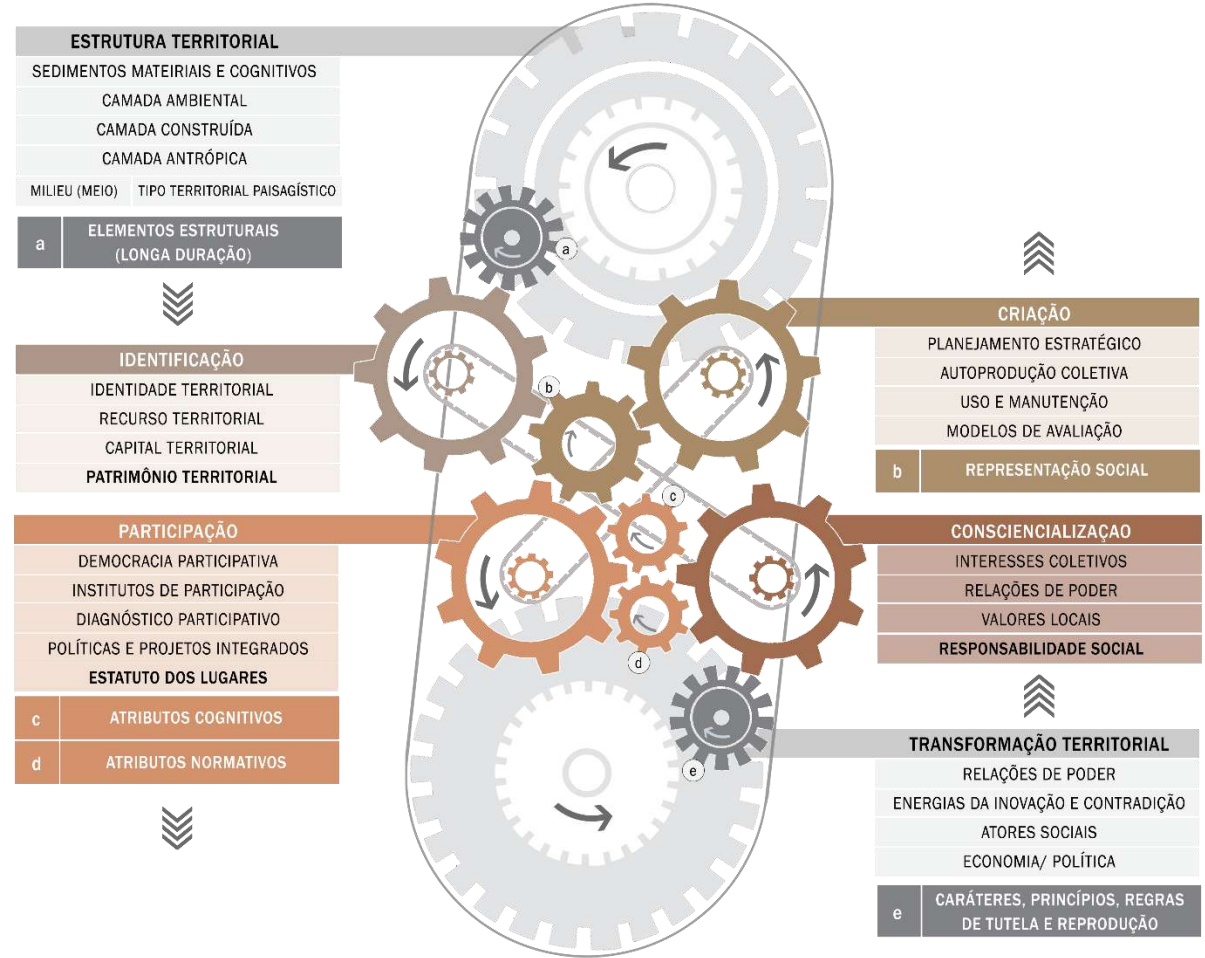
De acordo com a física, em uma relação inversa, quanto maior a dimensão de uma engrenagem, mais lenta é a velocidade de rotação dessa; do mesmo modo, para uma mesma potência de giro, quanto menor a dimensão, mais rápida uma engrenagem se move em torno de seu próprio eixo. Além disso, com relação à conexão entre as peças mecânicas, a orientação do movimento dessas

pode se dar por relação direta, em que as engrenagens giram em sentidos opostos, ou relação indireta, quando há uma peça articuladora entre elas, proporcionando movimentos para um mesmo sentido.

Além da dimensão das peças, outro elemento importante para a caracterização do movimento, bem como da frequência e velocidade, é a conexão entre as engrenagens. Essa última pode ser fundamental para a orientação da força conduzida, para a definição da relação direta ou indireta entre os elementos processuais, além de ser fundamental para que se estabeleça a possibilidade de retroalimentação do sistema (Figura 7).

Assim, indicam-se as quatro engrenagens previamente apresentadas, viabilizadoras da proposição de Daniela Poli (2015), estabelecidas nas ações de: identificação, consciencialização, participação e criação. Esses processos, inseridos em uma lógica inteiramente vinculada ao aporte teórico e metodológico da ETI, organizam-se de modo ativo e interdependente, mantendo o funcionamento do sistema.

Figura 2: Diagrama processual-relacional para a patrimonialização proativa



Fonte: KOFFER, 2021

É a partir dessa representação gráfica que se define o mecanismo para a patrimonialização proativa, incorporada às dinâmicas territoriais. Essa, enquanto processo inserido em determinado recorte sócio-espço-temporal, deve ser entendida como intrínseca aos processos de reterritorialização. Necessariamente, a própria constituição do território e de sua transformação apresenta-se como movimento basilar para o funcionamento do mecanismo proativo, considerando os sedimentos e os agentes de transformação, responsáveis por gerar as invariâncias componentes do que posteriormente vem a ser identificado como patrimônio territorial. Dessa maneira, no esquema representado, por um lado inserem-se os sedimentos territoriais, materiais e cognitivos, as camadas do território e os elementos estruturais de longa duração; por outro lado, inserem-se as relações de poder, energias da inovação e contradição, os atores sociais e os caracteres, princípios, regras e tutelas de proteção existentes, determinantes da constituição do patrimônio territorial, estabelecadores das dinâmicas sociais de grande impacto nas ações participativas.

De acordo com a dinâmica de formação territorial, sedimentos materiais e cognitivos, antes de tudo, são garantidos por seu valor de existência (POLI, 2013), posteriormente valorados como *identidade, recurso e capital territorial*. A partir da articulação com os motores participativos, entende-se, alguns dos ativos a serem reconhecidos compõem as estruturas de cada ação proativa. A revelação dos fatores que formam o estatuto dos lugares, bem como as invariâncias estruturais, por intermédio da *consciencialização* e da *identificação* de ativos pressupõe a continuidade do processo.

Na representação formulada, o percurso do movimento pode ser evidenciado por uma corrente motora presente em todo o mecanismo. Isso indica o caráter interdependente e geracional da elaboração conceitual posta em prática. A organização das engrenagens diretamente se relaciona com a abstração do funcionamento do sistema. Primeiramente, de maneira mais lenta, o território se forma, a partir da combinação de sedimentos e ações transformadoras; depois disso, o processo de patrimonialização acontece nesse território, por atos territorializantes somados à constituição territorial e ao entendimento do território como bem comum, em constante movimento de reterritorialização; esse movimento é identificado nas engrenagens de maior dimensão. Essas, engrenagens basilares, estabelecem-se como processos diacrônicos, em movimento por toda a duração, enquanto estruturam e transformam o território. As engrenagens de menor dimensão, referentes ao processo da patrimonialização proativa, no entanto, estabelecem-se em processo sincrônico, que intercepta a diacronia para constituir um novo caminho de reterritorialização e valorização patrimonial.

Seguindo a composição do mecanismo proativo (Figura 2), para além das ações previamente apresentadas, vinculam-se outras três engrenagens consideradas fundamentais para conectar as ações e possibilitar o movimento dessas. A identificação dos sedimentos territoriais e valoração do patrimônio territorial articula-se à participação e às estratégias de criação por intermédio da representação social. Essa compõe e é evidenciada na ação criativa, mas exerce intensa influência nas demais ações, fomentando a atuação do habitante, indivíduo e corpo coletivo, como propulsor do sistema.

Os valores patrimoniais, de maneira prática, são unificados em registro por um estatuto, para que, em coexistência, sejam articulados na elaboração dos cenários estratégicos (POLI, 2015). Essa articulação fortalece o papel dos agentes de transformação, como portadores dos atributos indutores da organização social para o desenvolvimento, em um processo proativo. O estatuto consiste em um instrumento normativo capaz de descrever as características identitárias dos lugares. Por meio dele são definidas as regras de transformação territorial, identificadas por análise das invariâncias estruturais presentes na longa duração do território (MAGNAGHI, 2010). Nossa (2020) indica duas competências do estatuto dos lugares: uma cognitiva e outra normativa. Sob aspecto cognitivo apresentam-se as invariâncias estruturais pelo uso, manutenção e valoração do patrimônio. Sob aspecto normativo, consideram-se as invariâncias estruturais inerentes à transformação territorial e operação dos recursos locais.

Pela condição dinâmica do território, entende-se, o estatuto atua em registro do contexto no qual é produzido. Sua fase de construção evidencia “um ato contextualizado do ponto de vista histórico e social” (MAGNAGHI, 2010, p. 155, tradução nossa). Desse modo, contribui para a proposição de cenários estratégicos. Elaborado sob ações participativas, o estatuto dos lugares potencializa os atributos cognitivos e normativos do território, articulando as ações de participação e de consciencialização, com o reconhecimento dos ativos de transformação. É importante ressaltar, a interação entre a representação social com a consciencialização somente é garantida com o intermédio dos ativos participativos.

Apesar da complexidade das ações representadas em engrenagens, a patrimonialização proativa não se encerra nos quatro processos apresentados, pois não se trata de uma metodologia pontual, a ser aplicada em determinado momento de uma civilização ou geração, mas, sim, do processo de construção e transformação do território. No entanto, importa compreender o momento de inserção das ações de patrimonialização na dinâmica territorial, ou seja, não a desassociar do projeto de desenvolvimento territorial local.

Contudo, a maior consideração a ser feita a partir da representação dessa elaboração conceitual é que o escopo apresentado não consiste em uma regra imposta, conduzida por uma sequência linear enrijecida de ações. A proposta se estabelece como uma organização esquemática a ser percebida e conduzida com total respeito aos contextos dos lugares onde essa se insere. Dessa forma, independente das características sociais e territoriais locais, são propostas estratégias para, a partir do reconhecimento do binômio recurso-identidade territorial, ser alcançado um processo efetivo para a valorização da memória coletiva local e desenvolvimento dos lugares.

É válido ressaltar, o processo de patrimonialização não se define como uma proposta de intervenção localizada em determinado recorte temporal para um fim específico. Esse, porém, adquire um caráter duradouro, refletido em um movimento contínuo, retroalimentado por processos independentes ao longo do tempo, atualizado na medida em que as transformações territoriais, ambientais e sociais acontecem. Desse modo, o mecanismo garante a autoprodução e a potencialização dos recursos integrados. E assim, pode-se admitir com o melhor entendimento das articulações, a eficiência da patrimonialização proativa, em constante troca com os atos de reterritorialização, equivale ao próprio desenvolvimento local autodeterminado.

2.2.2. A composição das engrenagens em ações e atributos

É sabido que a estrutura processual-relacional para o mecanismo apresentado se qualifica pela interdependência entre as ações desenvolvidas, mas também entre os atributos que compõem as quatro principais ações para a patrimonialização. Em conformidade com a previsão de articulação entre aspectos materiais e cognitivos, é importante perceber que os sedimentos que estruturam o território tanto podem determinar a composição das ações proativas, como podem ser subprodutos do funcionamento do mecanismo. Se a sinergia entre os ativos de identidade, recurso e capital é o que põe em movimento a dinâmica de patrimonialização proativa, indica-se que esses ativos devem também estar inseridos em cada ação. Assim, ao passo em que são revelados pela ação de identificação, os ativos inserem-se nas próprias ações para identificar e criar outros ativos e valores.

Esses sedimentos, quando valorados presenciam a composição detalhada da taxonomia do capital territorial¹³ evidenciada por Camagni (2009), interpretado como o somatório de recursos territoriais, vinculados ao caráter identitário. Em sua abordagem, Camagni (2009) classifica os atributos – materiais, imateriais e/ou mistos – em função de uma escala de competitividade,

¹³ Ver Figura 2, no subcapítulo anterior, página 47.

essa assimilada como a predisposição e o envolvimento dos ativos de modo coletivo. Da mesma maneira, apresenta uma caracterização desses a partir de uma alta ou baixa rivalidade, o que indica se são orientados por perspectiva privada ou pública. Os atributos que se relacionam com os motores participativos são em suma previstos como de ordem pública, ou tangenciam ações compartilhadas.

O autor, ao separar os ativos em materiais, mistos e imateriais, indica como a constituição do capital territorial está presente e se comporta no território, conferindo-lhe visibilidade. Os ativos imateriais compreendem aspectos subjetivos, inerentes ao habitante enquanto corpo coletivo – capital humano, criatividade do corpo coletivo, habilidades de cooperação entre os sujeitos, capacidade de ação coletiva, papel das instituições locais, valores e a própria representação. Em contrapartida, identifica os componentes físicos do território como materiais, pressupondo ações e produtos concretos – bens públicos, capital fixo, redes proprietárias, o próprio patrimônio cultural, recursos naturais, ou capital social. A relação entre as classificações acompanha uma designação mista, correspondente à interação entre materialidade e imaterialidade – a última pode conter serviços relacionais privados, parceiras público-privadas, alianças de pesquisa e desenvolvimento, economias associativas, ou atributos de receptividade e conectividade. Desse modo, Camagni (2009) determina o caráter potencial e de interação entre ativos na vinculação a um projeto territorial.

Passando por cada engrenagem, busca-se encontrar e organizar os ativos componentes das ações de patrimonialização. Para tanto, entende-se quais subprocessos compõem as ações e as engrenagens a partir da síntese apresentada por Camagni (2009) e também pela abordagem teórica e metodológica discutida por Daniela Poli ao elaborar o conceito da patrimonialização proativa.

A engrenagem de identificação se refere à constituição do patrimônio territorial e por ela são revelados os valores de identidade, recurso e capital territorial. Para além dos valores, incorporam-se bens coletivos, sedimentos referentes à paisagem, recursos naturais e culturais locais, e capital social, assumido como componente de infraestrutura pela formação e transformação do território. Camagni (2009) confere a esse último a indicação de máximo compartilhamento, em que se desassocia demandas individuais, para ser assumida a ordem de pertencimento coletivo do mesmo. Esses ativos consistem em subprocessos e atributos vinculados ao processo de identificação, ou são revelados pelo mesmo processo. O capital social, por exemplo, vincula-se ao desenvolvimento processual, enquanto a paisagem se trata de um fator a ser identificado pelo corpo coletivo.

Figura 3: Composição da ação de identificação.



Fonte: KOFFER, 2021

É válido ressaltar, toda a dinâmica intrínseca à identificação dos atributos e das ações, no entanto, pode reorganizar-se a partir da movimentação do sistema, pois permanece em constante transformação junto à dinâmica territorial e característica dos lugares.

Na ação de consciencialização, os atributos se tornam propulsores da confiabilidade nas ações do processo proativo, por suscitarem noções de pertencimento. Para a mobilização dos habitantes em torno de um projeto local, os interesses coletivos devem estar em evidência, sendo necessário reconhecer sujeitos, vínculos, relações de poder influentes no contexto local, ou mesmo possíveis formas de organização e atuação sobre os sedimentos territoriais. Essas noções determinam os objetivos para operação do patrimônio: um grupo pode possuir uma proposta para identificação e revelação de valores, mas essas ações somente são concretizadas caso estejam evidentes motivações e resultados esperados pela valoração, indicando-se qual fim terá o patrimônio revelado. A garantia de cooperação entre os sujeitos se dá por ativos de receptividade, conectividade, indicadores da responsabilidade social, e capacidade de ação coletiva dos habitantes. Os valores locais são estabelecidos por Camagni (2009) como atributos compartilhados por todo o grupo social. Com a proposição desses, entende-se o nível de comprometimento do corpo coletivo para a ação conjunta.

Figura 4: Composição da ação de consciencialização



Fonte: KOFFER, 2021

Na composição da engrenagem referente à participação, a qualificação coletiva evidencia-se a partir do que Camagni (2009) indica como civilidade, por articulação entre a democracia participativa e os institutos de participação, viabilizadores do diagnóstico participativo, para a organização de políticas e projetos integrados.

Figura 5: Composição da ação de participação



Fonte: KOFFER, 2021

Nessa proposição realizam-se análises dos interesses revelados, direcionando-os à deliberação das ações a serem detalhadas e executadas. Essa configuração assemelha-se com o modo operacional indicado por Poli (2012) para a composição do estatuto dos lugares, apresentando, sob escala regulamentadora, todos os recursos essenciais do território, partindo para a formulação de objetivos gerais a serem alcançados, por conseguinte. Além disso, sob ação

participativa, são incorporadas organizações de governança territorial, redes cooperativas, as quais reforçam movimentos inclusivos, e institutos de participação, caracterizados como agências de mediação para pesquisa e desenvolvimento, possibilitadas por parcerias público-privadas.

A efetiva participação dos sujeitos em ações sobre o território constitui-se por uma redistribuição de poderes, ou por uma redistribuição das relações desses poderes com o próprio território. Assim sendo, aqueles considerados “excluídos” dos processos de decisão são ativamente incluídos. Por esse motivo, para Arnstein (2002, p. 1), “participação cidadã” é sinônimo de “poder cidadão”¹⁴. Através da participação, os sujeitos “sem-nada” se integram a respeito das informações, dos objetivos, da aprovação de políticas e da operação dos recursos, bem como dos benefícios disponíveis para o corpo coletivo no qual estão inseridos (ARNSTEIN, 2002).

Entender a tipologia simplificada das ações participativas a partir da teoria de Arnstein (2002), contribui por orientar o diálogo sobre processos que envolvem a relação de poderes entre atores participantes *versus* quem determina as ações de participação. O motivo da discussão da participação a partir do que evidencia a autora, pauta-se na indicação de divisões básicas entre as relações de poder: quem detém poder e quem participa dele; ou aquele que se relaciona com o território por dominação, ou por apropriação simbólica¹⁵. É claro que esses grupos não são homogêneos, e também não são necessariamente duas forças inteiramente opostas, pois são

¹⁴ No artigo “Uma escada da participação cidadã” (2002), Arnstein indica uma tipologia de 8 níveis de participação, dispostos na forma de uma escada, enquanto cada degrau corresponde a um nível diferente de poder pertencente ao habitante. Os dois primeiros degraus da escada, 1 – Manipulação e 2 – Terapia, correspondem a níveis que a autora chama de “não-participação”, os quais acabam sendo utilizados como máscara para ações que reflitam uma participação genuína. Nesse sentido os sujeitos que detém o poder são permitidos a “educar” ou “curar” os participantes. Assim, desenvolve-se a ideia da transmissão de conhecimento, reafirmando a posição vertical-hierárquica entre quem fala – e, por isso, possui o conhecimento/ informação – e quem escuta – entendido como o dependente do conhecimento/ informação. Os dois degraus seguintes avançam para um tipo de concessão limitada, considerando a permissão dos sujeitos a ouvirem e serem ouvidos, trata-se da 3 – Informação e da 4 – Consulta. A autora ressalta que quando esses níveis são definidos por quem detém o poder, a possibilidade de os cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos é mais alta, no entanto, ainda nessa realidade, não há garantia de transformação/ intervenção no contexto social, pois não há força para tal. Ainda nos níveis de concessão mínima de poder tem-se o degrau da 5 – Pacificação; um nível que concede aos sujeitos que não possuem poder a possibilidade de aconselhamento àqueles que possuem. Os três degraus no topo da escada, por sua vez, constituem os níveis de poder cidadão, organizados por nível de atuação crescente. Em 6 – Parceria, os atores sociais/ participantes, tem o poder de negociar com os detentores do poder, de maneira igualitária. No degrau correspondente à 7 – Delegação de poder o participante se insere em fóruns de tomada de decisão e pode compor núcleos para organização social, porém essa participação não abrange todo o corpo coletivo, ou seja, é seleta a algumas pessoas somente e ainda não confere o poder de decisão integralmente para esse sujeito que autora chama de “sem-nada”. Essa situação somente acontece no degrau mais alto, de 8 – Controle cidadão (ou, na tradução, autogestão), no qual o ator participante detém o “completo poder gerencial” (ARNSTEIN, 2002, p. 03).

¹⁵ (HAESBAERT, 2004).

constituídos por diversos sujeitos, individuais e coletivos, com pontos de vistas, perspectivas e interesses distintos. A simplificação do discurso proferido, no entanto, é justificada por Arnstein (2002) pelo fato de, na maioria das situações, os grupos tenderem ao entendimento de que o grupo oposto se constitui de uma massa efetivamente homogênea¹⁶.

Não integra o objetivo da discussão analisar conflitos internos aos grupos de atores com poder ou sem poder. Além disso, a autora deixa claro que, na prática, algumas ações participativas contemplam mais de um degrau ou modo de operação, pois, na verdade, pode não haver uma divisão clara entre os níveis de participação, que podem ser determinados, por exemplo, em função das ações realizadas, ou mesmo em função das intenções das ações, por parte de quem formula/ coordena o sistema.

Para que o habitante, em estado de consciência sobre os valores patrimoniais, possa atuar inteiramente nos processos propostos, fazem-se mais que necessárias as ferramentas representativas de caráter inclusivo. Dessa forma, a composição da engrenagem de criação é realizada por processos que envolvem planejamento estratégico; autonomia na produção coletiva; uso e manutenção dos sedimentos valorados e operados, além de modelos de avaliação para tais usos; e revisão constante das ações de patrimonialização. O principal subprocesso da ação criativa é a representação social, pois por ela os atores sociais são incorporados à operação do território-patrimônio; mas o produto dessa representação também é evidenciado como ativo com valor de capital territorial. Além desse, encontram-se na dinâmica processual habilidades de cooperação e competências coletivas.

¹⁶ “Os sem-nada realmente percebem os poderosos como sendo um ‘sistema’ monolítico, e os grupos poderosos realmente tendem a ver os sem-nada como uma massa ‘daquelas pessoas’, com pouca compreensão das diferenças de classe e casta existentes entre elas” (ARNSTEIN, 2002, p. 2).

Figura 6: Composição da ação de criação



Fonte: KOFFER, 2021

O planejamento estratégico é entendido como uma estratégia condizente com a formulação dos cenários em plano para o território, e compreende a organização de comitês, assembleias e grupos de atividades, em intrínseca relação com os institutos de participação relacionados na engrenagem anterior. O vínculo com as organizações participativas colabora com o fomento das regras de ação coerentes com o contexto social local.

O atributo referente à autoprodução relaciona-se diretamente com os ativos de capital territorial ordenados por competências coletivas, indicadores do recurso humano e de ferramentas disponíveis à efetivação dos cenários futuros. Além disso, as habilidades de cooperação inserem-se como ativos indicadores da autoprodução, determinando regras de uso e manutenção, junto aos modelos avaliativos. A avaliação é indicada para que se compreendam as respostas às dificuldades e problemas enfrentados no desenvolvimento processual, contribuindo com a evolução, ampliação e melhoria da estrutura processual, conforme as necessidades locais.

2.3. DISCUSSÃO DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR POR UMA CONSTELAÇÃO CONCEITUAL

A discussão e compreensão do vínculo entre sujeito e território, frente à interação com a duração e com a memória, é proposta a partir de uma experimentação conceitual, de modo transdisciplinar, entre arquitetura, filosofia e geografia. Esse estudo é orientado pela leitura e

interpretação de contribuições dos autores: Milton Santos (1996)¹⁷, Friedrich Nietzsche¹⁸, Antônio Negri (2006), Henri Bergson (2006), Michel Foucault (2000), Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2000); pelos quais realiza-se uma articulação com o que discute a Escola Territorialista Italiana, mais especificamente entre os conceitos orientadores desse trabalho.

De toda a descrição do mecanismo para a patrimonialização proativa, talvez as características que mais se sobressaíam sejam seu movimento contínuo e a integração do processo com o território pelo habitante. O processo é *incorporado a um movimento* - da reterritorialização, das dinâmicas sociais, econômicas e políticas, das interações entre os sujeitos e os lugares -, e *incorpora-se também em movimento*, ou seja, sem que exista um ponto estático de origem. O movimento também está presente no transcorrer do tempo pelos instantes, responsáveis por dar valor aos sedimentos (SANTOS, 1996), além de estar presente nas articulações contínuas e inconstantes entre o território e a memória.

A compreensão desses movimentos pode se correlacionar com o que Friedrich Nietzsche apresenta como *dinamismo*, um dos princípios de seu discurso e contribuição para a filosofia. Conforme apresenta Marton (2022), a filosofia de Nietzsche assinala quatro marcas: *pluralismo*, *perspectivismo*, *experimentalismo* e *dinamismo*. O pluralismo indica que as palavras utilizadas pelo pensador não são unívocas, ou seja, não correspondem a semânticas literais, podendo contribuir para a formulação de conceitos e discussão de ideias de modo mais abrangente. O perspectivismo determina o entendimento de que qualquer discussão de ideias deve ser analisada por diferentes perspectivas, para que se tenha uma compreensão cada vez mais completa sobre determinado assunto. O experimentalismo da filosofia Nietzscheana indica que o ser humano consiste em um experimento, por si só, dispondo-se a sempre experienciar o

¹⁷ Para nortear esse estudo, utiliza-se “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, livro publicado em 1996, em que o geógrafo brasileiro discute o conceito de espaço geográfico, associando-se às noções de técnica e tempo enquanto sistemas, que se articulam com diversas noções correlacionadas. Desse modo, o livro torna-se uma importante síntese epistemológica da geografia.

¹⁸ A teoria do filósofo Friedrich Nietzsche, atuante no século XIX, é abordada a partir do que apresenta Scarlett Marton, filósofa e professora titular de história da filosofia contemporânea da Universidade de São Paulo, no curso *online* ministrado pela mesma na plataforma Casa do Saber. Disponível em: <https://lp.casadosaber.com.br/gratis/nietzsche-com-scarlett-marton/assista?utm_source=CRM&utm_medium=EMAIL&utm_campaign=S41_5_CON__CURSOSGRA__5_N-ASSI>. Acesso em março, 2023.

pensar. O dinamismo, por fim, indica que nada existe de fixo e estável no mundo, mas, na verdade, tudo está em permanente mudança¹⁹.

O geógrafo Milton Santos (2022, p. 41) salienta, “o fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de sua revelação dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”, afirmação que endossa o discurso de Nietzsche, por permitir interpretar a unidade presente na transformação do homem e da estrutura operada por ele: o espaço habitado²⁰. Importa reiterar, para o autor, o espaço não se trata de um objeto ou de um sistema de objetos, mas uma realidade relacional pela qual um conjunto de formas – objetos geográficos – contém “frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 2022, p. 31). Santos afirma, ainda, que por essa constante troca entre o *ser* e o *mundo*, o ser em sua condição existencial permanece em constante metamorfose, intermediada por suas próprias determinações; constância em interação direta com a forma, gerando o conteúdo do espaço habitado, pois esse ser, social e em transformação, possui influência direta na transformação da sociedade que o circunscreve. Trata-se, portanto, de “um movimento permanente e, por esse processo infinito, a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente” (SANTOS, 2022, p. 31).

Ainda refletindo sobre o dinamismo, frente à evolução do ser e sua interação com o meio que o circunda, Nietzsche aponta que homem e mundo são indissociáveis, sendo ambos processos em intensa relação a todo instante diante da duração (MARTON, 2022). Desse modo, figura-se o entendimento de que, se o homem é o sujeito de ação sobre o mundo, o mundo pode ser compreendido como sujeito de ação sobre o próprio homem. Nietzsche entende a necessidade da recuperação a unidade entre homem e mundo. Se o mundo for considerado como um conjunto de possibilidades, o veículo dessas possibilidades está nos eventos, sendo o *lugar* o depositário final dos eventos²¹ (SANTOS, 1996).

¹⁹ A contribuição do filósofo é proveniente das noções filosóficas pré-socráticas de Heráclito de Éfeso, que entende a existência humana como uma construção contínua, a teoria do devir ou o vir-a-ser.

²⁰ O espaço habitado é compreendido por Milton Santos (2022, p. 41) sob duas abordagens: a primeira, do ponto de vista biológico, relaciona-se ao grau de adaptabilidade do ser humano às diversas condições naturais encontradas no mundo; a segunda, no entanto, vincula-se à adaptabilidade humana frente às alterações sociais, quando o homem não mais é entendido como indivíduo isolado, e sim um ser social. Ainda, o autor contribui a partir de Mabogunje (1980), o espaço pode ser conceituado por três modos: (i) em sentido absoluto, como uma ‘coisa’ de existência única/ específica (esse se trata do espaço compreendido pelo cartógrafo ou agrimensor, diante de um quadro de referências convencionais, latitudes e longitudes); (ii) o espaço relativo, que destaca as relações entre objetos e somente existe pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros; e (iii) o espaço relacional, percebido como conteúdo das relações, representadas no interior de si mesmo.

²¹ Em Santos (1996), o que se compreende como evento pode ser entendido com outros nomes na filosofia, como: momento (Lefebvre), instante (Bechelar) e ocasião (Whitehead), por exemplo. Os eventos são elementos

Em Magnaghi (2001), o território é reafirmado como um produto histórico de atos humanos, em relação coevolutiva com o ambiente natural sendo, desse modo, apresentado como o ambiente do homem. Entretanto, é o *lugar* que define a identidade do território, incluindo, assim, uma variável de extrema importância para a constituição do processo histórico de longa duração: o tempo. O entendimento de lugar, para Magnaghi (2010), segue em direção contrária à noção atemporal do espaço, enquanto forma cartográfica abstrata, pois estabelece-se como indissociável à variável do tempo; somente pela dimensão temporal a força identitária dos lugares é revelada, inferindo diretamente na existência individual e coletiva dos seres, nos processos cognitivos, perceptivos, linguísticos e sensoriais. Desse modo, “os lugares condensam valores, representações e são fonte de identificação [...], resultado de uma sedimentação de experiências e símbolos inseparáveis da existência humana” (FERRATA, 2021, p. 18, tradução nossa). Seguindo a mesma lógica de raciocínio, Santos (2022) salienta, o lugar é um conjunto de objetos dotados de autonomia em sua existência, pois produzem outros objetos e formas, mas sem autonomia para dar significado a esses objetos e formas, e, de alguma maneira, dar-se sua própria identidade, pois nele, todos os dias, surgem novas funções que se impõem e se exercem, dadas por quem interage com esses lugares, ou seja, os seres em metamorfose.

Em termos pragmáticos, considerando compreender os processos de valorização do território a partir do retorno aos lugares, somando-se às noções de comunidade, entende-se, o homem, como quem protagoniza ações, torna-se *sujeito*, enquanto o mundo, recortado pela dimensão temporal, garante-se pelo *lugar*. Portanto, a díade Nietzscheana “homem-mundo” torna-se, “sujeito-lugar”. Conduzir um processo considerando não o homem/ sujeito e nem o mundo/ território de modo individualizado, mas a interação entre eles – homem-mundo; sujeito-lugar – , contribui por salientar a subjetividade inerente aos processos e objetos. Nesse sentido, o processo somente alcança os resultados propostos quando parte dessa relação. Essa noção se torna chave para subsidiar a corrente motora movedora de um sistema de valorização da

essencialmente da atualidade; quando se dão, esgotam suas possibilidades, condicionando a geração de novos eventos, em um processo infinito de combinação de forças associadas ao tempo. São atuais, absolutos e sucessivos, mas à medida em que se estendem uns sobre os outros, criam a continuidade do mundo vivente, em constante movimento (LESLIE PAUL, 1961 apud SANTOS, 1996, p. 124). Por correlacionarem-se ao movimento e à existência do mundo, o autor afirma que os eventos são responsáveis pela transformação das coisas, tornando-as dotadas de novas características. Os eventos transformam, inclusive, as identidades, pois correspondem à ação, o que os tornam dependentes de um sujeito, para operar e gerar o conteúdo.

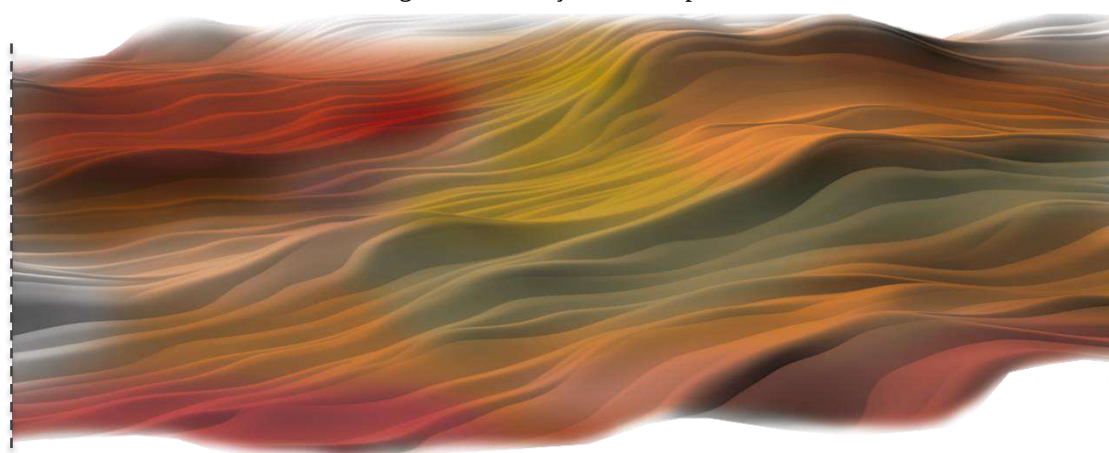
memória coletiva a partir dos sujeitos, pois esses não podem ser considerados agentes sem estarem vinculados ao que os estrutura, o próprio território sob escala dos lugares.

2.3.1. A duração como atributo subjetivo, parâmetro para a revelação de sedimentos memoriais

Orientando-se por Bergson (2006), para a definição da duração, indica-se: não há afeto, representação ou volições (decisões) que não se modifiquem a todo instante; “se um estado de alma cessasse de variar sua duração deixaria de fluir” (BERGSON, 2006, p. 1). Nesse sentido, pode-se afirmar: a duração está diretamente relacionada ao movimento, mas não somente a esse, também se relaciona com o substrato que sustenta as transformações territoriais e memoriais. A duração consiste no todo pelo qual o ser e as estruturas de território e de memória, se espriam e originam caminhos sob infinitas possibilidades. Além disso, conforme Bergson (2006), para a compreensão da existência dos seres/ indivíduos, a duração é interpretada como um atributo inerente à subjetividade.

De acordo com o autor, a duração não é una-isolada, mas insere os indivíduos em contato com inúmeras outras durações que se transpassam entre si, para cima, baixo, frente, esquerda, direita etc; assim, permanecem não no absoluto, mas no *espectro*, na transição, como nas milhares, ou infinitas, tonalidades entre a cor vermelha e a cor amarela ou verde. Desse modo, representativamente, pode-se imaginar um tecido rugoso, extremamente irregular, com dobras e desdobras em alturas e dimensões distintas, porém colorido por diversas cores, dispostas em um espectro. Assim consiste a duração, um substrato infinito, em incessante movimento.

Figura 7: A duração como espectro



Fonte: Elaborado pela autora.²²

²² Imagem modificada de https://br.freepik.com/fotos-gratis/abstrato-ondulado_48003254.htm#&position=34&from_view=search&track=ais_ai_generated&uuid=12cf585a-f19b-4919-997a-a7034aabecb0#position=34>Freepik.

A duração consiste no movimento, pelo qual os seres conectam-se com sua própria existência, acessando a subjetividade intrínseca a eles, “se avolumando sem cessar, em um presente absolutamente novo” (BERGSON, 2006, p. 52). O movimento, porém, pode ser sentido por contrações e distensões de uma mola, conectada diretamente à vontade dos seres, em diferentes graus. A mola contrai a personalidade do indivíduo, empurrando o passado para o presente em um constante movimento de criação de novas realidades. Enquanto experimentam a duração, a consciência útil dos seres é cada vez mais nula, porém, é por essa experiência inconsciente que se determinam os sedimentos de memória. A existência da memória é dependente do movimento da “mola duracional”, sedimentando o passado no presente e distendendo-os em movimentos contínuos. Desse modo, entende-se, a memória é constituída pelo acúmulo e transformação de sedimentos memoriais passados e presentes, ambos amalgamados ao substrato da duração.

Pela filosofia de Heidegger, a memória é sempre reconstruída, propondo que os seres sempre acabam prisioneiros dos espectros; como salienta Negri (1933, p. 95), “somos ontologicamente reconstruídos na relação com a memória: quero dizer, com isto e aquilo que a memória falsifica, nos é restituído por nosso ser de maneira física e afetiva”. De acordo com o autor, o que constrói o ser de maneira sólida é o corpo, no entanto, o que estabelece a dialética entre o corpo (finito) e o tempo (infinito) é a memória²³. Entretanto, Santos (1996, p. 118) reitera, o lapso de tempo em que um dado evento tem presença eficaz constitui a duração.

No sentido da duração previamente descrita, entende-se, a memória não consiste em um registro ou compartimentação, pois não há compartimentos na subjetividade. A memória segue em continuidade junto à duração, apontada por Bergson (2006, p. 47) como, “o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança”. A acumulação de passado sobre passado é constante, não estaciona e, nesse sentido, a memória opera por resgate, pois o próprio passado se conserva em si mesmo. Tudo o que se vive no presente é resultado de uma acumulação de sedimentos passados, os quais influenciam diretamente no “hoje”.

A noção que concretiza o entendimento da constante transformação e espraio do território, do tempo e da memória é a compreensão conceitual do *rizoma*, apresentada por Gilles

²³ Na abordagem Territorialista italiana, a memória territorial é representada por manifestações equilibradas entre transformações antrópicas e os recursos territoriais, a partir das invariâncias estruturais, essas últimas estabelecendo-se como ações antrópicas permanentes e resistentes aos movimentos e transformações da longa duração (CARTA, 2001).

Deleuze e Félix Guatarri no primeiro volume da série “Mil platôs” (DELEUZE & GUATARRI, 2000)²⁴. O rizoma, sobre esse substrato, se espalha a partir das ondulações e das movimentações duracionais, considerando infinitas possibilidades.

As estruturas rizomáticas consistem em redes não-genealógicas, distintas de raízes e radículas lineares e binárias, considerando uma representação reticular por bulbos e tubérculos que aponta para seis princípios aproximativos. Os dois primeiros princípios dizem respeito à *conexão* e *heterogeneidade*, indicando que qualquer ponto do rizoma pode e deve ser conectado a outro, dando sequência à estrutura pela criação de uma trama com novas formas e caminhos. O terceiro princípio corresponde à *multiplicidade*: quando o múltiplo é tratado como substantivo e não adjetivo, ele deixa de ter relação com o sujeito ou com o objeto. Nesse sentido, em paralelo com o aporte teórico para a valorização patrimonial, se a metodologia proativa for entendida como rizomática, essa, mesmo ativada a partir do sujeito, passa a consistir um processo inerente à multiplicidade e, por isso gera diferentes resultados por cada singularidade processual; a patrimonialização proativa, assim, consiste em um bulbo que cria caminhos e reentrâncias diversas, para construir e alcançarem objetivos unos-múltiplos²⁵.

No quarto princípio, indica-se a *ruptura a-significante*, pela qual o rizoma é apto a ser rompido em qualquer ponto de sua trama, sem que perca sua continuidade, pois retoma o movimento a partir de outras de suas linhas. Há ruptura no rizoma toda vez que linhas segmentares eclodem em outras linhas de fuga, originando um novo segmento carregado de novos significados. É importante reiterar, as linhas que compõem o rizoma sempre se remetem umas às outras. Por essa noção, se os ciclos de constituição e transformação territorial forem entendidos por estruturas rizomáticas, a ruptura a-significante determina o instante em que se inicia o processo de reterritorialização. Esse entendimento é chave para reiterar a compreensão do constante movimento de transformação do território, por ações diversas – na perspectiva desse estudo, partindo de um processo de valorização do território como bem comum. Por esse motivo,

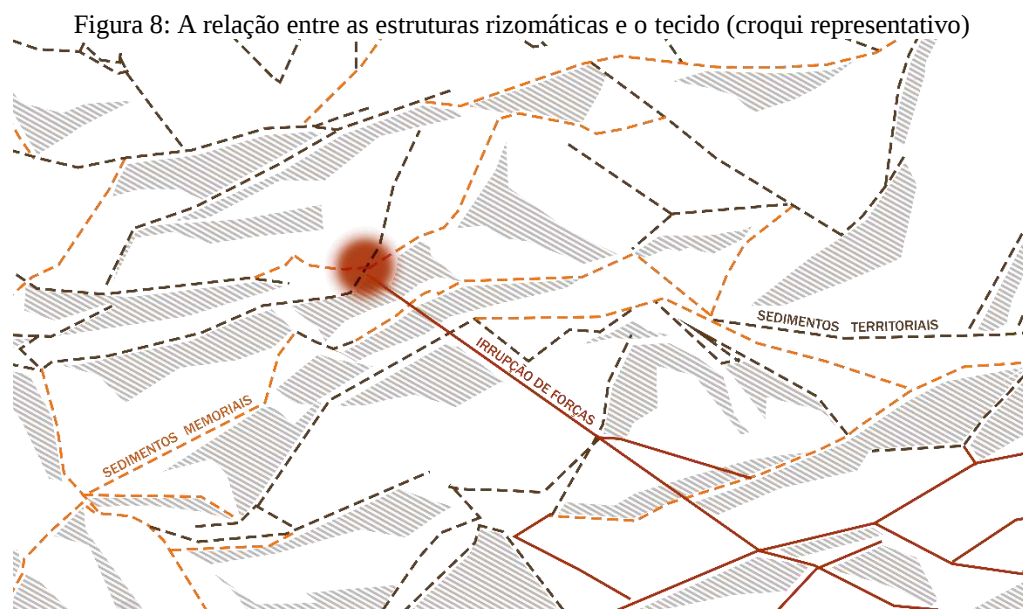
²⁴ As correlações estabelecidas com a filosofia Deleuziana são possibilitadas por um primeiro contato com a série Mil Platôs na disciplina “Tópicos Especiais: Arquitetura, Urbanismo e Micropolítica”, ofertada pelo PPGAU/UFES e ministrada pelo Prof. Dr. Luterio Proscholdt Almeida. Na ocasião, as discussões tangenciaram o estudo da cidade contemporânea, ancorando-se nos discursos científicos pós-estruturalistas e partindo de categorias como micropolítica e cartografia, desejando pensar a cidade de modo mais subjetivo, participativo e solidário. As discussões possibilitaram um pensar transdisciplinar entre a arquitetura e o urbanismo, com a filosofia e as ciências sociais, e, posteriormente tornaram-se chave para a discussão do sujeito-lugar frente à operação territorial, garantindo a possibilidade de serem ampliadas as discussões que partem do aporte teórico e metodológico da ETI.

²⁵ “A noção de unidade aparece quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante, ou em um processo correspondente de subjetivação” (DELEUZE & GUATARRI, 2000, p. 16).

entende-se, as ações de patrimonialização, singulares à cada recorte espaço-temporal, consistem em alternativas para geração de outras possibilidades territoriais à medida que criam novos conteúdos para a trama rizomática.

Por fim, o quinto e o sexto princípio correspondem à *cartografia* e à *decalcomania*, indicando que o rizoma é estabelecido como estranho a qualquer ideia de eixo genético, ou estrutura geracional. O eixo genético pressupõe a sucessão de estágios, assim como estruturas profundas consistem em sequências basilares que se decompõem em constituintes imediatos. O rizoma, no entanto, consiste em um mapa construtor, propondo sempre a novidade e não a repetição. É aberto como o mapa e conectável em todas as dimensões, sendo adaptável, desmontável e reversível, à medida de seu espreado na duração.

Em uma dupla estrutura rizomática, em que a duração permanece como um substrato espectral e localizada entre os rizomas referentes ao território e à memória, a díade sujeito-lugar advinda da ideia de homem-mundo, pode ser entendida como transeunte nômade, entendendo o nomadismo como a não fixação em um ponto específico, mas o movimento contínuo, em continuidade, pelo além-do-homem²⁶. Sob essa perspectiva, os sedimentos memoriais, em movimento de acúmulo e transformação, vinculam-se às sequências rizomáticas territoriais em encruzilhadas ou constituindo outras linhas de força, em conjunto.



Fonte: Elaborado pela autora.

²⁶ Em Nietzsche, o *além-do-homem* corresponde à afirmação da existência humana, para além das amarras tradicionais e funcionais, por onde o ser atravessa o mundo inteligível de Platão, presenciando o mundo sensível, criando e sendo criado por si mesmo. A abordagem Nietzscheana indica pelo além-do-homem, o caráter de continuidade e horizontalidade da existência.

2.3.2. A ação intencional sob dimensões simbólicas, práticas e sensoriais

A intencionalidade consiste no limiar entre o sujeito e o objeto, ou entre a ação e o objeto, como afirma Milton Santos (1996). Essa se estabelece como um objetivo comum, dependente de um sujeito. Essa concessão é proveniente de uma aspiração – ou desejo – anterior e pode estar relacionada à incorporação de sedimentos de memória em processos decisoriais. Ao contrário da intencionalidade, no entanto, a ação intencional se desenvolve como concretização de aspirações em *vontade de potência*, ou seja, em disposição para a criação (MARTON, 2020).

Manuel Castells (1997), ao tratar do vínculo dos indivíduos com a construção da identidade coletiva, indica serem os sujeitos constituídos a partir de indivíduos que atingem o significado holístico de sua experiência. Desse modo, compreende-se, o sujeito não consiste em um indivíduo estático, mas sim, diretamente vinculado a uma ação – inerente à atribuição de significados, ao projetar, ou à operação – um ator social.

Nesse sentido, compreendendo o mecanismo proativo originado a partir dos sujeitos – atores sociais e/ou habitantes –, busca-se discutir e entender de que modo se torna possível suscitar a intencionalidade inerente ao processo da patrimonialização, sustentada ou ancorada em atributos cognitivos diante da duração, do território e da memória, discutidos anteriormente. Nessa perspectiva, interessa entender a relação entre o sujeito, o processo e o objeto/ produto, acionada por um desejo subjetivo, inerente ao que se compreende como intencionalidade, acionada pela memória ou contida nessa. A metodologia discutida deve se ancorar nesses pequenos dilemas para entender de onde vêm e como suscitam os aspectos subjetivos determinadores do desenvolvimento de ações para a patrimonialização.

Apontada por Santos (1996) como um traço fundamental da vida em movimento, a intencionalidade se trata da “presença das coisas nas coisas” (BEAUFRET, 1971 apud SANTOS, 1996). Consiste no limiar entre o sujeito e o objeto, estabelecendo-se como um objetivo nascente na subjetividade, considerando a indissociabilidade do sujeito em relação à memória e ao território. Conforme Santos (1996, p. 72), a intencionalidade compõe uma tensão insuperável entre objeto e sujeito, transformando as contradições. Desse modo, se o processo de patrimonialização pressupõe a dependência direta do sujeito, pressupõe também a influência da própria intencionalidade.

A intencionalidade se difere da ação. Essa última acontece a partir do funcionamento das engrenagens componentes do mecanismo, mas a primeira é determinada por um instinto/

desejo, anterior à ação intencional. Como hipótese preliminar, sugeria-se, a intencionalidade seria revelada a partir da ação de consciencialização, porém, a partir da leitura e interpretação do aporte teórico, evidencia-se que a intencionalidade, na verdade, estabelece-se em um movimento anterior à irrupção do mecanismo proativo, por estar incorporada a processos locais pré-existentes, possibilitados por atos territorializantes.

As concepções de “ação intencional” e “ato territorializante” são entendidas pelo mesmo significado. A teoria territorialista italiana indica o território pensado não somente como um aglomerado de sedimentos territoriais, mas como uma estrutura processual coevolutiva entre o ambiente natural e os atos territorializantes. Conforme apresenta Magnaghi (2001), os atos territorializantes consistem em processos que incorporam valores antropológicos, pelos quais as civilizações se estruturam sobre o espaço/ território, organizando-se em uma constante de processos de assentamento e afirmação espacial. Cada ciclo de territorialização remonta não a uma natureza original, mas a outras realidades propiciadas pela sobreposição de atos anteriores, de modo não sequencial. Essa propriedade manifesta os atributos subjetivos inerentes à interação do sujeito com o território, consonante à duração.

Para a concretização dos atos constam processos de: nomeação ou controle simbólico; reificação ou controle prático; e estruturação sensível. Nesse sentido, é possível verificar uma lógica estruturante em três dimensões: simbólica, prática e sensorial (Quadro 3).

Quadro 3: Por uma lógica dos atos territorializantes

SIMBÓLICO	PRÁTICO	SENSORIAL
Significante ↓ Significado ↓ Designador	Materialidade primária (Natural ou construída) ↓ Intervenção ↓ Materialidade secundária (Construída)	Território ↓ Sentido (Razão) ↓ Estrutura
SABER TERRITORIAL	RECURSIVIDADE	CAMPO OPERATIVO

Fonte: MAGNAGHI, 2001, p. 8

A dimensão simbólica possui relação direta com os sedimentos cognitivos integrantes da estrutura territorial, por originar o saber territorial. Por ela, apreende-se o primeiro ato de tomada de posse de um espaço natural, dando significado para o assentamento.

Considerando a noção de composição das relações simbólicas sobre o território, assimila-se, por Bergson (2006), sujeitos que compreendem a realidade por essas relações, estão, na verdade, atormentados pelo desejo de diferenciar o que faz ou não parte da realidade²⁷. Desse modo, para o autor, os sujeitos somente conseguem perceber o seu entorno quando lhe dão significado. Nesse ponto, duas ideias chamam atenção: a primeira, diz respeito ao desejo pela distinção, o desejo, sobretudo intrínseco ao indivíduo; a segunda, na distinção intrínseca ao que é externo ao indivíduo, é ao mesmo tempo considerada “parte” do mesmo, à representação, novamente compreendendo e ressaltando o todo: homem-mundo.²⁸

Em “Território, poesia e identidade” (1997), Haesbaert admite, por contribuição de Castoriadis (1982, p. 144), “nada permite determinar as fronteiras do simbólico”. Nesse sentido, ainda que determine uma referência real concreta, o símbolo deve se posicionar como um meio-termo, em que se determinam aspectos da vida social, mas, deve se manter uma característica porosa, carregada de graus de liberdade para a abstração. Isso se dá pois a ação de dar significado é diretamente conectada com a imaginação proveniente da subjetividade.

O simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é. (...) na medida em que o imaginário se reduz finalmente à faculdade originária de pôr ou de dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são (que não são dadas na percepção ou nunca foram), falaremos de um imaginário último ou radical, como raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico,” (CASTORIADIS, 1982, p. 154 apud HAESBAERT, 1997, p. 24).

Como os significados não podem se privar da referência à realidade, permite-se compreender, a significação dos espaços extrapola os limites materiais, integrando-se à dimensão cognitiva. Desse modo, os significados não são únicos e não se encerram em si mesmos, mas, são dependentes da interpretação do sujeito que o identifica, podendo serem reinterpretados à medida em que avançam no tempo.

Essa noção é concedida à valoração de sedimentos. Assim como também propõe a axiologia, ou filosofia dos valores (LUCAS, 2015), o sujeito é indissociável do ato de valorar, diretamente

²⁷ Gilles Deleuze, ao comentar os textos escolhidos de Bergson em “Memória e vida” (2006), sempre denuncia a ilusão que confunde a duração como uma representação *simbólica* do tempo, tornando-a homogênea e desvinculada da extensão. Para privar o sujeito dessa percepção, Bergson indica a remoção de fatos psíquicos superficiais que funcionam como reguladores da realidade. Por exemplo, ao sonhar, o sujeito não mede mais a duração, mas a sente – do mundo sensível ao mundo inteligível de Platão.

²⁸ Essa discussão se assemelha à reflexão apresentada por Negri (1933), referente ao ato de nomear. O autor indica que a nomeação se trata de um processo coletivo que associa elementos comuns, dando existência a esses por uma decisão coletiva, para que os devaneios na enumeração dos elementos não componham um processo infinito.

relacionado com o próprio ato de patrimonializar. É válido ressaltar, todas as descrições e articulações conceituais não tratam do sujeito como um indivíduo isolado, mas sim, consideram a díade sujeito-lugar como norteadora do raciocínio.

O bem, assim como os valores, é mutável e permanece em constante dinamismo, assim como quem o cria – o homem-mundo, criando e sendo criado por si mesmo. Conforme a filosofia Nietzscheana, os valores são derivados das ações humanas. A introdução da noção de valor pelo filósofo propõe a reflexão sobre a existência de um valor dos valores, no qual poderia se fixar a existência das coisas. No entanto, coerente com o mundo inteligível, Nietzsche aponta um procedimento genealógico possível para a definição dos valores, alcançando duas ações: 1) a relação dos valores com o momento e o lugar em que são estabelecidos, identificando, assim, as avaliações e sua *perspectiva avaliadora* (ponto de vista); e 2) a relação das avaliações como valores coletivos, quando se estabelecem valores por diversos pontos de vista, podendo ser ou não equivalentes ou complementares; para tanto, recorre-se à definição de critérios para definição da valoração, concebido por uma decisão coletiva.

Lucas (2015) aponta que, quando se indica o valor de algo, emite-se um juízo conectado com questões do desejo e da necessidade, atribuições intimamente ligadas à essência humana. A investigação da estrutura de um juízo de valor, no entanto, intenta investigar o sujeito que o valora. Desse modo, a valoração, bem como a significação, não pode dissociar-se do sujeito, pois “valor é sempre valor para alguém [...], é qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado como uma consciência capaz de registrar” (HESSEN, 1980, p. 47 apud LUCAS, 2015, p. 135-136).

Por sua vez, a dimensão prática dos atos territorializantes é salientada pelo processo de reificação, em que ocorre a transformação da abstração em materialidade, do material da natureza em assentamento. Essa dimensão orienta os processos originadores e reveladores dos recursos locais a serem posteriormente operados. De acordo com Daniela Poli (2015), a revelação dos recursos e valores de identidade, quando originadas por ações vinculadas aos sujeitos, podem ser consideradas um “prêmio” e, ainda, garantem a desvinculação de termos vocacionais para o território, ressaltando termos práticos, que evidentemente poderão gerar riqueza para o território local. Contribui:

Um território não é adequado para o cultivo de vinhas (...). É o potencial da cultura da vinha que é reconhecido, portanto, é possível ativar um vínculo entre os atores e o contexto físico para transformar aquele morro em um recurso econômico, simbólico e social. (POLI, 2015, p. 6. Tradução nossa.)

Para a autora, essas apresentam um apoio fixo para, por exemplo, os setores industriais locais poderem evidenciar potenciais de aplicação futura, que somente trarão benefícios locais caso os processos de reconhecimento e valorização estejam voltados para as demandas inerentes ao determinado contexto no qual se inserem.

É a partir das ações provenientes dos habitantes que os caracteres qualitativos dos lugares são evidenciados, determinando a maneira como autor, técnica e material irão produzir determinado recurso para a comunidade local. Desse modo, tanto o produto, como o processo e os ativos inseridos são caracterizados como elementos identitários locais.

Cada ator social, enquanto instigador das riquezas do território apresentadas como recursos, junto às especificidades componentes do lugar em que habita, assume um papel de autoridade, a ser responsável pela execução de projeto orientado ao desenvolvimento local. Essa execução perpassa etapas inseridas em um processo cíclico, de manutenção constante, com o reconhecimento, a descrição dos valores, que devem estar muito bem qualificados para posterior ativação de recursos territoriais. O produto final, assim, garante a concretização dos recursos territoriais em valores agregados, por objetos de valor e produtos da interação entre sujeitos e território, garantindo a reprodução de valores em atos proeminentes da territorialização (CORRADO, 2005, p. 22, tradução nossa).

Poli (2015) também apresenta a contribuição do texto “*La Ressource territoriale*” (GUMUCHIAN & PECQUER, 2007), que tenta compreender a dinâmica relacional entre o patrimônio, enquanto identidade, e o recurso, na tentativa de identificar se ambos determinam processo e produto, ou se ambos são elementos processuais cíclicos. As reflexões alcançadas consideram a necessidade de haver um grupo capaz de perceber o princípio ativador do recurso, inserido no território, também capaz de compreender as condições de existência de capacidade de atribuição de valor a esse recurso e, ainda, as consequências das diversas combinações de ações possíveis na continuidade da gestão dos recursos, capazes de efetivar a evolução territorial ou torná-la nula.

A gestão dos recursos somente é possível pela *dimensão sensorial* dos atos territorializantes. Essa compreende um processo de estruturação dos assentamentos, indicando a criação de sistemas de relações e de regras para sua operação e funcionamento, bem como para sua avaliação, as quais levarão à renovação dos significados, recuperando a estrutura processual que leva a outras realidades locais. Desse modo reitera-se a importância da ação intencional compreendida como disposição para criar, ou seja, disposição para estabelecer um projeto local,

indissociável da interação sujeito-lugar frente à articulação dos caracteres subjetivos articuladas com o espectro duracional.

Os atos territorializantes, assim, introduzem o entendido como agente conciliador dos movimentos entre as tramas do rizoma e a duração: o sujeito. Essas combinações conceituais propõem vincular os atributos subjetivos/ espirituais e objetivos/ intelectuais inerentes ao território, à memória e aos sujeitos vinculados à duração, assimilados no ato de significar, de constituir os recursos e de operar os sedimentos, processos a serem revelados e incorporados em ações de patrimonialização.

Desse modo, a lógica dos atos territorializantes torna visível a definição da ação intencional, permitindo organizar a intencionalidade nas três dimensões supracitadas. No entanto, não somente isso. A lógica permite entender qualquer ação sobre o território como ato territorializante, quando se define um sistema direcionado à irrupção de novas linhas segmentares em uma trama regida por princípios aproximativos do rizoma na duração. Isso se dá pois essas ações não desvinculam o sujeito da estrutura territorial, correspondendo, desse modo, à subjetividade inerente à interação do sujeito com o lugar. É válido ressaltar, a patrimonialização proativa, no sentido de corresponder a um projeto para o desenvolvimento autodeterminado, orienta ações de valorização para a reterritorialização, uma lógica constante de ação territorializante.

2.3.3. Síntese conceitual para subsidiar a discussão metodológica

O mecanismo para a patrimonialização proativa, elaborado previamente, indica a inexistência de uma origem, ou de uma ação principal iniciadora do desenvolvimento processual, pois, por essa estrutura, afirma-se a necessidade da contextualização, ou seja, da identificação das características dos lugares. As características sócio-espço-temporais locais determinam a sequência processual a ser estabelecida. Nesse sentido, mesmo se o processo da patrimonialização estiver inserido na dinâmica territorial, entende-se que há necessidade de uma força para impulsionar o movimento, sendo essa força delineada pela díade sujeito-lugar. A experimentação conceitual realizada corrobora por afirmar esse pensamento, entendendo não somente a concepção da díade como um rizoma, organizado por linhas de força em movimento ininterrupto, mas, também, a própria estrutura metodológica para a patrimonialização proativa como tal.

Como exemplo prático dessa noção, a “entrada” em uma comunidade pode ser realizada por um problema pré-existente, por um projeto já reconhecido, para o qual a comunidade deseja investir esforços. Ou, da mesma maneira, a “entrada” pode acontecer por um movimento ou por problemas não revelados ou não identificados pela comunidade, posteriormente passíveis de estruturar a sequência metodológica de valorização do patrimônio territorial, a partir das ações pressupostas. Desse modo, pode-se dizer, a introdução é determinada por interceptação em um ponto da dinâmica espaço-temporal, uma encruzilhada não estática, pela qual se cria um novo percurso dentro da estrutura rizomática de coevolução dos sedimentos que a estruturam.

Desde o princípio da discussão teórica, os fatores para a mobilização do processo estudado têm sido apresentados como forças, responsáveis pela interceptação diacrônica no tempo-espaço para originar novas possibilidades. No entanto, para subsidiar o raciocínio estruturante da síntese conceitual, considera-se relevante incorporar a noção de *força* à gama de conceitos e relações investigadas, baseando-se na teoria das forças de Nietzsche. De acordo com Marton (2022), as forças não são “algo”, mas um agir sobre, sendo, em sua multiplicidade, processo. Nesse sentido, para o filósofo, as forças estão por toda parte, constituindo o mundo, enquanto reagem umas às outras (MARTON, 2022). Logicamente, se constituem o mundo, constituem seu interlocutor direto: o homem. Nesse sentido, o filósofo contribui que as forças são responsáveis também pela composição do espaço, não pré-existente a elas e, do mesmo modo, se constituem o espaço, “elas mesmas engendram o tempo”²⁹. Assim, a teoria reafirma a ideia de que todas as coisas estão em movimento, afetando e sendo afetadas por uma dinâmica ininterrupta, a qual perpassa o espectro da duração.

Ainda, o filósofo indica, as forças agem e resistem umas às outras, vão até o limite de seu esgotamento e emitem *vontade de potência*, entendida como uma nova força que leva a novos conteúdos (MARTON, 2022). Importa atentar-se a essa afirmação, pois ela conecta-se diretamente com a leitura das estruturas rizomáticas, intentando o princípio aproximativo da ruptura a-significante. Nesse sentido, mesmo sendo finitas³⁰, pela teoria Nietzscheana, mesmo encerradas as forças, o ponto de “ruptura” potencialmente gera a irrupção de outras forças que mantêm o movimento da estrutura que as comporta. Além disso, apreende-se, se as conexões

²⁹ Leitura complementar indicada por Marton (2022): Fragmento Póstumo 39 (12) de junho – julho de 85.

³⁰ A doutrina Nietzscheana do “eterno retorno do mesmo” determina que a força é finita, no entanto, o tempo é eterno. Uma determinada combinação de forças pode ocorrer infinitas vezes, repetindo-se do mesmo modo em diversos recortes temporais, mesmo que as forças componentes tenham se esgotado. O eterno retorno garante o caráter supra-histórico dos eventos.

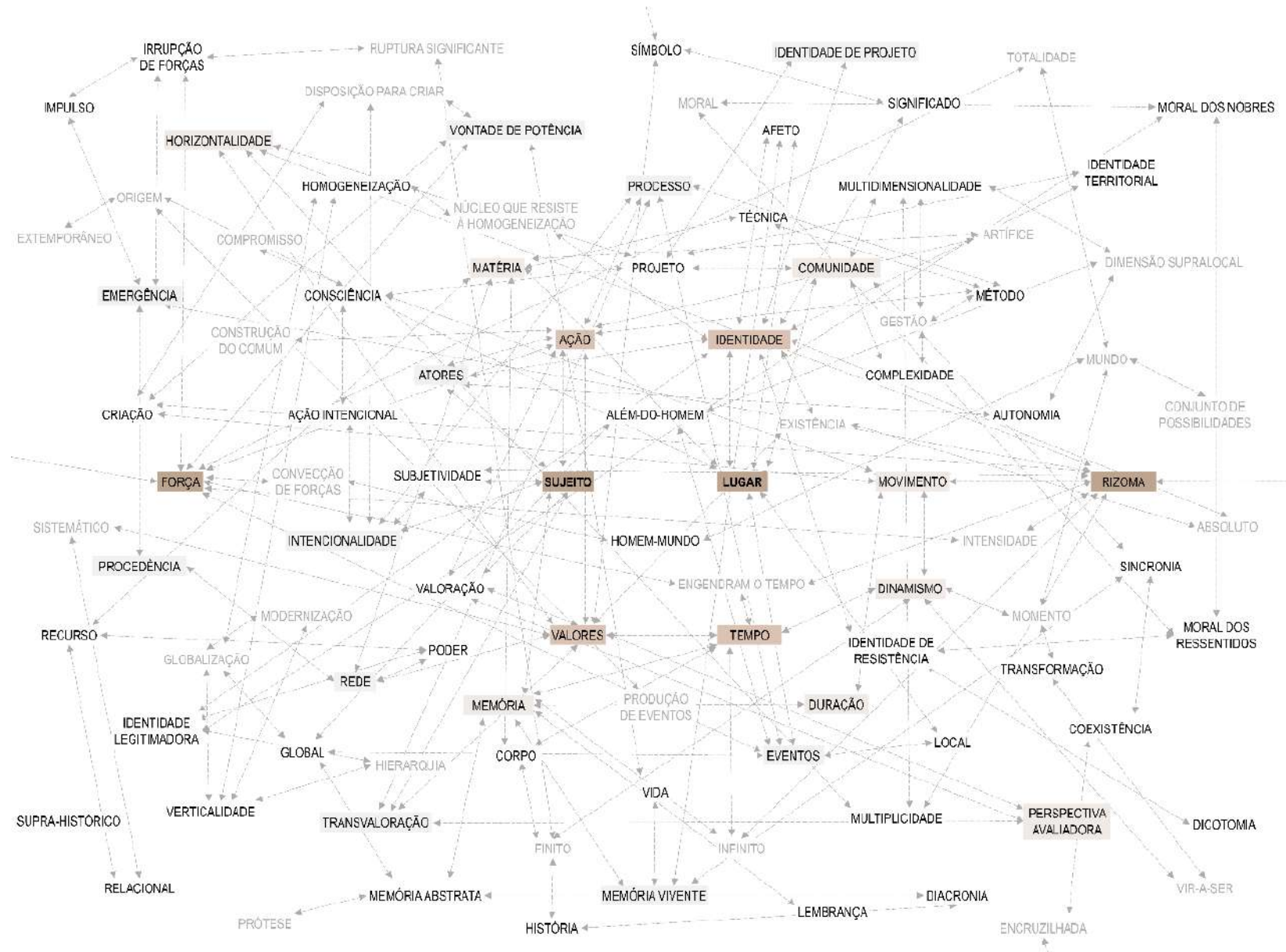
entre as noções conceituais retornam para outros conceitos, de modo a criar novas linhas de raciocínio, entende-se que a própria estrutura do pensamento não se define como linear fechada, mas aberta, indicada também pelo rizoma, a trama horizontal que estrutura o pensamento.

Desse modo, para representar a experimentação conceitual e contribuir para a organização da linha de raciocínio difundida previamente, busca-se, nesse momento, elaborar um mapa conceitual síntese, subsidiado pelas noções e interpretações apreendidas nos itens anteriores. Assim, são vinculados os conceitos que sustentam em teoria as hipóteses da pesquisa, evidenciando, principalmente, a complexidade inerente à subjetividade da díade sujeito-lugar e associada necessidade de uma estrutura metodológica aberta, a ser moldada pelo contexto comunitário onde será inserida. As noções conceituais se estabelecem como forças, interagindo entre si e estruturando possibilidades outras de compreensão do pensamento.

Entende-se a discussão apresentada, enquanto constelação conceitual, como um céu sob o qual as ações pragmáticas deverão estar articuladas, pelo qual a teoria é posta em prática (Figura 9). Assim como é o universo físico, os pontos componentes podem se aproximar, distanciarem-se ou mesmo se sobrepor entre si, devido às forças atuantes sobre os mesmos. Os pontos nesse momento definem as noções e os conceitos, mas, mais do que as noções *cruas*, o realmente importante na representação constelar são as inter-relações e suas conexões, formadoras de linhas de raciocínio diversas e impulsionadoras de incontáveis estruturas de revisão epistemológica de tudo o que fora sugerido e discutido, sobretudo no que tange ao vínculo entre sujeito-lugar e às ações de patrimonialização³¹.

³¹ A ideia da representação constelar parte da breve leitura da tese de doutoramento “*Atualizando o valor de monumento*” (ALMEIDA, 2005), que realiza um mapeamento fotográfico por sua vez referenciado em “*Cronotopos*” (SANTANA & DEVESSA, 1999). A partir dessa, ousou-se perceber que, de algum modo, essa representação se assemelhava com a proposta estrutural do projeto acadêmico *Atlas do Chão*, imaginado como/por “[...] uma coleção de mapas e um sistema constelar de imagens que permite visualizar o mundo e navegar por ele. [...] Proximidades e distâncias, intervalos, contatos. Parentescos. Constelações. Ligar pontos isolados, gerando estruturas rizomáticas que lhes dão novos sentidos”, disponível em: < <https://www.atlasdochao.org/sobre/>>. Acesso em novembro, 2022.

Figura 9: Constelação conceitual



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, a representação é estruturada a partir da compreensão de *sujeito* e *lugar*, pelas quais irradiam-se as demais noções conceituais. No mesmo eixo horizontal, nas extremidades da gama de relações, outras duas noções são apreendidas como pilares para estruturar o pensamento que leva aos conceitos investigados: as noções de *força* e *rizoma*, discutidos por todo o aporte teórico. É importante salientar, essas duas noções garantem a construção de novas outras linhas de pensamento, para além do escopo dessa pesquisa e, por esse motivo, são representadas conectadas a linhas relacionais para além do limite do diagrama.

Em volta das noções-chave, são incorporados outros pontos para a constelação, articulados diretamente aos anteriores, com mais ou menos evidência. Em um segundo grau de intensidade, organizam-se concepções referentes a: *ação*, determinante para originar o movimento que subscreve as possibilidades de interpretação da díade sujeito-lugar; o *tempo*, substanciado pelas forças interceptoras da díade estruturante; os *valores*, diretamente articulados com a subjetivação do espaço e operação de sedimentos cognitivos e memoriais; e a *identidade*, força definidora dos lugares pelo sujeito, atravessando o mundo inteligível e afirmando a existência humana por conexão indissociável com o mundo.

À medida do esgotamento e da complementariedade dessas noções, outras mais vão sendo adicionadas, em diversas intensidades, sobreposições e interrelações, até o alcance da constelação, pela qual as ações práticas são subsidiadas. Desse modo, a estrutura elaborada confirma-se pelos princípios do rizoma, determinando a complexidade de se pensar um projeto envolvendo sujeitos e lugares.

3. ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS NA INTERAÇÃO PESQUISADOR-COMUNIDADE

Para as ações de valorização da memória coletiva, fortalecimento da identidade e planejamento local, faz-se extremamente necessária a experimentação e o estudo de casos concretos como método de transmissão de conhecimento e aprendizagem, comprometendo-se com a realidade dos lugares, a fim de readquirir a capacidade descritiva e interpretativa, para a apuração de soluções reais. Maurizio Carta (2004), ao tratar da experiência em contextos locais para a valorização da identidade dos lugares na operação do território, afirma que as ciências que visam estudar e planejar o território possuem o dever de “comprometer-se com as regras da realidade local, recuperar a capacidade de descrever e utilizar corretamente os instrumentos de interpretação ou forjar novos e mais adequados” (CARTA, 2004, p. 21, tradução nossa), experimentando novas oportunidades de operação efetivas para a resolução de problemas.

A socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2013) compreende que, pelo trabalho de campo e consequente aproximação do pesquisador com a realidade, constrói-se o conhecimento empírico, por interação entre os atores envolvidos na pesquisa, incluindo o próprio pesquisador. A autora indica que a experiência de campo pode contribuir diretamente na discussão de ideias, teorias e hipóteses, permitindo ao pesquisador as confrontar. Por esse motivo, o embasamento teórico e conceitual não é excluído, mas endossado pelas experiências campais, nas quais o pesquisador explora possibilidades para o entendimento de suas apreensões iniciais e/ou anteriores³².

O campo, nesse sentido, trata-se do recorte espacial correspondente à abrangência do recorte teórico, ou seja, do objeto de investigação. Nesse trabalho, é delimitado por comunidades em que se torna possível interagir com habitantes, para notar processos locais viabilizadores do desenvolvimento de ações de patrimonialização. Na pesquisa social discutida por Minayo (2013), os sujeitos são identificados não somente pelos interlocutores, mas, também, pelo pesquisador, construindo juntos uma relação intersubjetiva. Assim, correlacionando a teoria metodológica com as apreensões conceituais da pesquisa, entende-se, o pesquisador se estabelece como um ator que contribui diretamente na determinação das ações de patrimonialização, não por atuar sobre o território, mas por se envolver com o contexto inserido, observando e mediando procedimentos cognitivos instigadores dos sujeitos a reconhecerem

³² Minayo (1993) contribui que se a experiência de campo exclui do embasamento bibliográfico, o empirismo torna-se uma verdade absoluta, ausente de crítica, em oposição ao método científico.

suas raízes, vivências, objetivos e projetos. Por esse motivo, o modo como as atividades se dão no contexto comunitário infere diretamente no retorno ao pesquisador, seja na obtenção de dados ou nos processos de análise.

Minayo (2013) menciona que, embora existam diversos caminhos para a realização de trabalho de campo, dois instrumentos são essenciais para seu acontecimento: a observação e a entrevista. A observação compreende a captação de tudo o que não é dito, mas assimilado pela atenção do pesquisador e que, sob seu próprio ponto de vista, deve ser levado em consideração. Por outro lado, a entrevista compreende a interação, sobretudo partindo do diálogo, a qual torna as informações condicionadas à subjetividade de pesquisador e interlocutor. No entanto, o empenho na interação entre pesquisador e sujeitos deve ser investido para que, metaforicamente, “o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas” (MALINOWSKI, 1984, p. 37 apud MINAYO, 2013, p. 61).

A partir do alinhamento entre teoria e prática, torna-se possível estabelecer uma estrutura metodológica a fim de alcançar a corporificação das apreensões conceituais para os objetivos da pesquisa. As atividades metodológicas, assim, são apresentadas por evidência de ações pertencentes ao vínculo sujeito-lugar e por definição estrutural de procedimentos envolvendo sujeitos e lugares. Desse modo, intenta-se constatar a definição do corpo coletivo enquanto binômio sujeito-lugar, atuante nas aplicações práticas a serem estudadas. E isso é estabelecido para além do entendimento das escalas, dos instrumentos e procedimentos envoltos aos processos participativos para a valorização do patrimônio.

Assim sendo, considerando a síntese conceitual previamente experimentada e compreendida, a seguir, propõe-se a elaboração metodológica que estrutura as ações a serem desenvolvidas com as comunidades. Essa elaboração é realizada em três momentos: o primeiro visa qualificar o que se entende como comunidade projetante como modo de operação do binômio sujeito-lugar, o segundo esboça as ações que deverão ser encaminhadas junto aos contextos comunitários, e o terceiro relata a experiência com as comunidades.

3.1. CONCRETIZAÇÃO EM PROJETO DO BINÔMIO SUJEITO-LUGAR: COMUNIDADE PROJETANTE

A dicotomia indivíduo-coletivo infere substancialmente no entendimento das organizações sociais, pois se relaciona tanto com a formação de grupos, como com a organização e distribuição funcional dos mesmos. Para a identificação de ações desenvolvidas pelos sujeitos

em seus contextos locais, torna-se importante compreender o modo da subjetividade encontrar a realidade e tornar-se concreta. A partir do proposto por Daniela Poli (2013), entende-se ser o desenvolvimento da identidade projetual o processo onde é concretizada a intencionalidade, quando se promovem estilos de vida inclinados à construção de uma comunidade projetante.

Se identidade e identidade territorial dialogam diretamente, mesmo encontrando uma definição para a conceituação da comunidade e de seu caráter projetante, não é possível dissociar a compreensão da relação do indivíduo com o corpo coletivo em sua definição, nem do caráter individual e coletivo coexistente, no próprio entendimento de comunidade. Ainda, para esse indivíduo exercer função na organização coletiva, deve predispor da vontade de potência, possibilitando a criação – projeto. Nesse sentido, torna-se importante articular as noções de comunidade e identidade, sobretudo a identidade projetual, para melhor identificar os contextos nos quais se inserem os sujeitos interlocutores.

O termo “comunidade”, de acordo com o apresentado por Sergio De La Pierre (2020), devido aos diversos raciocínios e modelos interpretativos, determina-se por um conceito vago, amplamente difundido em discussões no âmbito da sociologia e antropologia. Essa noção indica a possibilidade de vir a ser considerado um conceito nômade, bem como as apreensões conceituais de “patrimônio” (CHOAY, 2001), que perpassam diversas dimensões, disciplinas e reflexões a seu respeito. No entanto, um fator indiscutível da definição de comunidade é seu caráter de organização social coletiva, potencialmente vinculado ao entendimento de sociedade.

Comunidade e sociedade podem ser diferenciadas pela forma como os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo. Conforme apresenta De La Pierre (2020), o sociólogo Ferdinand Tönnies (1887)³³ afirma que qualquer convivência íntima e/ou particular se relaciona diretamente com a vida comunitária, enquanto a vida em sociedade consiste em uma convivência de caráter público, “do mundo”.

Sob perspectiva da evolução teórico-conceitual encontrada na sociologia, De La Pierre (2020) indica, no século XIX, a partir de um pensamento orientado pelo positivismo e pelo organicismo, pensadores como Auguste Comte e Émile Durkheim se tornaram responsáveis por acentuar o contraste entre a noção de comunidade, frente ao que se entende como sociedade. Essa apreensão, de acordo com o discurso dos pensadores, advém de uma diferenciação das características dos recortes sociais ao longo do tempo. Os autores indicam que a ideia de

³³ Referência indicada por Sergio De La Pierre (2020).

comunidade teria surgido e sido correntemente firmada em uma temporalidade anterior ao surgimento das indústrias, enquanto, a partir da era industrial, firmava-se uma lógica não mais de comunidade, porém de sociedade. No entanto, De La Pierre (2020) afirma, essa dicotomia de comunidade e sociedade apreendida sob aspectos presentes na longa duração, na verdade, desconsidera a relação de sistemas de ordenamento de pequenos grupos sociais e sua submissão aos grandes poderes, enfraquecendo as discussões a respeito. Por exemplo, em um recorte socio-temporal anterior à industrialização, a ideia de comunidades, ou seja, de organizações particulares – sob a definição apresentada previamente –, é dominante em relação à organização pública, do âmbito da sociedade, e desconsidera a subjugação de vilas e pequenas aldeias a um poder de dominação de reinos e impérios, sistemas ordenadores não de comunidades, mas de sociedade. Ainda, para o autor, a definição de sociedade adentra discussões complexas quando considera os processos sociais a partir de dinâmicas de desterritorialização e de reterritorialização. Nesse sentido, a sociedade torna-se fluxo, em constante movimento junto ao território e as dinâmicas que o envolvem, cedendo às reproduções vinculadas principalmente a sistemas políticos e econômicos.

Conforme apresenta o autor, ao longo do tempo, ao longo da industrialização, a sociedade tende a marginalizar as organizações coletivas, adentrando em aspectos possíveis à contemplação da individualidade, principalmente quando a relação dos indivíduos com o mundo passa a se orientar por valores essencialmente econômicos. Assim como afirma Magnaghi (2010), a individualidade potencializa a exploração de competências locais ao deixar de identificar nos lugares ativos potenciais para um desenvolvimento autossustentável, por vezes associados à coletividade. A recuperação desses ativos, no entanto, somente é alcançada quando indivíduos, inseridos em um projeto coletivo, propõem alcançar as diversas possibilidades de desenvolvimento local, intentando novos modos de ver, entender e operar o vínculo sujeito-lugar. Nesse sentido, De La Pierre (2020) afirma a “necessidade de comunidade”, o resgate à unidade coletiva, ancorada em uma integração multidimensional. O autor defende a missão de serem criadas novas narrativas pautadas no protagonismo comunitário. Diante disso, a reconstituição das comunidades pode ser compreendida como ferramenta e/ou estratégia de recuperação da unidade territorial, em um caráter integrado; e a reconfiguração das relações individuais e coletivas sustentáveis podem contribuir para a regeneração de valores, processos, identidades, recursos, entre outros.

Conforme De La Pierre (2020), as experiências de desenvolvimento comunitário ao longo do tempo possibilitaram reunir diversas ferramentas orientadas para o projeto participativo, a partir

de suas próprias experiências de organização. Essas metodologias de uma “nova democracia” determinam formas de construção comunitária como um ato intencional antes mesmo de um “desejo” de viver em comunidade – ou seja, a comunidade surge em torno de uma intenção e não a intenção surge da comunidade, como em um interesse comum entre pessoas. As experiências comunitárias investigadas pelo autor possibilitaram a identificação de diversas dimensões inerentes à complexidade³⁴ da diferenciação dos contextos comunitários, que não se encerram na identificação dos indivíduos que os compõem, mas compreendem diversos elementos, fatores e processos. O agrupamento irrepetível dos fatores componentes das experiências comunitárias constituem a identidade das comunidades.³⁵

De acordo com o que discute em “O poder da identidade”, Manuel Castells afirma ser identidade a “fonte de significados e experiências de um povo” (1997, p. 22). O autor a apresenta como constituída a partir de diversos sedimentos presentes na longa duração de determinado recorte sócio-espacial, na memória coletiva, nas instituições, organizações sociais, ou mesmo na própria geografia. Assim, confirma, essa se determina por um “(...) processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o qual prevalece sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 1997, p. 22). É importante salientar esse prevalectimento apresentado pelo autor, pois confirma o que o mesmo indica no que diz respeito à importância da identidade no contexto de pós-modernidade, na sociedade fragmentada, em rede. Castells (1997) contribui que a identidade pode ser entendida como um núcleo que resiste à homogeneização proveniente da globalização, assim mantendo a peculiaridade dos lugares e dos sujeitos.

Entretanto, para que se tornem identitários, todos esses atributos devem ser processados pelos indivíduos, que organizam os significados a partir de suas próprias vivências, a depender das características do grupo social. A produção de significados contribui para o enfrentamento de conflitos entre interesses e valores de atores sociais antagônicos. Dessa forma, ainda que as identidades possam ser formadas por instituições dominantes, elas somente assumem tal condição quando os atores sociais as internalizam, pois dizem respeito aos mesmos.

³⁴ Para Maurizio Carta, a complexidade apresenta-se no território e deve ser entendida "como um método para a redefinição de uma instrumentação no plano conceitual e metodológico" (1996, p. 64). Nesse sentido, estabelece-se como uma alternativa para a formulação de ações inerentes às características de cada lugar.

³⁵ Por salientar as singularidades de cada comunidade, o contexto multidimensional permite as compreender e analisar mais facilmente, possibilitando a orientação de novos métodos e técnicas de representação territorial.

Desse modo, Castells (1997) indica três formas e origens de construção das identidades: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto. A diferenciação entre essas formas auxilia na ampliação da visão sobre os contextos e os próprios modos de operação sobre esses. A identidade legitimadora é a que dá origem à sociedade civil. É introduzida pelas instituições dominantes, com o intuito de racionalizar sua dominação sobre os atores sociais. Pressupõe hierarquia, autoridade, dominação e o nacionalismo. A identidade de resistência dá origem a comunas, paraísos formulados como refúgios para o enfrentamento de pressões inerentes ao contexto global. É proposta por indivíduos marginalizados e/ou desfavorecidos pelas instituições dominantes e constituem-se como “trincheiras de resistência”, com posicionamentos distintos ou até mesmo opostos a essas instituições. A identidade de projeto, por sua vez, consiste em uma nova identidade construída por atores sociais que visam buscar a transformação da estrutura social, a partir de qualquer material cultural que esteja a seu alcance. *Dá origem ao sujeito* que se põe em ação pelo projeto. Importa reiterar que o projeto defendido pela abordagem territorialista italiana não para na instrumentação analítico-funcionalista do planejamento, abrangendo não um projeto *sobre* o território, mas *com* o território (FERRATA, 2021), desse modo, a própria relação desses sujeitos com os lugares, conscientes de sua responsabilidade social, torna-se atributo projetual.

A evolução da comunidade de resistência para uma comunidade que faça valer a identidade de projeto como cerne das ações desempenhadas constitui o que Daniela Poli (2013) denomina comunidade projetante. A autora afirma que a principal tarefa de um projeto consiste precisamente na comunicação com os atributos locais transformando o potencial de resistência em criação. Essa é proposta como fundamento estruturante para o que Nietzsche indica por disposição para criar, ou vontade de potência (MARTON, 2022). Sob a lógica Nietzscheana, se o território é caracterizado de um organismo vivo, esse somente é vivo quando há vontade de potência, ou seja, o projeto. Da mesma maneira, considerando as apreensões de De La Pierre (2020), a definição de comunidade possibilitada pela associação direta do sujeito com o lugar, somente torna-se possível quando há um movimento de criação, antes mesmo da reunião dos indivíduos. Nesse sentido, por desenvolvimento da identidade projetual, a comunidade projetante concretiza em projeto a relação entre o sujeito e o lugar, a partir da reestruturação da unidade coletiva.

3.2. ENTRE ATORES, INSTRUMENTOS E PROCESSOS

Para que a interação entre pesquisador e sujeitos seja efetiva para alcançar os resultados esperados, verifica-se a importância da delimitação metodológica não somente pelas atividades realizadas, mas pela estrutura que organiza e orienta tais atividades. Desse modo, propõe-se entender um sistema para interação comunitária, considerando categorias de abordagem que incluem as noções de conjunto, interação e processo (SERRA, 2006). Após delimitação do sistema metodológico, delimitam-se estratégias, procedimentos e instrumentos a serem utilizados na aplicação metodológica, partindo do aporte teórico desenvolvido.

Portanto, para a concretização do sistema metodológico, é indicado o reconhecimento de fatores indispensáveis para o desenvolvimento processual, os pressupostos necessários e a definição de etapas correlacionadas, porém independentes, para adaptação frente ao contexto territorial/comunitário. Essa metodologia deve se ancorar na pergunta: como relacionar *pesquisador-sujeito-processo* para a identificação dos vínculos sujeito-territoriais e dos projetos ou apreensões pré-existent nas comunidades locais?

Entende-se que o território é constituído por processos de apropriação e dominação (HAESBAERT, 2004), estabelecidos por uma lógica referente à funcionalidade e ao simbolismo das relações humanas com o espaço. Conforme Santos (1996), o espaço é inseparavelmente composto por horizontalidades e verticalidades. As relações verticais propõem a interação dos fenômenos em localizações pontuais, sendo específicas e funcionais, ao passo em que criam hierarquias e interdependências que apontam para um comando (poder); enquanto as relações horizontais dispõem a interação dos fenômenos entre si, por localizações relativas – os valores, bem como as comunicações, por exemplo, deslocam-se horizontalmente. O autor compreende que as tendências atuais dos vetores da modernização contribuem com a desordem de subespaços, por criarem ações de benefício individual, não-coletivo. Os lugares, no entanto, podem se refortalecer horizontalmente a partir de ações de ampliação da coesão do corpo social para benefício de interesses coletivos, por ações locais.

De acordo com Santos (1996), pela horizontalidade, prevalece-se o símbolo, a subjetividade e o cotidiano não conformistas, explorando uma gama de processos integrados e heterogêneos. Nesse sentido, pode-se entender, se atribuídas as relações que constituem o território com os sujeitos que as desempenham, as relações simbólicas, horizontais, orientam-se por sujeitos que capazes de exercitar suas relações simbólicas, que estejam iniciando sua vivência no território, criando e alimentando suas memórias, e/ou aqueles que já vivenciaram, alimentando suas

memórias e, sobretudo, compartilhando-as. É válido ressaltar, os sujeitos vinculados à relação simbólica não estão em posição de autoridade frente às tomadas de decisão. Entretanto, os que possuem autoridade são aqueles que se vinculam a relações de poder, verticais, sobre o território.

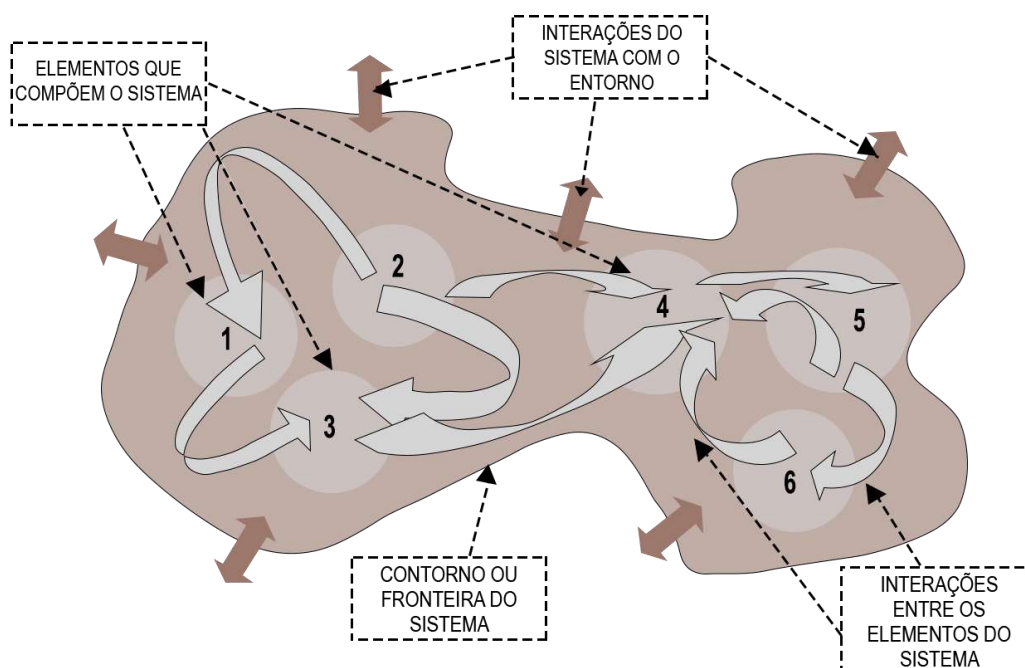
Como hipótese para o desenvolvimento da pesquisa, sugere-se que as crianças e os idosos sejam os sujeitos possuidores de uma relação simbólica com o território, enquanto os adultos estão no pleito das tomadas de decisão, organizando e sugerindo os projetos de modo geralmente verticalizado. Para experimentação com as comunidades, sugere-se envolver ambas as relações, incitando a participação de cada parcela da população comunitária, pois assume-se dessa forma, uma maneira de romper a verticalidade – ou as estruturas arbóreas (DELEUZE & GUATARRI, 2000) – das ações sobre o território, tornando-as horizontais – ou rizomáticas (DELEUZE & GUATARRI, 2000). O rompimento pode se dar partir da correlação entre os sedimentos memoriais de cada um dos sujeitos envolvidos no processo. Compreende-se, a efetiva atuação das relações simbólicas em projeto constitui a linha de força capaz de romper a verticalidade e colocar em movimento as ações de valoração e operação do território enquanto patrimônio.

No envolvimento dos sujeitos e seus respectivos vínculos com o território, a metodologia pressupõe encontrar nos lugares não um rizoma, mas uma estrutura arbórea vertical (DELEUZE & GUATARRI, 2000). A hipótese é que seja preciso atravessar essa condição do presente e evidenciar uma emergência – irrupção de forças –, linha de fuga a desencadear uma estrutura rizomática, entendida pelo movimento contínuo e criativo. Essa irrupção, como indica-se previamente, pode ser criada por evidência das relações territoriais, salientando os sedimentos provenientes das relações horizontais que esses possuem.

3.2.1. Os eventos que compõem o sistema metodológico

Serra (2006) compreende que, por uma visão holística dos fenômenos, torna-se necessário não somente descrever procedimentos, mas investigar a interação desses procedimentos com o entorno e todas as situações às quais esse sistema está suscetível. Nesse sentido, compreende-se, mesmo com a discriminação de atividades de modo objetivo, o corpo do trabalho de campo se encontra suscetível a variações possibilitadas pelo contato direto com forças e fluxos que atravessam o contexto da pesquisa a todo momento.

Figura 10: Composição e funcionamento de um sistema



Fonte: SERRA, 2006, p. 71 (adaptado pela autora)

Desse modo, a composição do sistema metodológico deve ser articulada por eventos, que se compõem de movimentos não sequenciais, mas paralelos e coexistentes que envolvem a comunidade, o pesquisador e a própria pesquisa, enquanto reflexão metodológica. Os movimentos são determinados pelas atividades da pesquisa. Como representado na Figura 10, acima, o grupo de elementos/ atividades “1”, “2” e “3” compõem um evento, enquanto o grupo de elementos “4”, “5” e “6” compõem o segundo evento. As interações entre os elementos do sistema são determinadas pela influência exercida uns nos outros, ainda que sejam realizados em eventos distintos. No âmbito das interações entre pesquisador e sujeito, essas tanto podem estar relacionadas com a natureza das informações compartilhadas e discutidas, ou mesmo das próprias interações, como podem estar relacionadas aos pontos de vista dos sujeitos, carregados de sedimentos memoriais em constante fluxo, determinando interpretações que influenciam diretamente nos resultados alcançados.

O contorno ou fronteira do sistema delinea-se pelos limites do que se pretende fazer para alcançar as informações necessárias, podendo serem relacionados ao recorte territorial da pesquisa de campo, ou às informações a serem alcançadas na pesquisa. Com relação ao que se pretende desenvolver, os limites metodológicos para interação com os contextos comunitários são definidos pela necessidade de serem obtidos indícios da construção dos sedimentos memoriais orientadores dos atos territorializantes. Os indícios, no entanto, não estão livres de sofrerem interferências do entorno, ou seja, de eventos externos à proposta metodológica,

intercorrências que fogem do controle do pesquisador, indicando ou não conclusões sobre o objeto pesquisado.

Seguindo esse raciocínio, a metodologia é então estruturada a partir de dois eventos, definidos pelas etapas de *análise* e *síntese*, provenientes do atlas patrimonial, apresentado por Carta (2009) como um instrumento para a produção de conhecimento do território³⁶. A primeira etapa do atlas é constituída por informações organizadas em uma seção chamada “descrição analítica”, pela qual os dados são estruturados de modo claro e objetivo, detalhadamente, a fim de que posteriormente possam ser sistematizados em um quadro cognitivo. Por tratar-se da informação “crua”, essa seção admite receber, posteriormente, a contribuição de conhecimentos especializados adicionais, que podem somar nas análises a serem realizadas na seção seguinte. São considerações importantes para a sistematização dos dados: grau de definição das informações, escala e nível de informação; todas essas e outras determinam como será realizada a sistematização do quadro cognitivo.

Esse evento se desenvolve a partir do vínculo entre o *sujeito-pesquisador* e o *sujeito-comunidade*, sendo composto por ações de procedência e emergência, garantidas por movimentos coexistentes. A procedência, de acordo com o discurso Nietzscheano (MARTON, 2022), consiste em descobrir nos sujeitos todas as marcas sutis, singulares e subindividuais que podem entrecruzar-se e formar uma rede. Além disso, a procedência também permite reconhecer o aspecto único de um caráter, de um conceito, a proliferação dos acontecimentos não em busca de uma continuidade temporal, mas à dispersão dos acontecimentos, o que a caracteriza como extemporânea. Já a emergência vincula-se à irrupção de forças para determinar a sequência de ações para a patrimonialização, pois, por ela, entende-se o ponto de surgimento. A emergência se produz sempre em um certo estado de forças, pois trata-se do impulso pelo qual as ações são saltadas a um primeiro plano. A procedência designa a qualidade de um instinto e a marca que esse deixa em um corpo, enquanto a emergência designa um lugar (não espacial) de enfrentamento, pela convecção de forças que dispersam os movimentos (MARTON, 2022).

³⁶ A contribuição de Carta no texto “*La rappresentazione identitaria dall’Atlante del Patrimonio allo Scenario del Master Plan*” (2009) apresenta um panorama referente à importância da representação identitária desde o atlas até a elaboração do cenário estratégico. Assim, organizado em três etapas, o atlas é apresentado pelo autor como instrumento que tem por finalidade descrever e interpretar os caracteres identitários do território, identificando as invariâncias estruturais, dando valor aos estados de conservação dessas e definindo, assim, as regras de reprodução dos assentamentos do território. Ainda, Carta (2009) reitera que uma das prioridades do atlas é a produção de “conhecimento do território”. Por esse motivo, considera-se adequado organizar a metodologia considerando as orientações do autor.

Desse modo, como procedência, o primeiro movimento estabelece-se pela aproximação com o território/ comunidade, a fim de descobrir os atores, relações e processos encaminhados nesse recorte comunitário. É importante salientar que o primeiro termo da díade é o sujeito e não o pesquisador, pois é o sujeito que “domina” as ações, é ele quem diz ou apresenta sua própria vinculação com o território-patrimônio, não o contrário. Com esse movimento, busca-se desenvolver um processo cognitivo referente ao posicionamento dos sujeitos na duração, contribuindo com procedimentos/ atividades que auxiliem a identificação dos sujeitos com os lugares, na perspectiva do homem-mundo.

Ambos movimentos dão sequência ao segundo evento, em que o *sujeito-pesquisador* se desvincula do contexto comunitário, orientando-se pela segunda seção do atlas, conforme Carta (2009), denominada “descrição sintética”. Essa compreende a representação das informações de forma sistematizada, como resultado de uma ação interpretativa. Essa ação visa trazer à tona as relações entre determinados níveis de análise que permitam a leitura territorial sob organização de grandes temas, consolidados nas práticas de investigação e planejamento. Esse evento, ainda de ordem emergente, constitui um momento de reflexão para a análise das informações adquiridas, a fim de contribuir com as articulações entre o aporte teórico-conceitual e as vivências descobertas. Nesse sentido, o pesquisador afasta-se do envolvimento comunitário e contribui de modo imparcial com o registro e análise das informações. Para tanto, vinculam-se atividades voltadas à organização e registro da interação entre pesquisador e sujeitos, preenchimento dos relatórios que incluem informações sobre os interlocutores, clima das visitas e conversas, apreensões gerais sobre os lugares na perspectiva do pesquisador, modo de aproximação com o interlocutor, principais temas discutidos e relato das conversas.

De acordo com Carta (2009), a terceira etapa do atlas é constituída pela elaboração e representação dos elementos patrimoniais, a fim de restituir a complexidade territorial, caracterizando os depósitos patrimoniais ambientais, arquitetônicos, socioculturais, no intuito de evidenciar a integração entre os mesmos. Por esse sentido, não como um terceiro evento, mas como um movimento que visa contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, as informações apreendidas pela interação são articuladas com o aporte teórico-metodológico. Assim, torna-se possível representar o contexto no qual se encontra o recorte sócio-espacial, a fim de evidenciar o possível funcionamento de ações pré-existentes do mecanismo proativo, ou a inexistência dessas, para que seja dada sequência às ações de patrimonialização. Por esse movimento se busca compreender a intencionalidade do corpo coletivo, que levará, posteriormente à ação intencional.

3.2.2. A observação participante como estratégia de interação pesquisador-comunidade

Como discutido previamente, o modo como o pesquisador se insere no contexto comunitário e como as ações são desenvolvidas, infere diretamente nas apreensões que o próprio pesquisador terá no trabalho de campo. Nesse sentido, compreende-se que a menor interferência possível nas dinâmicas locais se estabelece como melhor caminho para identificar as relações dos sujeitos com os lugares. Assim, entende-se ser a observação participante uma estratégia coerente para o desenvolvimento das interações entre pesquisador e interlocutores.

Conforme apresenta Minayo (2013), “a filosofia que fundamenta a ‘observação participante’ é a necessidade que todo pesquisador tem de relativizar o espaço social de onde provém”, pois, desse modo, a espontaneidade proveniente do recorte social torna-se responsável por revelar os dados necessários ao pesquisador. A observação participante se trata de um processo em que o pesquisador se posiciona como observador de uma realidade social, a fim de investigá-la; isso se dá em relação direta com os interlocutores, enquanto se insere na vida social e no cenário cultural desses, compreendendo o contexto da pesquisa e colhendo os dados.

Minayo (2013) aponta ser essa estratégia essencial na pesquisa qualitativa em campo, pois potencializa o fluxo de informações pesquisador-interlocutor (ou pesquisador-lugar) na própria relação espontânea entre ambos, sem que sejam criadas situações artificiais inseridas no cotidiano nas pessoas, gerando resultados tendenciosos para esse ou aquele interesse. Além disso, por depender diretamente do contexto territorial-social, a observação participante adquire um caráter estrutural aberto condizente diretamente com a proposta de compreensão teórico-conceitual em rizoma, onde os eventos determinam a direção das linhas de força e, desse modo, a direção dos próximos acontecimentos. No entendimento da relação entre sujeito e território, essa apreensão torna-se ainda mais importante quando se entende que o sujeito-pesquisador também é ator inserido na dinâmica territorial, ainda que a inserção no contexto comunitário seja por uma curta duração³⁷. Nesse sentido, no âmbito da patrimonialização, as análises e identificações realizadas pelo pesquisador podem contribuir, por exemplo, para tornar evidente a compreensão dos processos territoriais organizando-os com vistas à valorização do patrimônio territorial.

Entretanto, ainda que a observação participante consista em uma potente estratégia interacional, Minayo (2013) afirma que o que torna a relação entre pesquisador e interlocutor um instrumento

³⁷ “O observador faz parte do contexto sob sua observação” (MINAYO, 2013, p. 67).

privilegiado para a coleta de informações, “é a possibilidade que tem a fala de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças” (MINAYO, 2013, p. 61), transmitindo o pensamento de um grupo inserido dentro de mesmas condições sócio-territoriais do porta-voz, interlocutor. Desse modo, mesmo com a observação, estabelece-se um processo conjunto de comunicação, não somente com os interlocutores, mas também com o corpus teórico e metodológico, a partir das vivências escutadas. Por esse movimento, sugere-se que o sujeito-pesquisador, mesmo que de alguma maneira encontre-se envolvido na dinâmica comunitária, permaneça atento aos indícios de processos locais correntes, orientando-se por uma estrutura de pensamento preliminar.

Assim, como técnica de comunicação articulada à observação, opta-se pela entrevista, entendida pela construção de informações pertinentes para um objeto de pesquisa, pela interação com um ou mais indivíduos (MINAYO, 2013). Conforme apresenta Minayo (2013), as entrevistas podem ser consideradas “conversas com finalidade”, sendo classificadas como: (a) sondagem de opinião, partindo de um questionário completamente fechado/ estruturado; (b) entrevista semiestruturada, contendo perguntas definidas previamente, mas com a possibilidade de serem estipulados novos questionamentos ao longo da conversa; (c) entrevista aberta ou em profundidade, quando desenvolve-se uma fala livre sobre determinado assunto, assumindo uma questão norteadora; (d) entrevista focalizada, para esclarecimento de assunto específico; (e) e entrevista projetiva, quando parte-se de dispositivos visuais para que o interlocutor discorra sobre o que é visto, lido ou assistido.

As entrevistas podem conceder dados secundários e primários. Os dados secundários podem ser obtidos em outras fontes que não sejam provenientes da oralidade, como em documentos, estatísticas, registros e produções bibliográficas, contribuindo com arcabouço para a reflexão crítica dos dados assimilados em campo. Os dados primários, no entanto, constituem-se a partir da subjetividade, experiência e vivência de cada ator inserido no corpo coletivo. Desse modo, orientam a investigação qualitativa, ao passo em que se referem a reflexões do indivíduo entrevistado sobre sua própria realidade, representadas por “ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos” (MINAYO, 2013, p. 63).

Importa salientar que as entrevistas estão sujeitas a dinâmicas existentes nas sociedades e, por esse motivo, é imprescindível que seja registrado o contexto de sua produção, o momento em que elas foram feitas, assim como o ambiente/ clima ou outras informações complementares

provenientes da observação participante. Assim, além do que é comunicado oralmente, o pesquisador consegue contar com outros fatores inerentes à dinâmica local, por “relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis” (MINAYO, 2013, p. 63), inerentes ao cotidiano dos interlocutores. Além disso, partindo do pressuposto de que a interpretação de dados é proveniente de uma perspectiva avaliadora (MARTON, 2022), entende-se que a contextualização deve ser levada em consideração inclusive nos processos descritivos analíticos e sintéticos.

Algumas considerações são feitas por Minayo (2013) para serem levadas em conta nos contextos de interação empírica, mesmo que a escolha do tipo de entrevista não estabeleça estrutura rígida. Tratam-se do comportamento do pesquisador ao adentrar os contextos de pesquisa. Como princípio básico para que o pesquisador obtenha a confiança dos interlocutores, é necessária uma *apresentação* inicial, onde os interlocutores tomam consciência da procedência do pesquisador. Seguindo essa linha de raciocínio, a autora indica a necessidade de o pesquisador discorrer resumidamente sobre o *interesse da pesquisa*, buscando explicar a importância do seu depoimento para a finalidade do trabalho realizado, bem como quais são os *motivos da pesquisa*, e como essa se conecta com a *instituição* representada pelo pesquisador. Do mesmo modo, a autora indica apresentar a *justificativa da escolha do entrevistado*, concedendo-lhe o benefício de saber, em linguagem de senso comum, de que maneira sua participação contribui para os resultados esperados. Além disso, é *necessário assegurar aos informantes o sigilo e anonimato* sobre os dados compartilhados, a fim de reiterar a confiança na relação pesquisador-interlocutor. Todas essas informações podem ser desenvolvidas em uma *conversa inicial*, quando os pesquisadores visam “quebrar o gelo” e entendendo até que ponto torna-se possível criar um envolvimento com o interlocutor para discutir os temas propostos. A autora afirma, ainda, que se a entrevista estiver combinada com a observação participante, a identidade do pesquisador, construída nas instâncias de convivência com o grupo, torna-se também um fator determinante para a discussão dos temas. É fundamental o envolvimento do pesquisador com os entrevistados, apesar de parecer que isso remove a isenção do pesquisador na análise dos dados; na verdade, a interação e o envolvimento podem contribuir para a construção de confiança, tomando a troca de informações mais fácil e efetiva.

3.3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA INTEGRAÇÃO PESQUISADOR-COMUNIDADE

Como indicado na hipótese do trabalho, entende-se que a metodologia para a patrimonialização proativa não deve constituir-se por uma estrutura rígida, mas por um sistema adaptável a todos

os lugares, pois considera especificidades locais, em processos suscitados pelos próprios habitantes. Nesse sentido, buscando evidenciar o desenvolvimento processual em diferentes localidades, propõem-se interações em mais de um recorte comunitário. Nesse subcapítulo, então, é realizada a apresentação desses objetos, seguindo os processos vinculados ao primeiro evento do sistema metodológico, por interação entre sujeito-pesquisador e sujeito-comunidade, no âmbito da descrição analítica. Nesse sentido, busca relatar de maneira descritiva os processos e subprocessos realizados, desde a preparação, com a organização de materiais, recursos necessários, organização do tempo das atividades, contatos prévios com os atores locais, até a obtenção dos resultados, conforme o perfil das comunidades.

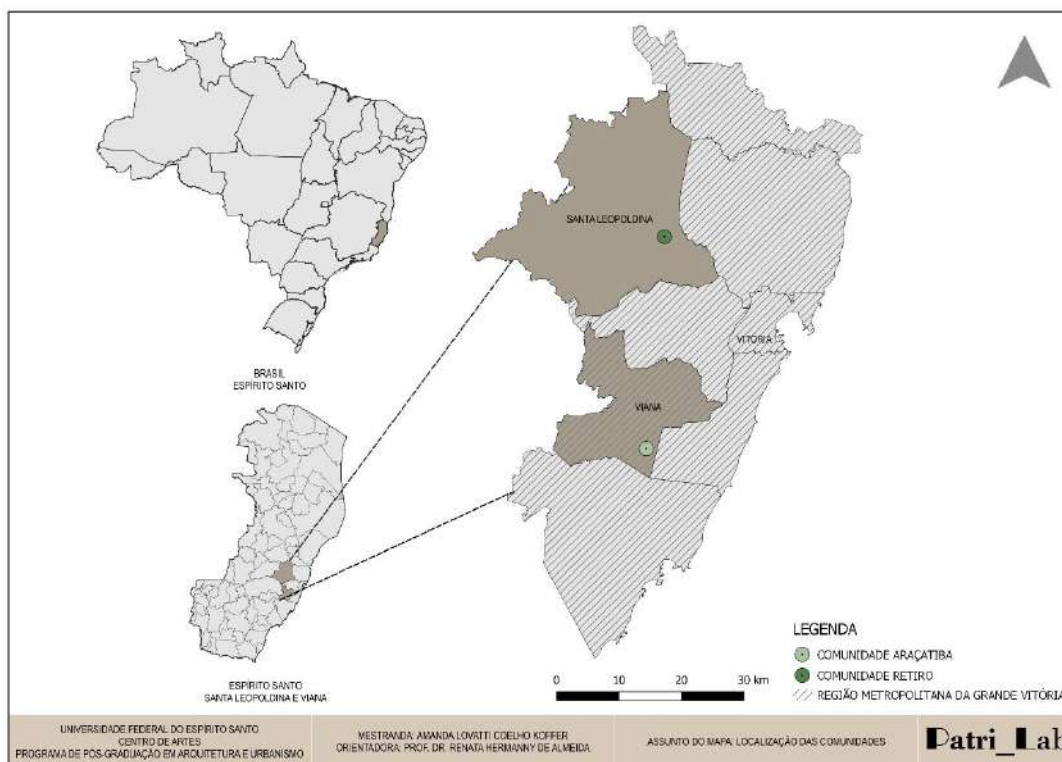
Para o desenvolvimento das interações nas comunidades, recorre-se à *observação participante*, considerando a comunicação com os interlocutores a partir da *entrevista em profundidade*, pela qual se pretende alcançar os sedimentos memoriais indicadores da mobilização em torno de um projeto de valorização. Isso é realizado a partir da análise de sedimentos em três dimensões temporais: passado – pela herança, memória coletiva e invariâncias presentes na duração; presente – identificando a vivência dos sujeitos no território, sentimento de pertença e vínculo; e futuro – considerando a intencionalidade e o projeto local. Entende-se que os sedimentos memoriais, dispostos no espectro duracional, são responsáveis por direcionar a intencionalidade, tornando possível ser concretizado o projeto.

Sugere-se que as comunidades selecionadas para a interação não sejam suscetíveis a grandes transformações, mas que, minimamente, apresentem um vínculo explícito com o lugar, uma fixação, identificada por estrutura duracional. No entanto, mesmo que estejam passando por processos de transformação vinculados à lógica exógena de exploração local, com dificuldades de encontrar novas possibilidades de transformação em benefício para o lugar, o envolvimento com as comunidades pode salientar alternativas para que seja determinada a disposição para criação, ou seja, o projeto. Esse pode estar esmaecido, frente às dinâmicas locais, mas torna-se forte à medida em que essa comunidade toma consciência do seu próprio vínculo com o território.

Os contextos comunitários indicados para que seja realizado o experimento consistem nas comunidades de Araçatiba, em Viana/ ES e Retiro, em Santa Leopoldina/ ES. Essas comunidades possuem características gerais de semelhanças e diferenças entre si, principalmente por estarem localizadas em contextos de interface com a Região Metropolitana da Grande Vitória, possibilitando estabelecer uma melhor comparação da construção e do

comportamento dos procedimentos metodológicos frente às dinâmicas socioeconômicas das centralidades. É válido ressaltar, a definição dessas comunidades parte de um critério de proximidade para também contribuir com a viabilidade da pesquisa, diminuindo os recursos de deslocamento e permanência, critérios considerados de grande importância para que os objetivos sejam alcançados nos prazos estimados.

Figura 11: Localização das comunidades e interfaces com o contexto metropolitano



Fonte: Elaborado pela autora

A comunidade de Araçatiba, primeiro objeto de aproximação territorial, está localizada no distrito homônimo, ao sul do município de Viana, um dos sete municípios componentes da Região Metropolitana da Grande Vitória. Localizada a aproximadamente 26 km da capital, Vitória, a comunidade chama atenção por atualmente dispor de bens materiais registrados institucionalmente, provenientes dos primeiros períodos de ocupação territorial do estado do Espírito Santo, como a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, construída no século XVIII e manifestações culturais de herança afro-brasileira como o Congo Capixaba.

Um fator incidente no desenvolvimento da pesquisa junto à comunidade de Araçatiba resulta de ter sido objeto de pesquisa do *workshop* “*Un progetto integrato per valorizzare il patrimonio e l’identità di Araçatiba, Viana/ES*”, realizado no mês de agosto de 2023. A atividade objetiva

uma aproximação teórica e metodológica entre Brasil e Itália³⁸, e é possibilitada pelo acordo de cooperação entre o Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento - Patri_Lab, da Universidade Federal do Espírito Santo e o *Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti* – LaPEI, da Universidade de Florença. Sob coordenação da Prof. Dr.^a Renata Hermann de Almeida e da Prof. Dr.^a Daniela Poli, o *workshop* possibilita o envolvimento de dezessete pesquisadores, incluindo estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos, vinculados aos respectivos laboratórios.

É importante salientar o desenvolvimento das atividades com os demais pesquisadores pois essas tornam-se determinantes para a interação com as comunidades. Isso se dá, principalmente, por delimitarem os procedimentos realizados na comunidade de Araçatiba, os quais, por sua vez, são determinantes para orientar as interações realizadas na comunidade seguinte. No entanto, anteriormente às atividades propostas pelo *workshop*, prevê-se uma primeira aproximação territorial pela pesquisadora, a fim de desenvolver a observação participante e a apreensão comunitária, sem a interferência de outros pesquisadores não vinculados à pesquisa.

Com o objetivo de recolher informações sobre pontos fracos e fortes do território, o “I Encontro de Co-planejamento”, cujo roteiro³⁹ encontra-se no Anexo I deste documento, prevê a realização de três atividades simultâneas, ocorridas durante uma tarde. Cada atividade deve ser desenvolvida com um grupo de pessoas, e a composição é realizada conforme a faixa etária dos participantes: o primeiro composto por crianças, o segundo composto por jovens e adultos, e o terceiro grupo composto por pessoas idosas ou com dificuldades de locomoção. As atividades

³⁸ Dos objetivos indicados para o *workshop*, para além da aproximação teórico-metodológica, indica-se o desenvolvimento da representação identitária da comunidade de Araçatiba, investigada e analisada a partir da compreensão do recorte territorial frente à composição/ definição de uma Biorregião Metropolitana. Nesse sentido, são propostas atividades de reconhecimento do território-patrimônio, assumindo a possibilidade de elaboração de um plano integrado sob múltiplas escalas e campos disciplinares. Além do desenvolvimento presencial das atividades vinculadas ao *workshop*, de modo preliminar, também se desenvolve um seminário voltado à aproximação com o território de Araçatiba, entendendo-o dentro das dinâmicas sociopolíticas nas escalas municipal, regional e estadual.

³⁹ A interação com o contexto comunitário durante o *workshop* é discutida pelos pesquisadores/ facilitadores em reuniões prévias, com a intenção de compreender até que nível seria possível encontrar e contatar os habitantes na comunidade, indicando os limites das atividades a serem desenvolvidas. Após discussão de possibilidades, o roteiro interacional é proposto pela pesquisadora italiana Laura Fortuna, sob orientação da Prof. Dr.^a Daniela Poli. A responsabilidade pela infraestrutura do encontro, bem como a comunicação com contatos locais se dão por movimentação dos pesquisadores do Patri_Lab/UFES, por coordenação das Professoras Dr.^{as} Renata Hermann de Almeida, Latessa Bianca Monteiro e Tatiana Caniçali Casado. O desenvolvimento das atividades e a discussão dos resultados é realizado, posteriormente, em conjunto com os pesquisadores de ambos laboratórios envolvidos no *workshop*.

seguem o perfil de cada grupo, nos quais os pesquisadores facilitadores são distribuídos, conforme a demanda/ quantidade de participantes envolvidos.

Para o primeiro grupo, propõe-se atividade lúdica de desenho, em que se sugere a extensão de uma superfície para desenho no chão do ambiente onde é desenvolvida a interação, dispondo de lápis e canetas coloridas para que as crianças possam ter autonomia para desenharem sozinhas. Para o segundo grupo sugere-se uma caminhada exploratória, pela qual se propõe conhecer o território pelo olhar dos habitantes; para tanto, os facilitadores levam consigo o mapa da comunidade e, à medida em que avançam pelas ruas, pontuam locais de interesse, a partir do que apresentam os sujeitos. A atividade com o terceiro grupo, por fim, é guiada por um diálogo com os sujeitos, a partir de entrevista aberta e projetiva, pela qual busca-se compreender o território local e suas interfaces com o entorno da comunidade, sob perspectiva também regional; desse modo são dispostos mapas coloridos contendo o enquadramento territorial e o enfoque urbano, buscando dialogar também pelos dispositivos visuais.

Os questionamentos que orientam a interação com os sujeitos em todas as atividades contemplam as dimensões temporais de passado, presente e futuro. Com relação ao presente, são propostas perguntas a respeito do perfil do participante, o uso do espaço/ território e as forças e fraquezas locais; com relação ao passado, as perguntas norteadoras visam compreender valores cognitivos, partindo da evidência de lembranças indicadoras da conexão dos sujeitos com o lugar; e referente ao futuro, busca-se entender quais as pretensões dos sujeitos com relação à transformação local, como enxergam a comunidade futuramente e o que desejam alterar do que possuem atualmente.

A partir do que se propõe no primeiro contexto de aproximação, busca-se pensar as estratégias interacionais para o segundo, entendendo ser necessário verificar recursos que deram certo ou não na primeira interação. Indica-se considerar as apreensões na experiência da pesquisadora desacompanhada e também na experiência junto aos demais pesquisadores envolvidos no *workshop*. No entanto, além disso, devem também ser levadas em consideração características da segunda comunidade que influenciem nas atividades a serem desenvolvidas, tais como dimensão territorial, localização, perfil populacional ou outras características que contribuam para a definição do que se pretende desempenhar nas visitas a campo.

Dessa forma, apreende-se a comunidade de Retiro, segundo objeto de aproximação para o trabalho, localizada no distrito de Mangaraí, município de Santa Leopoldina, estado do Espírito Santo, a aproximadamente 24 km da capital estadual. O recorte territorial é margeado pela bacia

hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória, conhecido e estudado por diversas pesquisas do Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento – Patri_Lab/ UFES, sob orientação da professora doutora Renata Hermann de Almeida⁴⁰. Remanescente do quilombo de mesmo nome, a comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/ES.

Apesar de se localizar em um município fora da Região Metropolitana, a comunidade de Retiro possui relação com esse contexto, sendo influenciada pelas dinâmicas e fluxos sociais que perpassam as transformações da metrópole. Essa relação se dá pela localização entre os núcleos urbanos da sede de Santa Leopoldina, do município de Cariacica e de Serra. Por se tratar de uma comunidade quilombola e, mais, a comunidade quilombola mais próxima da dinâmica metropolitana, recebe visitas constantes de inúmeros visitantes e/ou pesquisadores que desejam conhecer a vivência comunitária. Além disso, o território comunitário conta com importante bem natural para o núcleo e para a região, a Cachoeira do Retiro, que atrai locais e regionais; e, assim como a comunidade de Araçatiba, também se verifica nessa comunidade manifestações culturais de herança afro-brasileira delineadas principalmente pela atuação da banda de congo “Unidos do Retiro”, e atividades vinculadas a essa.

Importa mencionar, durante a pesquisa documental a respeito das comunidades, apreende-se relação não somente dessas com o contexto metropolitano, mas também entre si. Essa relação é referente ao trabalho de diagnóstico social realizado a partir do projeto “Núcleos de Integração: uma proposta para o desenvolvimento comunitário”, desenvolvido em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, em parceria com FURNAS Centrais Elétricas S.A. e o Comitê de Entidades no combate à Fome pela Vida - COEP. Desenvolvido também em outras comunidades de diferentes estados brasileiros, o diagnóstico possui como objetivo constituir-se como um instrumento de aproximação à realidade das comunidades, a fim de embasar um projeto comunitário futuro, construído coletivamente. A escolha das comunidades seguiu critérios como: (a) área de preferência de atuação da empresa FURNAS; (b) comunidade com existência de um embrião de organização comunitária; e (c)

⁴⁰ Por entre as pesquisas mais recentes realizadas no recorte territorial da bacia hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória, vinculadas ao projeto “Documentação e representação do Patrimônio: Aproximação teórico-metodológica”, estão: “*Motores socioambientais de desastres em áreas patrimoniais. O ciclo da água no Rio Santa Maria da Vitória e impactos em Santa Leopoldina-ES*” (THOMÉ, 2020), e “*Entre a Identidade, o Recurso e o Capital. Água como Elemento Estruturante do Patrimônio Territorial*” (RODRIGUES, 2020), ambas dissertações de mestrado desenvolvidas no Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento – Patri_Lab, apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/ UFES.

aceitação da proposta e interesse das lideranças comunitárias. Assim são selecionadas as comunidades de Retiro e Araçatiba, a primeira sendo remanescente de quilombo, e a segunda em processo de reconhecimento de sua identidade quilombola (SILVA, 2006).

3.3.1. Comunidade de Araçatiba, Viana/ ES

A comunidade está localizada na porção sul do município de Viana/ ES, no bairro e distrito de mesmo nome⁴¹. Possui extensão territorial⁴² de aproximadamente 0,16km². Quanto à característica populacional, a comunidade é composta por 493 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em aproximadamente 200 edificações (SILVA, 2022; VERTELO, 2017).

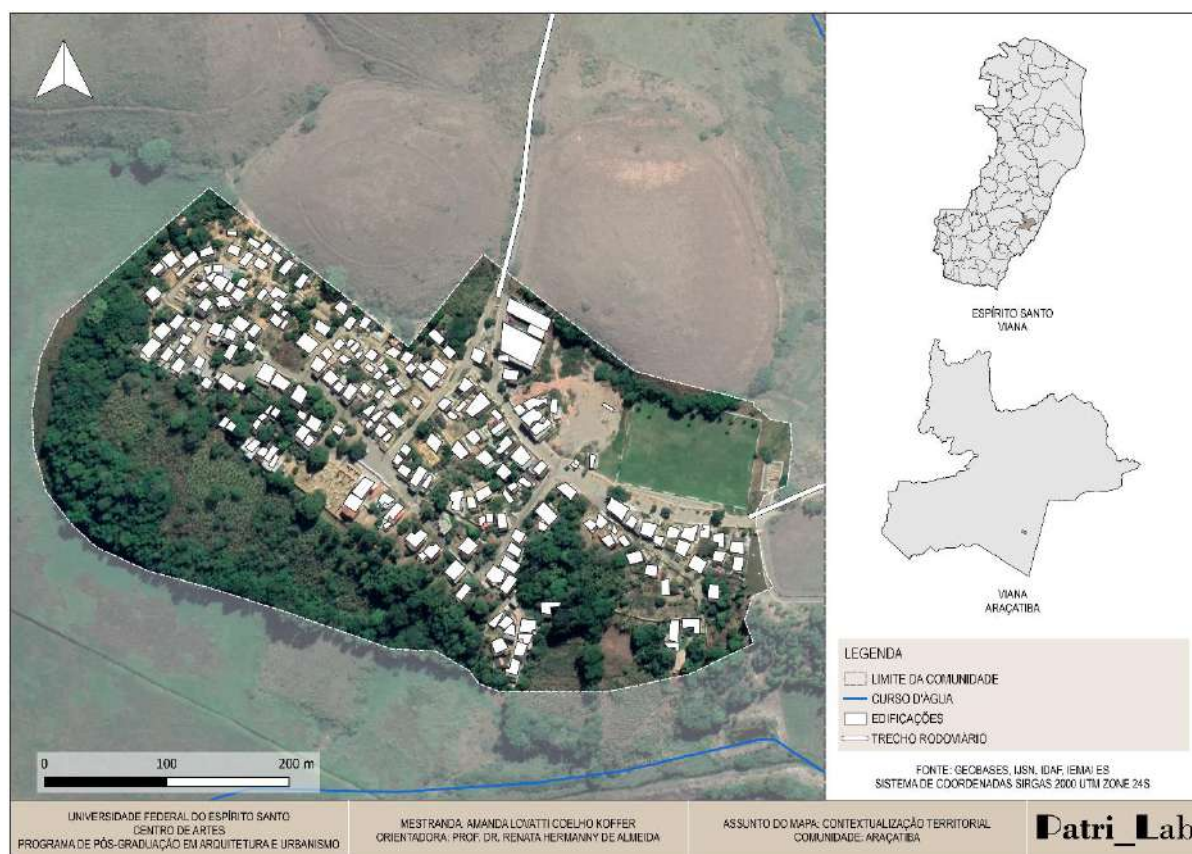
A história da comunidade remonta à ocupação de uma fazenda jesuíta, “Fazenda de Araçatiba”, com origem vinculada a atividades socioeconômicas e culturais desenvolvidas no período colonial brasileiro, consistindo em engenho e residência jesuíta (VERTELO, 2017)⁴³. Após a expulsão dos Jesuítas das terras brasileiras, a fazenda é assumida pela família Vieira Machado, no início do século XIX, com expressiva administração de Sebastião Vieira Machado, coronel com grande influência política, considerado um dos "homens mais abastados da província, numa época de fortunas medianas e pouco expressivas no Espírito Santo" (VERTELO, 2017, p. 32). A partir de então, acentua-se a característica escravista da fazenda, que nesse momento compreende grande extensão territorial, contemplando diversas atividades produtivas. Conforme apresenta o diagnóstico social do IBASE, após a abolição da escravidão no Brasil, os negros escravizados permanecem na fazenda, assentados em uma porção de terra doada pelos filhos de Sebastião Vieira Machado para a igreja católica. Até os dias atuais, a posse legal das terras permanece com a Arquidiocese, no entanto, por benfeitoria, cada proprietário possui um recibo de sua edificação/lote reconhecido no cartório local (SILVA, 2006).

⁴¹ Considera-se importante mencionar que o município de Viana é dividido por apenas dois distritos, compreendidos por “Viana”, a norte, e “Araçatiba”, ao sul. Os distritos são compostos por bairros, quando inseridos dentro dos limites do perímetro urbano, e por comunidades rurais, quando fora do perímetro urbano. Araçatiba, conforme a legislação municipal, é caracterizada como território urbanizado, com incidência de vazios urbanos que poderão ser utilizados para expansão e integração da malha urbana. O plano diretor municipal classifica-a como Zona Especial de Interesse Especial, mais especificamente de interesse histórico e cultural.

⁴² Cálculo realizado pelo *software* livre QGIS, multiplataforma de sistema de informação geográfica, a partir do limite comunitário indicado pelo *shapefile* referente a comunidades, disponibilizado pelo GEObases/ Instituto Jones dos Santos Neves.

⁴³ Conforme apresenta Vertelo (2017), no período em que pertencia aos jesuítas, a fazenda funcionava como um local de descanso para os padres residentes do Colégio de São Tiago, localizado na capital, Vitória; mas também produzia alimentos de subsistência para os jesuítas.

Figura 12: Contextualização territorial da comunidade de Araçatiba, Viana/ ES



Fonte: Elaborado pela autora

A partir de bibliografia e documentação, por dados do censo demográfico (IBGE, 2020), observa-se que a população idosa pertencente à comunidade de Araçatiba é consideravelmente menor do que a população mais jovem. Considerando a relação simbólica que essa população possui com o território e a possibilidade de perda do vínculo com sedimentos cognitivos imateriais em relação às gerações futuras, as identificações do vínculo entre os sujeitos com o lugar e dos valores locais são entendidas como contribuições importantes para a valorização da memória coletiva dos habitantes.

Nesse sentido desenvolve-se a interação comunitária seguindo os movimentos indicados pela metodologia, com interceptação da metodologia desenvolvida para o *workshop* “*Un progetto integrato per valorizzare il patrimonio e l'identità di Araçatiba, Viana/ES*”, descrito anteriormente. Nesse sentido, busca-se contemplar as estratégias de observação participante, partindo do pressuposto de que seja necessário que a pesquisadora obtenha suas próprias impressões sobre a comunidade, criando um primeiro vínculo com o lugar sem a interferência das apreensões de outros pesquisadores/ técnicos que possam ter suas próprias interpretações críticas a respeito do território comunitário e dos sujeitos.

Assim sendo, em processo anterior ao desenvolvimento do *workshop*, são realizadas três visitas à comunidade, sendo duas em dias úteis e uma realizada em final de semana. As visitas são realizadas por transporte público coletivo e automóvel individual. Pelo fato de a comunidade estar localizada dentro da Região Metropolitana e, por esse motivo, inserir-se no sistema de transporte público urbano, entende-se ser essa uma oportunidade de percepção do território comunitário por outro ponto de vista, com maior atenção à paisagem e aos elementos que a compõem. O transporte coletivo (ônibus) pertence à linha com itinerário saindo do Terminal de Campo Grande, no município de Cariacica, com destino a Araçatiba, com viagens que partem de hora em hora. Pela ligação do transporte com o município vizinho, a conexão da comunidade com a sede de Viana é pequena; o trajeto da linha de ônibus passa somente em dois horários ao longo do dia pela sede municipal e área mais adensada do município de Viana. Desse modo, os habitantes dependentes do transporte público na maioria das vezes buscam comércio e serviços em outros municípios da RMGV⁴⁴.

Com relação às características referentes à camada física do território, mesmo no trajeto, é possível perceber o território comunitário: em meio às amplas áreas de pastagem provenientes de atividades agropecuárias no entorno da comunidade, ao longe, o morro de Araçatiba, elevação rochosa de cota superior a 300m de altitude, destaca-se na pastagem. À medida em que o contexto local se aproxima, outros elementos passam a se destacar e dar forma à comunidade: logo abaixo da elevação, surge o pequeno aglomerado de casas que compõe o perímetro de Araçatiba; e, ao centro, no ponto mais elevado da malha urbana, a torre da igreja de Nossa Senhora D'Ajuda.

Adentrando a comunidade, é possível facilmente salientar o ambiente bucólico, ausente dos grandes fluxos encontrados nos centros, da poluição visual e sonora, principalmente. Destacam-se as ruas estreitas arborizadas, o som dos pássaros, a presença de animais nas ruas, a incidência do vento e o som do movimento das árvores por esse.

⁴⁴ Durante o deslocamento de ônibus foi possível observar moradores portando sacolas de compras de estabelecimentos comerciais localizados em Campo Grande, no município de Cariacica, ou mesmo usando uniformes de escolas ou empresas localizadas em Vitória ou no município de Serra.

Figura 13: Vista para o entorno da comunidade, evidenciando as grandes áreas de pastagem



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Figura 14: Vista direcionada à entrada da comunidade, ressaltando as grandes áreas de pastagem no entorno



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Com relação à camada construída, destaca-se a composição da comunidade pelo pequeno aglomerado de edificações. Por essa característica, uma caminhada de, no máximo, 1 hora torna-se suficiente para conhecer todo o contexto comunitário. A maioria dos edifícios são de uso residencial, principalmente os localizados próximos à igreja, na região de topografia mais elevada. Os poucos edifícios de uso comercial, institucional ou de serviço (foram identificados 15, entre eles uma escola de ensino fundamental – infantil, uma unidade básica de saúde, lanchonetes, padaria, sorveteria, floricultura e igrejas) estão posicionados na região mais baixa do território comunitário, próximo à entrada da comunidade.

As edificações possuem no máximo dois pavimentos, implantadas conforme a topografia, mas, majoritariamente, próximas à rua, na testada dos lotes. Além da diferença no uso das edificações, percebe-se diferença nas tipologias construtivas entre as edificações localizadas nas áreas alta e baixa da comunidade. Residências localizadas na porção mais alta aparentam ser mais antigas, apresentam menor porte, são pouco adornadas e possuem, em sua maioria, cobertura composta por telhado de duas águas. São abertas à rua, com algumas apresentando amplos quintais onde se percebe a criação de animais e cultivo de hortaliças. Por sua vez, as edificações localizadas na área mais baixa aparentam ser mais novas, possuem maior porte, são dotadas de mais adornos e possuem cobertura com terraço capixaba. Diferente das anteriores, não possuem abertura tão direta à rua, com quintais menos visíveis, devido à presença de altos

muros. A impressão que se tem é de que mesmo sendo um contexto muito reduzido, parece haver diferença entre o perfil dos moradores em cada área da comunidade: aqueles nascidos e criados no local e “forasteiros”, provenientes de outras regiões externas ao contexto comunitário. Entretanto, em primeiro momento, percebe-se certa ausência do que se estabelece como público ou privado, como se o trânsito pelas ruas da comunidade revelasse a sensação de se estar percorrendo o quintal das casas dos moradores, pois todo o território comunitário é quintal dos moradores, independente da divisão de lotes.

Figura 15: Vista parcial da comunidade e igreja de Nossa Senhora D’ajuda por volta dos anos 1950



Fonte: IBGE, 19--

Figura 16: Vista parcial da comunidade e igreja de Nossa Senhora D’ajuda no ponto mais alto do território comunitário



Fonte: Acervo pessoal, 2023

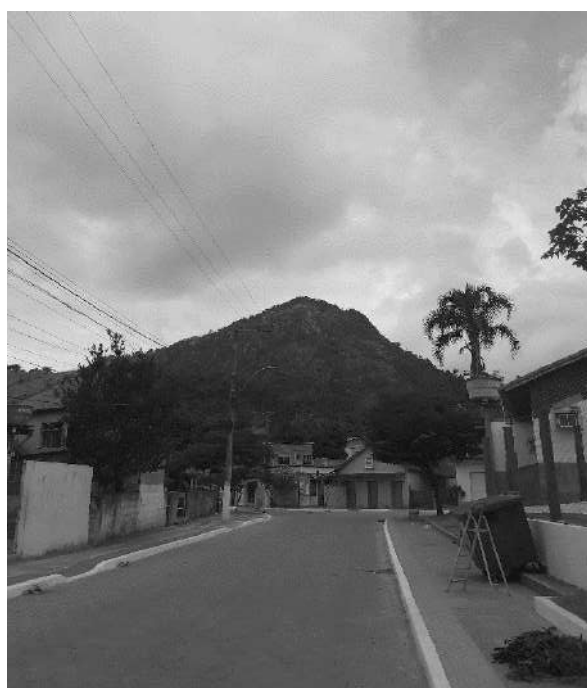
Ainda com relação à camada construída, como referência especificamente aos bens de natureza material, indica-se a importância da igreja de Nossa Senhora D’Ajuda, tanto para a composição da paisagem, como para orientação da identidade dos sujeitos. Além de se sobressair como um ponto focal no topo do morro que compreende a malha urbana, a importância da igreja de Nossa Senhora D’ajuda é salientada pelos sujeitos – mesmo aqueles que possuem origem externa à comunidade, ou mesmo os não praticantes da fé católica. Essa importância pode ser enfatizada pelo grau de proteção concedido ao bem patrimonial, que confere visibilidade à comunidade, atraindo também o interesse de agentes externos.

Como as primeiras visitas são realizadas em dias úteis, percebe-se um baixo movimento de pessoas nas ruas⁴⁵ e mesmo nos estabelecimentos comerciais, encontrados fechados. Após aproximação e contato em um dos dois estabelecimentos abertos, apreende-se com os sujeitos que a dinâmica comunitária majoritariamente é vivenciada nos finais de semana, sendo a

⁴⁵ Com exceção da observação de atuação de funcionários da prefeitura no cuidado e limpeza das ruas pontualmente para um evento que seria realizado nos dias seguintes à visita, por ocasião das festividades de aniversário do município.

movimentação dos dias de semana concentrada nos horários de entrada e saída das crianças na escola e/ou chegada/ partida do transporte coletivo, público ou escolar. Essa informação indica a necessidade da visita no fim de semana e, realmente, quando realizada, percebe-se significativa diferença na vivência comunitária, com bares e lanchonetes abertos ao longo do dia, presença mais incisiva de pessoas nas ruas, crianças soltando pipa e jogando futebol. No entanto, é importante reiterar, mesmo com o aumento na movimentação da comunidade, seu caráter bucólico e calmo se mantém.

Figura 17: Vista parcial da comunidade com destaque para o Morro de Araçatiba, ao fundo



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Figura 18: Vista parcial da comunidade indicando o baixo movimento nas ruas, em visita realizada em dia útil



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Para estabelecimento do vínculo com os sujeitos locais pela pesquisadora, busca-se concentrar as interações primariamente com aqueles presentes nos estabelecimentos abertos, principalmente a lanchonete e sorveteria local, abertos tanto nos dias úteis como em finais de semana. Entende-se que o contato com “quem é estrangeiro” ao local se dá por esses sujeitos, considerados introdutores à comunidade, responsáveis pela apresentação e formulação de impressões, estabelecendo um contato direto entre agentes externos e internos.

Nesse sentido, referente aos sedimentos que compõem a camada antrópica do território, salienta-se o pouco movimento e presença de pessoas nas ruas, ou mesmo conversando na porta de casa. No entanto, desde a primeira visita, foram observadas crianças brincando nas ruas em frente às suas casas, na quadra da escola – aberta 24h por dia para uso dos moradores – na frente

da igreja católica, ou mesmo no cemitério ao lado da igreja. Mas, para além disso, com relação a uma primeira tentativa de identificação de processos locais, percebe-se um ambiente comunitário extremamente familiar, em que todos os sujeitos se conhecem e interagem entre si. Essa familiaridade é, inclusive, salientada na fala dos sujeitos, quando indicam o caráter seguro da comunidade, exatamente pelos habitantes/ moradores estarem por muito tempo fixados nesse lugar. Entretanto, apesar da aparente harmonia comunitária, não é identificada organização social que vise a operação e criação de projetos locais, a não ser movimentações vinculadas à Banda de Congo Mãe Petronilha e ao time de futebol Guarani Futebol Clube. Além da menção à banda na fala dos sujeitos, na visita, observa-se o cuidado com a manutenção do campo de futebol e, também, como aparente projeto de valorização da identidade local, o estabelecimento denominado “ateliê quilombola”, fechado na ocasião da visita.

Além disso, a partir da fala de um morador, percebe-se dificuldade ou ausência de participação nas decisões que envolvem a valorização local, como o próprio restauro da igreja de Nossa Senhora D’Ajuda, que, como mencionado anteriormente, apesar de consistir em uma edificação pertencente à igreja católica⁴⁶, estabelece-se como um símbolo inerente à comunidade como um todo.

Após as visitas desacompanhadas, com o desenvolvimento do *workshop* em laboratório, busca-se orientar as interações com os sujeitos partindo das estratégias previstas. Para tanto, realizam-se mais duas visitas ao lugar: uma com o objetivo de apresentar o território comunitário para os pesquisadores e convidar os sujeitos para o encontro de co-planejamento, e outra para desenvolvimento das atividades propostas. Assim, o encontro é preparado para acontecer em uma tarde de sábado, considerando encontrar a melhor possibilidade de participação da comunidade, considerando a dinâmica local indicadora de um maior movimento aos fins de semana.

Os primeiros 30 minutos do encontro são direcionados à preparação dos facilitadores e do ambiente onde se darão as atividades. Enquanto um grupo organiza o espaço de interação, outro grupo explora a comunidade encontrando e convidando as pessoas para as atividades. Para atrair a atenção das crianças, o grupo propõe brincadeiras com pipas – atividade amplamente

⁴⁶ Como informação importante de ser salientada, observa-se grande quantidade de denominações religiosas para um contexto tão restrito. As denominações são, sobretudo, ligadas a uma corrente cristã protestante.

observada durante visita anterior à comunidade –, e para melhor conforto dos participantes, organiza-se o ambiente com lanche, água e assentos à sombra.

Figura 19: Interação com a comunidade nas atividades do I Encontro de Co-planejamento, à esquerda as entrevistas em profundidade e projetivas, e à direita atividade lúdica com as crianças



Fonte: Patri_Lab/ Lapei, 2023

A partir do roteiro proposto, apenas dois momentos de interação são realizados: a atividade lúdica com as crianças e a entrevista em profundidade com adultos e idosos. Devido às condições climáticas, torna-se inviável a atividade prevista número dois, “caminhada exploratória”. Entretanto, mesmo considerada interferência externa ao sistema metodológico, a ausência da atividade não atrapalha a obtenção das informações pelos facilitadores, visto ser a entrevista entendida como um meio eficiente de identificação dos processos cognitivos entre sujeitos e território. O uso de mapas e figuras para os diálogos em entrevista projetiva também se torna eficaz para suprir a falta da caminhada, pois, por intermédio deles, os sujeitos conseguem identificar sedimentos, lugares e observações a respeito do território. Os registros são feitos por anotações dos facilitadores, encarregados de, posteriormente, reunir as informações em relatórios, disponibilizados no Anexo II deste documento, considerando a identificação do interlocutor, o clima/ ambiente da entrevista e os principais temas discutidos.

Desse modo, ao todo, são realizadas 8 (oito) entrevistas com uma pessoa ou com grupo de pessoas, incluindo as interlocuções com as crianças. As entrevistas são realizadas pelos dezessete pesquisadores/ facilitadores, dos dois laboratórios envolvidos, com principal atuação

dos pesquisadores brasileiros. Com relação à percepção do clima geral nos ambientes das interações, percebe-se o rápido entrosamento das crianças com os facilitadores, a partir da curiosidade com a atividade lúdica, ainda que nem todas tenham estado dispostas a desenhar ou brincar com as pipas. Por sua vez, os adultos que aceitam participar do evento de interação compõem um grupo bastante colaborativo e interessado em participar, sempre buscando contribuir com informações sobre a comunidade e a vivência local.

Figura 20: Interação com a comunidade nas atividades do I Encontro de Co-planejamento



Fonte: Patri_Lab/ Lapei, 2023

Figura 21: Interação com as crianças da comunidade nas atividades do I Encontro de Co-planejamento



Fonte: Patri_Lab/ Lapei, 2023

Os principais temas apresentados e discutidos pelos sujeitos, conforme as orientações previstas em roteiro, são majoritariamente focados em relatos da história da comunidade, evidenciando o patrimônio material institucionalizado, a origem da Fazenda de Araçatiba e, principalmente, a relação dos atuais moradores com a matriz genealógica do coronel Sebastião Vieira Machado. Além disso, com relação aos sedimentos de passado, destaca-se a constante menção da banda de congo Mãe Petronilha, muito presente na vida dos moradores, ainda que não tão ativa nos dias atuais; e o indicativo de um saudosismo referente a um período em que, segundo alguns sujeitos, a comunidade era mais unida, devido a eventos e projetos que atualmente não ocorrem com tanta frequência e/ou estão desativados. Com relação ao presente da comunidade, destacam-se as falas referentes à dependência externa à comunidade, por ausência de alguns

equipamentos e serviços, que levam à necessidade de deslocamento para outras comunidades próximas ou mesmo para municípios vizinhos, visto ser evidente a desconexão da comunidade com a Sede municipal de Viana, por motivos previamente mencionados. No entanto, também se ressalta a tranquilidade do ambiente comunitário, indicada pela característica familiar, com todos os sujeitos se conhecendo e apoiando; nesse sentido evidencia-se um espírito de coletividade na relação entre os moradores, que contribuem com troca de mantimentos, produtos e/ou algum outro serviço em casos de necessidade ou urgência. Com relação ao futuro, destaca-se a busca por equipamentos institucionais, de comércio e serviços capazes de diminuir a dependência externa à comunidade; além disso, são ressaltados desejos de melhoria da infraestrutura local, para aumento da qualidade de vida de crianças e adultos. Ainda, importa destacar, por parte de um grupo de moradores ligados diretamente à matriz genealógica de origem da comunidade, evidencia-se um enfático desejo de fortalecimento da identidade local, partindo do registro oficial da comunidade como remanescente de quilombo, para que projetos locais sejam elaborados e a comunidade possa buscar seu autodesenvolvimento.

É importante ressaltar, mesmo com o ambiente acolhedor e colaborativo, evidenciado na participação dos sujeitos envolvidos, identifica-se uma participação no encontro de co-planejamento mais ativa dos moradores interessados no desenvolvimento comunitário, com vistas à identidade local, mais precisamente aqueles vinculados diretamente à matriz genealógica que dá origem à comunidade. Partindo da observação participante, os primeiros contatos se dão por três sujeitos que apresentam alguma abertura para o diálogo, como interlocutores entre comunidade – pesquisadores, mas desses somente um se dispõe a participar da atividade proposta, restringindo a participação dos outros dois à disseminação do convite para os demais moradores da comunidade. Além desses, outras pessoas destacadas no contexto comunitário não se mostraram abertas à participação, ainda que contatadas previamente, como é o caso dos representantes do time de futebol e da banda de congo.

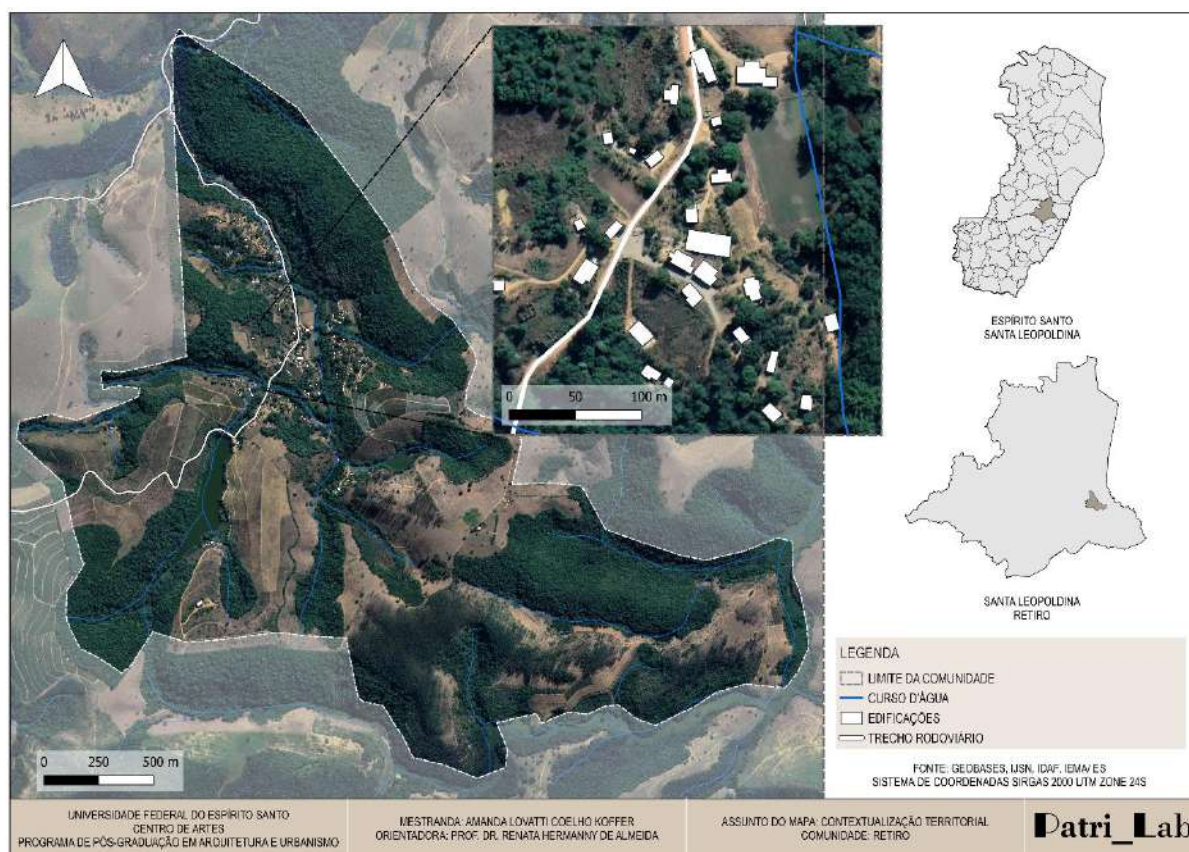
3.3.2. Comunidade de Retiro, Santa Leopoldina/ ES

Retiro consiste em uma comunidade remanescente do quilombo de mesmo nome, reconhecida e registrada pela Fundação Cultural Palmares, por meio da portaria nº 39 de 29 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005)⁴⁷. Está localizada na região rural do município de Santa Leopoldina/ ES, no distrito de Mangaraí, com acesso pela rodovia ES-080 e estrada municipal que adentra as

⁴⁷ Livro 003, registro nº. 284, f. 90.

comunidades rurais do município. O território comunitário, margeado por fazendas, possui extensão⁴⁸ de aproximadamente 5,19km². Devido à ampla dimensão, o deslocamento dentro da comunidade torna-se demorado, considerando a distância entre os lotes e edificações, e falta de pavimentação na maior parte do território. O local de mais fácil acesso é o centro do povoado, ampliado no mapa a seguir (Figura 22), em que se torna possível realizar de modo mais eficiente o reconhecimento territorial. Também é nessa região onde está localizada a maior quantidade de edificações em todo o contexto comunitário.

Figura 22: Contextualização territorial da comunidade de Retiro, Santa Leopoldina/ ES



Fonte: Elaborado pela autora

A população residente é constituída por cerca de 250 habitantes, oriundos de 70 (setenta) famílias. Conforme Oliveira (1999), a identidade étnica do grupo é afirmada pelo entendimento da política e associação por uma mesma ancestralidade. O autor apresenta a história da comunidade ancorada à ascendência de Benvindo Pereira dos Anjos, trazido como escravo para

⁴⁸ Assim como a extensão territorial da comunidade de Araçatiba, o cálculo para o território de Retiro é realizado pelo *software* livre QGIS, multiplataforma de sistema de informação geográfica, a partir do limite comunitário indicado pelo *shapefile* referente a comunidades, disponibilizado pelo GEOBASES/ Instituto Jones dos Santos Neves.

o Brasil na primeira metade do século XIX. Ainda na condição de escravizado, Benvindo se casa com Maria Pereira das Neves, pertencente a um grupo de negros livres que viviam em uma localidade próxima ao rio Santa Maria da Vitória, em região conhecida como Conceição e Morro dos Pelados. Ao final do século XIX, Benvindo adquire seu primeiro terreno, posteriormente invadido e expropriado forçadamente, atualmente ocupado por uma fazenda. No início do século XX, Benvindo adquire sua segunda terra, onde atualmente localiza-se a comunidade de Retiro, herança deixada para seus sucessores (ALVES, 2020).

De acordo com Alves (2020), após o falecimento do patriarca, seu filho mais novo, Jorge Benvindo, assume a liderança familiar e perpetua a memória de seu pai, os saberes e vivências pela oralidade, transmitindo aos seus sucessores os sedimentos memoriais que conformam a consciência comunitária e seu vínculo ancestral.

Na constituição populacional do quilombo, os filhos de Benvindo estabelecem casamentos entre famílias da região. Nesse sentido, os sujeitos locais formam uma comunidade familiar, compreendida tanto sob laços consanguíneos ou sociais (ALVES, 2020), pela possibilidade de distinção entre herdeiros legítimos e indiretos, quando pertencentes à comunidade por casarem-se com algum herdeiro diretamente vinculado à matriz genealógica.

É importante ressaltar, a comunidade não possui bens materiais registrados institucionalmente, mas vivencia sua identidade por atividades culturais e ações cotidianas. Uma delas trata-se da banda de congo Unidos do Retiro, que realiza festejos em alguns momentos do ano, na festa de São Judas Tadeu, no dia de São Benedito e no dia de São Sebastião, por exemplo. Além da banda de congo, outras atividades e organizações estão presentes na comunidade, como o time de futebol “Unidos Futebol Clube”, atuante na organização e participação de campeonatos que envolvem diversos sujeitos locais. No entanto, ainda que pelas atividades e ações, entende-se ser na organização social e preservação das conexões entre passado e presente que se encontram os valores locais. A organização comunitária é representada pela Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos, organização que surge em 1990 e visa trabalhar para a garantia do território e dos interesses da comunidade, com representação ativa diante do poder público (SILVA, 2006).

Conforme as características comunitárias e sua relevância para o entendimento dos processos vinculados à patrimonialização, desenvolve-se a interação comunitária seguindo os movimentos do sistema metodológico proposto. Diferente do que é desenvolvido na comunidade de Araçatiba, em Retiro os processos de observação e interação com a comunidade

são realizados de maneira desacompanhada, considerando apenas o que se apreende pela percepção da autora. Para tanto, compreende-se ser necessária orientação pela metodologia proposta para a comunidade de Araçatiba, considerando, no entanto, ajustes a respeito do que efetivamente contribui para alcançar os objetivos da pesquisa, distintos dos objetivos do *workshop* realizado. A diferença está ancorada na ausência de um encontro para entrevista e atividades com os interlocutores: todas as apreensões e comunicações são realizadas durante as visitas de modo espontâneo e inseridas no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, opta-se por dar ênfase à entrevista em profundidade no contexto em que os interlocutores se encontram, desconsiderando as diferentes atividades lúdicas propostas na comunidade anterior, a fim de encontrar indícios/ informações a respeito das dimensões temporais que engendram a memória coletiva e as ações para a patrimonialização. Importa salientar, devido à experiência anterior, principalmente nos movimentos de observação e apreensão do contexto comunitário, a descrição analítica se orienta pela experiência na comunidade de Araçatiba, não em sentido comparativo, mas como uma referência/ guia para objetivamente captar o que de fato é relevante para o contexto da pesquisa.

Por estar localizada na região Centro-Serrana, fora da Região Metropolitana da Grande Vitória, o acesso a Retiro por transporte coletivo é realizado por ônibus intermunicipal que parte da Rodoviária de Vitória e segue em direção ao perímetro urbano de Santa Leopoldina e adjacências, pela rodovia ES-080. O ponto de descida, no entanto, fica na própria ES-080, na vila de Barra do Mangaraí, localizada a aproximadamente 5km de Retiro, sem transporte fixo para realização desse deslocamento. Desse modo, para acesso tanto à sede municipal quanto aos municípios do entorno, indica-se a dependência dos moradores por veículo próprio ou outro suporte local; e também por esse motivo, opta-se por realizar as visitas à comunidade por automóvel individual.

As primeiras impressões da comunidade são apreendidas ainda no trajeto, enquanto se adentra o território comunitário. Diferente da experiência em Araçatiba, em que é possível ao longe perceber o aglomerado de sedimentos que compõem a comunidade, em Retiro a realidade é outra. Aos poucos, pela estrada municipal que conecta a rodovia à comunidade, em meio à densa vegetação delimitadora do percurso, às margens do Rio Mangaraí, alguns sedimentos vão sendo revelados, indicando as características locais: um bar localizado na entrada da comunidade, o portão de acesso à cachoeira mais à frente, residências aparecendo aos poucos e, à medida em que se intensificam, indicam o centro do povoado onde se situam os espaços de vivência comunitária.

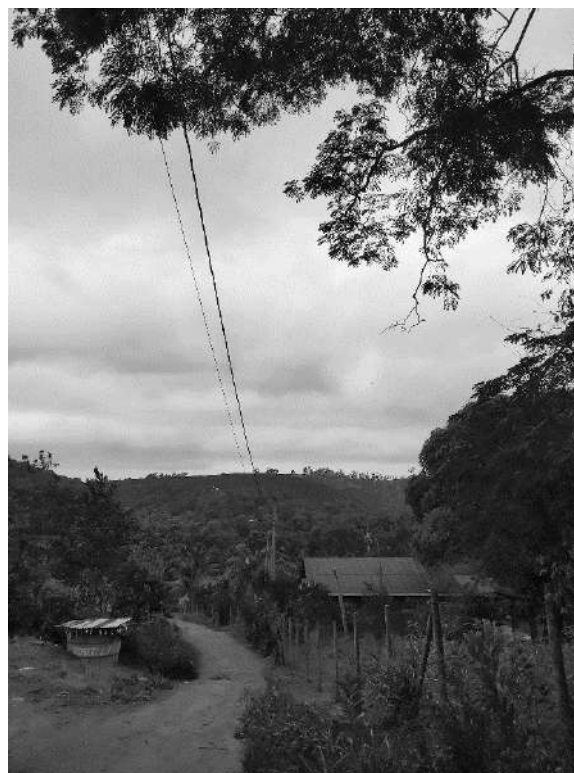
As características referentes à camada física do território são salientadas, principalmente, pela composição morfológica do relevo acidentado e pelo curso d'água, determinante da paisagem e dos percursos locais. Além disso, salienta-se a intensa presença da vegetação proveniente de mata atlântica, mesclada com áreas destinadas à agropecuária, mais incisivamente para a plantação de café. Evidentemente, trata-se de um ambiente rural, completamente oposto ao movimento dos centros urbanos, caracterizado pela quietude e pela simplicidade.

Figura 23: Vista do curso d'água que corta o território comunitário



Fonte: Acervo pessoal, 2024

Figura 24: Vista parcial de Retiro, em estrada interior ao contexto comunitário; região de cota mais elevada



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Com relação à camada construída, percebe-se a pertinência dos assentamentos considerarem as características físicas do território, tanto para a divisão dos lotes para as respectivas gerações familiares, como para a implantação dos edifícios. Salienta-se a ampla dimensão dos lotes e distância entre as edificações, conectadas por vias internas que partem de uma estrada principal e se ramificam para o interior do território. Esses fatores contribuem diretamente na dificuldade de visualização de todo o território comunitário, não somente pela extensão territorial, mas, também, pela dimensão, divisão dos lotes e posicionamento dos edifícios camuflados pela vegetação e pela topografia – apesar de a quantidade de edificações ser semelhante à da comunidade de Araçatiba.

Figura 25: Vista parcial de Retiro, em estrada paralela ao curso d'água, com ênfase no distanciamento entre as edificações



Fonte: Acervo pessoal, 2024

Figura 26: Vista parcial de Retiro, na região central, com ênfase no distanciamento entre as edificações



Fonte: Acervo pessoal, 2023

O uso das edificações é majoritariamente residencial, sendo poucos os edifícios de outros usos (são identificados somente cinco, apesar de sabida a existência de uma panificadora na região, lanchonetes e outros estabelecimentos não identificados nos trajetos realizados na comunidade). Quanto à tipologia dos edifícios, esses são, em maioria, de um único pavimento, pouco adornados, rodeados por grandes varandas e cobertos por telhado de duas águas. Os lotes apresentam ausência de muros ou cercas, admitindo a familiaridade dos sujeitos normalmente em circulação pela comunidade e recebendo a visita de turistas provenientes da região, devido ao uso da cachoeira. Além disso, os lotes contam com amplas áreas em frente às edificações, majoritariamente utilizadas para pequenos cultivos, particulares, sendo percebidas pequenas plantações de hortaliças, café e árvores frutíferas. A área central do povoado é marcada por um grande largo, conformado pela presença dos edifícios da escola de educação infantil (creche)⁴⁹

⁴⁹ Conforme apresenta Oliveira (2005), a creche é construída em 1986 pela prefeitura, em parceria com o governo do estado e passa a funcionar pelo trabalho de pessoas de Retiro e de comunidades vizinhas. Ainda de acordo com os relatos apresentados pelo autor, e por confirmação nas interações realizadas com a comunidade durante a pesquisa, a creche torna-se uma oportunidade para as famílias que não têm com quem deixar os filhos, fornecendo-lhes alimentação e atividades educativas em tempo integral, enquanto precisam exercer vínculos empregatícios fora do território comunitário. Crianças, adolescentes e jovens que cursam a partir do ensino fundamental são transportadas de ônibus para a escola localizada na vila de Barra do Mangará e/ou na sede municipal.

e da igreja católica. Atrás da igreja católica, um edifício de maior porte chama atenção, identificado posteriormente como o Centro Comunitário, onde são realizados eventos para a comunidade e onde se reúne a Associação Quilombola, desempenhando suas atividades.

Figura 27: Vista parcial de Retiro, na região central do povoado, apresentando o edifício da igreja católica, em destaque ao meio, e os acessos à escola de ensino infantil (à esquerda) e ao Centro Comunitário (à direita)



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Com relação aos sedimentos componentes da camada antrópica do território, desde as primeiras visitas, percebe-se o acolhimento, a receptividade e a disposição dos sujeitos para envolverem-se em um diálogo voltado à apresentação da comunidade enquanto quilombo. No entanto, evidencia-se o baixo movimento e presença de pessoas nas ruas/ estradas ou mesmo nas portas de casa, menor ainda do que fora evidenciado na comunidade de Araçatiba, principalmente em dias úteis, pois a dinâmica comunitária possui maior movimentação aos fins de semana. Por baixa presença de estabelecimentos comerciais ou espaços livres estruturados para a reunião de pessoas, mesmo devido ao fato de se tratar de uma comunidade rural, torna-se um pouco mais difícil o contato com os sujeitos.

A comunidade apresenta-se politicamente organizada pela Associação Quilombola Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos, com aparente desenvolvimento de projetos locais para fomento da identidade comunitária. No decorrer das primeiras visitas, verificam-se indícios do compromisso da comunidade com o território, principalmente orientado ao manejo e ao cuidado

com o rio, fonte de captação de água para as residências e ambiente de lazer para os proprietários. Em diversos pontos do território, principalmente ao longo das estradas internas e de acesso ao núcleo comunitário, observa-se a presença de sinalização instrutiva, contendo regras de conduta, direcionadas, sobretudo, a turistas e visitantes (Figuras 26 e 27).

Figura 28: Sinalização de proibição de banho em trecho do rio destinado à captação de água.



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Figura 29: Sinalização indicando área reservada ao uso de proprietários e familiares.



Fonte: Acervo pessoal, 2024

Após as primeiras visitas, orientadas ao reconhecimento do território, desenvolvem-se outras três, no intuito de criar um vínculo de interação entre pesquisadora e comunidade. Por uma mesma conclusão evidenciada em Araçatiba, para o estabelecimento de vínculo com os sujeitos pela pesquisadora, intenta-se concentrar as interações em locais ou situações onde se entende haver abertura para tal, considerando, por exemplo, estabelecimentos comerciais ou edifícios religiosos, locais próprios à interação social. Não somente por serem locais neutros e abertos a quem é externo à comunidade, tais estabelecimentos, principalmente os comerciais, em ambas comunidades, são entendidos como locais onde permite-se estar em contato com diversos sujeitos, onde ocorrem os momentos de troca e vivência do cotidiano. Nesse sentido, as visitas são marcadas por eventos desenvolvidos na comunidade, ou pela permanência nesses locais de neutralidade, em finais de semana, quando a comunidade expressa maior movimento.

O primeiro contato é desenvolvido na festa de São Sebastião, quando ocorre a retirada do mastro de São Benedito. A celebração envolve um momento de oração na igreja católica, seguido de uma apresentação da banda de congo “Unidos do Retiro”, em que diversos membros da comunidade se reúnem para tocar, cantar e dançar. Após a retirada do mastro, o grupo segue em caminhada para a residência da família eleita como “guardiã do mastro”, até a próxima festa de São Benedito, que acontece no mês de outubro. Diferente dos dias anteriores, observa-se grande movimentação na comunidade, não somente pela festa em si, mas pela presença de uma equipe de filmagem produzindo um documentário sobre Retiro. Ao conversar com os sujeitos, esses salientam que a presença de visitantes, pesquisadores e/ou grupos realizando trabalhos sobre a comunidade é recorrente, sendo sempre bem-vindas, pois evidenciam a relevância comunitária.

Na circunstância da visita, os moradores mencionam um evento a ser realizado no dia seguinte, promovido pela equipe de filmagem. Trata-se de um momento de roda de conversa a respeito da identidade comunitária, que parte da exibição de curta-metragem documentário desenvolvido em 2007, a partir do projeto desenvolvido pelo IBASE. Nesse evento, ocorre o segundo movimento de interação, partindo da permanência na exibição do documentário (Figura 30) e na roda de conversa, sobretudo apreendendo, pela fala dos sujeitos, os sedimentos que compõem a vivência comunitária na longa duração do território. O evento acontece no edifício do Centro Comunitário e conta com a participação de diversos moradores, principalmente sujeitos vinculados à dinâmica da Associação Quilombola, ou que participaram diretamente do projeto desenvolvido em 2007.

Figura 30: Encontro para exibição do curta-metragem produzido na comunidade (2007) e roda de conversa sobre a comunidade quilombola



Fonte: Acervo pessoal, 2024

O terceiro movimento de interação ocorre após algumas semanas, no intuito de contatar novos sujeitos, percebendo outros processos não visualizados anteriormente. Esse é orientado pela permanência no estabelecimento comercial localizado na região central do povoado, interagindo com os sujeitos que se encontram no local. No contexto, alguns sujeitos são apresentados e outros reencontrados, com a retomada de discussões anteriores, salientando ou indicando novas apreensões sobre a comunidade, relevantes para evidenciar processos locais.

Ao todo, interage-se com dez sujeitos, partindo de contextos e motivações distintas, sem a formalidade e rigidez de uma entrevista estruturada; entretanto, busca-se contemplar as dimensões temporais, seguindo as mesmas perguntas orientadoras das interações na comunidade de Araçatiba. As anotações são registradas após as interações, tornando o diálogo fluido e dinâmico, sem que seja interrompido por pausas para escrita, a não ser que seja revelada alguma informação específica, imprescindível para as futuras avaliações e interpretações a respeito do contexto comunitário. As anotações posteriormente se tornam relatórios, nos quais busca ser relatado todo o contexto interativo, compreendendo de modo mais completo possível

os assuntos apresentados e discutidos, bem como as situações que levam ao contato com os sujeitos e desenvolvimento dos assuntos.

Os principais temas apresentados e discutidos pelos sujeitos destacam-se pela ênfase no tempo presente, no cotidiano e ações desenvolvidas na comunidade em um recorte temporal próximo, no entanto, sobretudo, um tema recorrente diz respeito ao direito à terra e funcionamento da comunidade quilombola, a partir do registro institucional. Todas as falas dos sujeitos passam pela afirmação de que fazem parte de um quilombo, com identidade garantida pelo registro e reconhecimento das raízes familiares.

Com relação aos sedimentos referentes ao passado, destaca-se a menção ao processo de registro das terras, com ênfase à influência e gratidão pelo trabalho de pesquisadores como o Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira, nome amplamente mencionado em todas as conversas que perpassam o processo de reconhecimento e registro das terras e dos herdeiros. Por indicação dos próprios sujeitos, devido à pertinência de pesquisas desenvolvidas na comunidade, para melhor compreensão dos processos de constituição e transformação local, recorre-se à busca por informações em produção bibliográfica complementar, principalmente para compreensão da dimensão temporal passada. Em relação ao presente, no entanto, aponta-se a qualidade do ambiente comunitário ressaltada pela tranquilidade e boa convivência entre os moradores, por justificativa de se tratar de uma mesma família compartilhando o território. Ressalta-se o amplo envolvimento dos sujeitos quando são dispostos projetos locais ou outros trabalhos desenvolvidos junto à comunidade. Essa apreensão é confirmada pela participação nos processos vinculados à filmagem do documentário produzido durante as visitas de campo, salientada por relatos que mencionam os trabalhos desenvolvidos ao longo do tempo, e na experiência com o projeto do IBASE, em 2006. Ainda, evidencia-se forte predisposição política dos sujeitos, vinculada à atuação da Associação e à sua influência em todas as decisões tomadas no interior da comunidade. As apreensões futuras são indicadas pelo desejo à criação de novas oportunidades e atrativos de valoração da comunidade. Nesse sentido, o interesse de pesquisadores e agentes externos, quando pareados com os interesses da comunidade, é visto pelos sujeitos com bons olhos, pois dá visibilidade e possibilita a valorização local, com possível obtenção de recursos para o lugar. Além disso, evidencia-se o anseio por melhoria na qualidade de vida⁵⁰, com a possibilidade da implantação de projetos e equipamentos

⁵⁰ As crianças indicam o desejo de ter na comunidade novas áreas de lazer, com equipamentos que promovam atividades diferentes das atuais.

institucionais, de comércio e serviços, visando minimizar a dependência dos moradores com relação às comunidades vizinhas, à sede municipal ou mesmo a outros municípios.

As apreensões gerais quanto ao clima das interações indicam boa receptividade da comunidade, interessada em apresentar a identidade quilombola e fornecer informações a respeito do funcionamento comunitário. Percebe-se certa facilidade dos moradores em interagirem com a pesquisadora, devido ao costume de lidarem com outros pesquisadores ou mesmo visitantes interessados em conhecer o contexto local. Em todas as interações, os interlocutores mostram-se interessados em contribuir com os esclarecimentos necessários para o escopo da pesquisa.

A partir das experiências com a comunidade de Retiro, percebe-se que a decisão por não realizar um evento/ encontro para desenvolvimento das interações – como o evento realizado em Araçatiba – resulta em pontos positivos e negativos para a pesquisa. Com relação aos pontos positivos, talvez o de maior destaque se refere à comunicação espontânea com os sujeitos, não forçadas ou fundamentadas em falas prontas ou tendenciosas para determinado interesse. Nesse sentido, os sujeitos mostram-se confortáveis nos depoimentos, relatando a vida cotidiana e assim possibilitando melhor identificação da relação com o lugar, partindo dos sedimentos cognitivos inerentes à espontaneidade das vivências. Entretanto, quanto aos pontos negativos, salienta-se a dificuldade encontrada para contatar os sujeitos, devido à dinâmica própria do lugar. Essa dificuldade é ainda mais evidente em se tratando do contato com crianças e idosos que, em maioria, permanecem dentro de suas casas durante o dia. Além disso, por não se tratar de um evento com atividades controladas, apreende-se certa dificuldade no mantimento de um fluxo de raciocínio objetivo, devido a atravessamentos de fatores ou outros sujeitos, externos à interação pesquisador-comunidade e que fogem do controle do pesquisador – como, por exemplo, alguma orientação voltada às atividades dos eventos presenciados ou da filmagem do documentário. As experiências são consideradas positivas, mas, para solucionar possíveis lacunas a respeito do entendimento comunitário, são buscados dados secundários, contendo informações capazes de complementar a descrição sintética dos processos locais.

4. SÍNTESE DO VÍNCULO PESQUISADOR-SUJEITO-PROCESSO

A interação do sujeito com o território, mediante o uso e a vivência, contribui por determinar valores de existência e recurso referentes ao patrimônio territorial. Essa interação se correlaciona com os sedimentos materiais e imateriais – ambientais ou cognitivos (2001) – que compõem o território e o tornam vivo – valendo ressaltar, o território só é vivo pois possui dinâmica constante entre os sedimentos e os agentes de transformação. Mas, também, a interação infere diretamente no funcionamento das engrenagens, pois a forma como o habitante se porta frente ao território reflete seu desejo para o mesmo, delineando os limites do projeto local.

Se o vínculo do sujeito com o território se estabelece por vias da apropriação material, desprendido de uma relação simbólica com o lugar, por consequência, o projeto será orientado pelo manejo dos recursos, de modo a esgotá-los em sua totalidade; por outro viés, a orientação por atributos referentes à identidade, sem ativação dos recursos locais, torna o processo condicionado à interferência externa, um entrave com o desenvolvimento local. Não necessariamente o modo como o habitante se porta frente ao território é mal-intencionado, no entanto, a depender da intencionalidade, as sustentabilidades indicadas por Magnaghi (2010) podem não ser alcançadas, carecendo de outros valores a serem associados.

Como entendido a partir do aporte teórico-metodológico, as ações componentes do mecanismo proativo são todas interligadas e interdependentes. Entretanto, para ativação do sistema, faz-se necessário encontrar uma força motora, que se encontra nos lugares. Pode ser que, por característica de determinado lugar, o processo de identificação já esteja encaminhado, por alguma motivação local, mobilizando, portanto, o processo de patrimonialização. Em outro lugar, pode ser que a organização participativa dos habitantes esteja ativa, propulsionando um projeto local e, consequentemente, dando indícios de um caminho para a patrimonialização. O desafio para o desenvolvimento de um processo de patrimonialização proativo está no reconhecimento desses processos, bem como da força capaz de movimentar as engrenagens.

Para alcançar o entendimento do comportamento de todos os processos, bem como evidenciar a força mobilizadora, recorre-se à experimentação de leitura das dinâmicas correntes nos lugares, partindo de dados e informações adquiridos na interação pesquisador-comunidade. A leitura e a interpretação de dados são estruturadas seguindo o proposto no segundo evento componente do sistema metodológico direcionado à interação com as comunidades, com referência à descrição sintética. Para tanto, recorre-se à representação das informações de modo

sistematizado, possibilitando evidenciar níveis de análise que permitam a leitura territorial sob organização de temáticas consolidadas por valores locais, incorporados às ações componentes do mecanismo proativo. Nesse sentido, entende-se a representação gráfica do mecanismo não somente como uma estrutura processual que intenta organizar os procedimentos para o projeto de patrimonialização, mas um instrumento de leitura de processos locais orientados por perspectiva de valorização do território-patrimônio.

Por esse procedimento, o pesquisador se torna sujeito imerso no processo de apreensão territorial, à medida em que facilita as interações, recebe e registra os dados, e traduz o panorama local, para entregar à comunidade a leitura das ações compreendidas no recorte de realização da pesquisa. Nesse sentido, assim como o próprio sujeito local presente na longa duração, o pesquisador também se vincula de alguma maneira com o território. Importa reiterar, o vínculo não pode assumir protagonismo nas ações locais, nem mesmo se essas ações levarem à patrimonialização, pois o protagonismo sempre deve ser do sujeito-lugar, circunstanciado pela comunidade e identidade projetual.

Assim, o capítulo se desenvolve buscando indicar os processos locais que foram possíveis ser identificados nas experiências em campo, percebendo que esses processos somente ocorrem devido ao movimento constante entre homem-mundo/ sujeito-lugar, vínculo expresso nos atos territorializantes, carregados de sedimentos simbólicos, práticos e sensoriais. Esses são determinantes para constituição dos valores de identidade, recurso e capital territorial, os quais, em sinergia, determinam a patrimonialização proativa. Importa reiterar a pertinência das interações pesquisador-comunidade que contribuem para a visualização do desempenho da proposta teórico-metodológica sob regras da realidade local. Desse modo, permite-se interpretar criticamente a articulação de noções, procedimentos e instrumentos, considerando ampliar as discussões relativas à elaboração conceitual.

Desse modo, a estrutura compreende a representação e a descrição dos processos comunitários partindo de uma perspectiva crítica, enfatizando a origem da interpretação referente ao pesquisador enquanto sujeito igualmente portador de sedimentos de memória também delineadores das observações e dos vínculos com o território. A representação segue a composição referente às quatro ações do mecanismo proativo: identificação, criação, participação e consciencialização. Em sequência, realiza-se avaliação das composições, considerando entender as influências das engrenagens umas nas outras, por ênfase em processos mais impactantes na constituição da identidade projetual das comunidades, junto às fragilidades

que dificultam a mobilização de todo o panorama comunitário. Toda a descrição é balizada pela noção-chave do binômio sujeito-lugar como força mobilizadora presente na moção das ações. Por fim, compreende-se que a pura sistematização dos processos locais não é suficiente para determinar a ativação da patrimonialização, sendo necessário evidenciar fatores condicionantes do funcionamento do mecanismo e corroborantes para a determinação do projeto de valorização do território-patrimônio.

4.1. A EXPERIÊNCIA NAS COMUNIDADES COMO PERSPECTIVA AVALIADORA

Recuperando a filosofia de Nietzsche, indica-se, todo valor é derivado de ações humanas. Conforme o filósofo, a origem dos valores é inerente ao sujeito, que se compreende como perspectiva avaliadora. Não necessariamente os valores se estabelecem pelo significado das coisas ou pela representação qualitativa delas, mas, sim, por qualquer conclusão ou interpretação a respeito do percebido na realidade. Como mesmo dispõe o sistema metodológico desenvolvido, o próprio evento de interação com as comunidades se estabelece pela constância entre observação e interpretação, em que o pesquisador faz-se vincular em um contexto, para compreendê-lo em sua totalidade.

Ainda pelo que apresenta o filósofo, os valores estabelecidos pelas perspectivas avaliadoras não podem ser avaliados por essas mesmas perspectivas (MARTON, 2020). Sob uma abordagem idealizada, compreende-se a necessidade de ser estabelecido um critério de avaliação que encontre neutralidade, sem inclinações ou partidos. No entanto, ainda que o pesquisador se encontre condicionado a inclinações e juízos, intenta-se a busca por isonomia inerente à pesquisa científica, por realização de movimentos de análise e síntese sob perspectiva crítica, de forma a minimizar quaisquer juízos de valor.

Desse modo, a perspectiva avaliadora orientadora da experiência e da interpretação dos sedimentos identificados nos contextos comunitários não se separa da constituição do indivíduo que as realiza: o pesquisador enquanto sujeito no mundo, dotado de vivências e sedimentos memoriais/ territoriais. Mas, definem-se os critérios de avaliação pela compreensão metodológica para a valorização do patrimônio territorial seguindo a abordagem teórico-conceitual discutida. Essa confere o ponto de vista do pesquisador, determinado pela observação, interação, registro e, também, consulta a documentos e bibliografias detentores de informações pertinentes aos resultados e às discussões.

Assim, estabelece-se crítica ao solo ao qual os valores são engendrados, baseando-se na transvaloração dos valores. Em Nietzsche, essa é compreendida pela crítica à concepção do bem/ verdadeiro/ belo, advinda do mundo inteligível; crítica ao dualismo de mundos, à ideia de oposição e fragmentação polarizada das relações humanas. A transvaloração põe do avesso os valores, criando outras possibilidades de compreensão do mundo, em consonância com o corpo, a terra e a vida (MARTON, 2020). Por observação da realidade, então, propõe-se a leitura e a interpretação das dinâmicas comunitárias.

No âmbito descritivo dos movimentos realizados, a metodologia utilizada para as análises compreende a organização dos registros em relatórios e, por reflexão das percepções no âmbito da observação e das entrevistas em profundidade, são listados os processos e os sedimentos mais destacados nos contextos comunitários. Partindo dessa relação, os itens são organizados conforme associação com a composição de cada engrenagem referente ao mecanismo proativo. Em sequência, realiza-se síntese dos processos e sedimentos para representação gráfica, seguindo a estrutura previamente apresentada na composição do próprio mecanismo proativo, em associação com os atributos referentes à taxonomia do capital territorial. Desse modo, torna-se possível visualizar o panorama comunitário por completo, recortado pelas informações adquiridas na experiência, evidenciando fragilidades e forças locais.

Faz-se importante registrar o momento de realização da observação e da interpretação dos contextos comunitários, circunstâncias que refletem a perspectiva histórica organizada no espectro duracional frente aos movimentos de territorialização. Nesse sentido, salienta-se, a representação proposta é recortada pelo momento de realização da pesquisa, considerando oportunidades e dificuldades encontradas na interação com os contextos e, também, com processos externos ao sistema metodológico, aos quais o cotidiano das comunidades está submetido.

Importa destacar, os sedimentos e dinâmicas locais condicionam o desenvolvimento das experiências de modo a indicar oportunidades de interação, abertura para diálogo ou mesmo a colaboração e participação dos sujeitos. As características das dinâmicas socio-territoriais de cada comunidade – por exemplo, o modo como a configuração do território impacta as relações sociais do cotidiano –, inferem na forma como o pesquisador recebe as informações, bem como quais informações são compartilhadas, pelo vínculo pesquisador-comunidade. A evidência do registro momentâneo orienta a leitura dos processos comunitários em sua continuidade, em sua retroalimentação. Por permanecer em movimento, transformando-se no percurso duracional, a

relação sujeito-lugar também se modifica à medida em que a realidade local se movimenta e, desse modo, eventos sequenciais podem impulsionar outras formas de pensar os respectivos contextos.

Com relação às expectativas referentes às interações com as comunidades e ao retorno das interações, principalmente, compreende-se a busca pela construção do vínculo pesquisador-comunidade para obtenção conjunta de dados e informações compartilhados em ambos contextos. Em Araçatiba, intenta-se recolher as percepções territoriais pela observação participante e realizar as atividades previstas no roteiro de orientação dos eventos, conseguindo alcançar o máximo de representantes da comunidade, dos diversos perfis que a compõem. Apesar de não se conseguir realizar todas as atividades previstas no roteiro com os demais pesquisadores, entende-se o envolvimento desses como proveitoso para facilitar o encontro com uma maior quantidade de sujeitos, em um curto espaço de tempo; além disso, as experiências em Araçatiba orientam as ações realizadas em Retiro tornando a metodologia mais objetiva. Assim, com relação à experiência em Retiro, busca-se encontrar oportunidades para o estabelecimento de uma mesma intensidade de contato e retorno das apreensões com os sujeitos locais, apesar da demanda e da limitação referente à metodologia serem desenvolvidas pela pesquisadora desacompanhada.

No geral, as principais dificuldades encontradas se evidenciam por: movimento e vivência das comunidades restritas aos finais de semana, sobretudo – salientando ser essa realidade evidente nas duas comunidades, mas que, por experiência em Araçatiba, o fator interfere de modo mais brando no desenvolvimento dos processos de interação em Retiro; e em decorrência da disponibilidade de locais dotados de neutralidade para o desenvolvimento de primeiros contatos e de construção gradual do vínculo com a comunidade. Em Araçatiba, os principais meios de observação do contexto local são provenientes de caminhada pelas ruas da comunidade, parada em estabelecimento para conversa rápida com os interlocutores e permanência próxima ao cemitério, localizado ao lado da igreja de Nossa Senhora D'Ajuda, em região com baixo movimento de pessoas⁵¹. Em Retiro, no entanto, apesar da pouca disponibilidade de estabelecimentos, a situação é contornada pela presença de infraestruturas, permitindo a permanência no local por um maior período de tempo; mas, também, recorre-se a eventos locais

⁵¹ Durante todas as visitas anteriores ao Encontro de Co-planejamento, encontram-se somente dois estabelecimentos comerciais abertos, com pouca estrutura para permanência por um maior período de tempo. Nesses são estabelecidos contatos com os sujeitos locais, que contribuem, posteriormente, para a divulgação do evento de interação com a comunidade.

visando o reconhecimento e a visualização das interações presentes na comunidade, considerando seus diferentes grupos. Em Araçatiba, outros fatores desafiam a interação com os sujeitos em razão do interesse em participar das atividades propostas, mesmo aqueles com quem se estabelece um vínculo anterior. Em Retiro, a presença de agentes externos presentes no cotidiano da comunidade, de alguma forma, promove a atenção dos sujeitos para o desenvolvimento de atividades pré-determinadas.

Para além dos aspectos mencionados, entende-se, a interação com eventos externos à proposta metodológica interfere no desenvolvimento do sistema. Desse modo, importa registrar processos complexificando a criação de vínculo entre o pesquisador e a comunidade. Em Araçatiba, verifica-se a participação/ colaboração dos sujeitos condicionada a conflitos internos, que fragmentam grupos e fragilizam a unidade do corpo coletivo; delicado interesse em assumir a responsabilidade sobre o território, refletido no atual movimento da engrenagem participativa; e, além disso, aparente exaustão presente no discurso de definição da comunidade. Com relação aos processos evidentes em Retiro, importa mencionar as circunstâncias da realização das primeiras interações com a comunidade, referentes ao período eleitoral para a gestão da Associação Quilombola, que ressaltam o compromisso político dos sujeitos, mas que podem contribuir com a evidência de disputa por poder na comunidade; além disso, destaca-se a dificuldade de acessibilidade e comunicação com a comunidade, compreendida fora do contexto metropolitano e distante das centralidades, condicionante para a concentração das ações em visitas mais pontuais, visando alcançar maior interação, em termos quantitativos.

Contudo, mesmo com as dificuldades encontradas nos processos em que o pesquisador está em contato com as comunidades, ou mesmo quando se afasta delas, entende-se, os resultados alcançados não inviabilizam o entendimento dos contextos analisados. Ao contrário, as próprias dificuldades contribuem para o entendimento dos panoramas locais, ao evidenciarem o caráter comportamental do binômio sujeito-lugar frente às relações sociais, territoriais e/ou ambientais.

4.1.1. O funcionamento das engrenagens na comunidade de Araçatiba

Com relação ao panorama encontrado em Araçatiba, durante o período de interação pesquisador-comunidade, compreende-se a engrenagem de identificação composta por sedimentos e processos vinculados: a figuras de referência; a força de elementos paisagísticos para construção da identidade territorial; a influência da música como elemento fortemente vinculado aos processos de continuidade dos saberes e das práticas comunitárias; a evidência de ativos potenciais mobilizadores de um vínculo entre os sujeitos e o lugar, vinculados ao

futebol, à religião e ao congo; a relevância da igreja católica, em específico, para construção da identidade territorial, determinante para o desígnio de recursos; os sedimentos componentes da ancestralidade negra e indígena, partindo da reminiscência quilombola; a lembrança entendida como recurso, ferramenta para acesso e transmissão memorial; os componentes de capital referentes à economia colaborativa e à cooperação coletiva entre os sujeitos, orientada ao acesso a bens e serviços, nem sempre disponíveis dentro da comunidade; e posse territorial para além dos limites comunitários, considerando terras não ocupadas no entorno da comunidade, recurso potencial para o desenvolvimento local a partir da apropriação daqueles que possuem direito.

As figuras de referência compreendem personalidades presentes na fala dos sujeitos, diretamente relacionados à constituição da memória coletiva, seja pela influência na origem da comunidade, ou seja por vínculo com os processos de transformação presentes na longa duração. Três nomes se destacam na fala dos sujeitos: Dona Petronilha, Dona Nini e Sebastião Vieira Machado, coronel administrador das terras em período após a expulsão dos Jesuítas. Petronilha⁵² Maria da Conceição é o nome mais mencionado entre os sujeitos, identificada como importante figura para constituição do remanescente de quilombo, principalmente por atuação junto ao congo e estruturação da banda, que leva seu nome. Muitos sujeitos participantes do evento organizado junto aos pesquisadores são descendentes diretos de Petronilha e herdeiros das terras de Sebastião Vieira Machado, inclusive dona Nini, Emiliana Coutinho da Silva, considerada guardiã da memória local, compondo a terceira geração de zeladores da igreja de Nossa Senhora D'Ajuda.

O conjunto de elementos paisagísticos e morfológicos locais constituem força para refletir valores de identidade e recurso territorial, por vincularem-se à constituição da imagem do lugar, além de conformarem os espaços de vivência comunitária. São realçados por sedimentos como: o pequeno aglomerado de casas posicionado em meio à vastidão dos campos de pastagem; as vias estreitas e posicionamento das edificações rente à testada dos lotes; a rua entendida como extensão do quintal das residências, compreendendo espaços de apropriação pelas crianças; a relação harmoniosa entre as edificações, a vegetação, a criação de animais e o baixo movimento nas ruas, que concedem o caráter bucólico; e a composição que compreende a imponência do edifício da igreja de Nossa Senhora D'Ajuda, as ruínas da antiga residência jesuíta, bem como

⁵² Petronilha era parteira (RODRIGUES et al, 2022), segundo os sujeitos, filha de negros escravizados da Fazenda de Araçatiba, nascida livre pela Lei do Ventre Livre (de 1871, precursora da Lei Áurea).

o cemitério ao seu lado, e o Morro de Araçatiba como pano de fundo, relação entendida como um registro⁵³ da vida dos habitantes.

A importância do edifício da igreja não somente é referenciada pela construção imagética do ambiente da comunidade – enquanto edifício histórico⁵⁴ presente em meio a outras edificações modernas –, ou por se tratar de um local de encontro dos habitantes, mas, também, por ser símbolo da relevância da história do lugar para a região, o município e mesmo o estado, desde a constituição da Fazenda de Araçatiba. O símbolo é expresso e identificado na fala de diversos sujeitos, mesmo aqueles sem relação direta com a herança da família Vieira Machado, ou que não professam a fé católica. A conferência de significado ao edifício da igreja católica também faz referência à persistência dessa profissão de fé na transformação do território no tempo. Presente no funcionamento da comunidade ainda como fazenda jesuíta, a religião é continuada principalmente na vivência dos sujeitos vinculados à ascendência quilombola, que combinam saberes vinculados à ancestralidade indígena e africana, com a doutrina cristã católica. No entanto, essa construção subjetiva também é fortalecida pela proteção institucional conferida ao edifício pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Com relação aos processos direcionados à mobilização comunitária, três fatores locais revelam-se como recursos potenciais, estabelecidos por: relação dos sujeitos com o *congo*, apreendido como invariância presente em diversos momentos da longa duração; a *religião*, fator salientado principalmente pela percepção de diversas denominações religiosas no contexto comunitário; e o futebol referenciado pela organização do time Guarani Futebol Clube, projeto familiar que consiste em ativo importante para a dinâmica comunitária, com ampla participação dos moradores principalmente no passado.

Outro fator conector dos sedimentos memoriais de passado e presente é a música, principalmente relacionada à atuação da banda de congo, remetendo à ancestralidade dos habitantes e à organização dos sujeitos em torno de uma atividade comum. Mas, não somente com relação ao congo. Em algumas falas, os sujeitos relembram eventos muito comuns no

⁵³ Conclusão admitida a partir da fala de um dos interlocutores, que salienta os símbolos físicos e construídos como registro da vivência da própria comunidade, do nascimento à morte dos habitantes. Segundo ele, “as pessoas nascem, vivem e são enterradas aqui”.

⁵⁴ O edifício se trata de um dos exemplares da arquitetura jesuíta do estado do Espírito Santo, construído no início do século XIII como parte do conjunto de edifícios da Fazenda de Araçatiba. O edifício passa por grande reforma em 1849 e é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950 [Livro do Tombo Histórico: Inscr. Nº 267, folha 46; Resolução de 20 de março de 1950]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1356/>>.

passado, não continuados, principalmente em período pós-pandemia da Covid-19, associados à apresentação e apreciação musical dos ritmos choro e samba. Entende-se esses sedimentos potenciais para continuação de saberes e de práticas inerente à dimensão simbólica.

Os processos e sedimentos inerentes à ação de consciencialização compreendem: espírito fraternal e atributos de cooperação inerentes à comunidade, evidenciados em recursos que remetem à economia colaborativa, enquanto os sujeitos se ajudam mutuamente para resolução de urgências locais, principalmente com relação ao acesso a bens e serviços; consciência dos valores locais, salientados pela dimensão simbólica que confere reconhecimento da identidade comunitária e pertencimento; mobilização inerente a um grupo específico, diretamente conectado à genealogia da família Vieira Machado e à ascendência quilombola; a transmissão memorial concentrada em figuras influentes; desejo por reativação de projetos, extremamente importante para conferir sentido às ações intencionais simbólicas, práticas e sensoriais; disputa por espaço e poder, que salientam a dificuldade pela definição dos interesses coletivos; e incidência de interesse externo, visando o controle do bem patrimonial institucionalizado e também o controle e exploração dos recursos locais por intervenção no uso do território.

Como mencionado anteriormente, as diferentes denominações religiosas presentes no contexto comunitário, assim como as atividades referentes ao futebol ou mesmo ao congo são ativos potenciais para a organização local, como evidenciado na ação de identificação, porém, ao mesmo tempo, inferem diretamente nos processos de consciencialização, podendo fragilizar as dinâmicas territoriais. Por observação, compreende-se que a influência de tais processos na disputa por poder e espaço, devido à fragmentação dos grupos, consiste em ativo mobilizador, mas, também, tende a afastar os sujeitos, por salientar diferenças. No âmbito do futebol e do congo, as diferenças são salientadas em relatos vinculados, por exemplo, à aquisição de recursos para projetos próprios. Com relação à religiosidade, a situação pode se manifestar em ideias e pensamentos distintos da doutrina cristã com a doutrina de religiões de matriz africana e indígena, fundamentais para a construção da identidade quilombola. No entanto, importa dizer, mesmo dentro de uma mesma denominação, a realidade de oposição de pensamentos e ideias pode estar presente, pelo interesse no controle de sedimentos materiais, ou pela possibilidade de orientar ações num mesmo grupo.

Para além disso, outro fator, diretamente vinculado à disputa por poder e espaço no território comunitário, é a complexidade inerente à constituição populacional da comunidade. A partir dos relatos, uma das percepções evidenciadas identifica a importância de salientar a presença,

na população de Araçatiba, de pessoas não nascidas no núcleo “principal”, mas em pequenos núcleos inseridos no território da antiga fazenda, ou mesmo em outras áreas do município e regiões do estado. Essa composição populacional infere diretamente no vínculo dos sujeitos com o lugar, compondo uma estrutura comunitária onde distintos interesses se fazem presentes. Por exemplo, enquanto alguns residentes compreendem a importância do lugar pela vivência e luta de seus ancestrais, ou mesmo por sua própria apropriação territorial de modo simbólico desde a infância; outros residentes ocupam o território conduzidos por perspectivas funcionais.

É válido ressaltar, a complexidade nada possui de limitador para o desenvolvimento projetual, ao contrário, constitui importante ferramenta de resolução de demandas, por revelar interesses coletivos. Assumir a complexidade contribui para ausentar a homogeneização das relações, por sua vez vinculadas a processos hierarquizados, distantes da organização processual que alcança o desenvolvimento autodeterminado. No entanto, quando a coletividade se polariza em subgrupos sem diálogo entre si, mantém-se uma homogeneidade fragmentada, dificultando o encontro de soluções para problemas coletivos.

Diretamente relacionada à experiência eventual, realizada entre pesquisadores e sujeitos, evidencia-se uma participação mais incisiva de um grupo de interlocutores interessados em um processo de valorização local, principalmente por possuírem vínculo direto com a genealogia da família Vieira Machado e a descendência quilombola. Esse interesse define uma intencionalidade nítida, mais facilmente representada e articulada a recursos potenciais para alcançar a ação intencional enquanto projeto. Por isso, define-se como um dos atributos componentes do panorama atual a ação de consciencialização.

Esse mesmo grupo pertence à genealogia de Petronilha e de Dona Nini, entendida como guardiã da memória comunitária e figura extremamente importante para a transmissão memorial e da consciência da ancestralidade dos sujeitos. Segundo alguns relatos, pela oralidade, Nini mantém viva a história da comunidade e a consciência dos direitos inerentes, principalmente, aos descendentes dos primeiros membros da comunidade, contemplados pela doação de terras pelos herdeiros de Sebastião Vieira Machado. Apesar de sua figura ser entendida como importante fator para a constituição da consciência comunitária, entende-se a concentração da responsabilidade em um único indivíduo uma circunstância de risco aos processos de consciência local, compreendendo ser necessário um sistema que vise a horizontalização dos saberes, compreendendo, inclusive, outros sujeitos sem relação consanguínea com a estrutura familiar de Nini, ou mesmo de Petronilha. Nesse sentido, a mobilização do grupo vinculado a

essa figura de referência pode ser uma oportunidade para alcançar outros grupos dentro do mesmo recorte comunitário, diluindo a homogeneidade das polarizações, ao apresentar os atributos cognitivos que regem o vínculo desses com o território.

Importa mencionar, a comunidade não está salva da incidência de agentes externos em busca de meios de a ela conferir um significado não vinculado à identidade territorial. Essa realidade pode ser evidenciada em uma busca para tornar o núcleo comunitário, bem como seu entorno, atrativos à especulação do uso e reprodução do espaço, ou mesmo para tornar o lugar um ponto de visita de público externo – por exemplo, considerando a obra de restauro do edifício histórico como potencial ativo de alteração da experiência memorial e territorial constituinte de valores de existência e recurso, e criadores de projetos para o lugar. Esse cenário pode interferir diretamente na dinâmica local ao descaracterizar valores vinculados à paisagem e mesmo às relações intersubjetivas que dão sentido à comunidade. A incidência pode, inclusive, abalar ainda mais a coletividade, por beneficiar sujeitos às custas da perda de caracteres locais, evidenciando a disputa por espaço e poder.

A engrenagem de participação compreende os processos e sedimentos com menor representatividade na comunidade, mesmo sendo possível perceber a colaboração dos sujeitos com os pesquisadores no evento de interação. Mesmo apresentando abertura para interação com os pesquisadores, em muitos relatos e registros, evidencia-se restrita interação dos moradores entre si.

A partir das informações provenientes dos eventos de interação pesquisador-comunidade, não é possível identificar estrutura participativa organizada, como em uma associação de moradores, por exemplo. Observa-se forte dependência de representação na esfera pública e da atuação da municipalidade, para desenvolvimento de projetos locais ou para obtenção de recursos – em geral externos. Nesse sentido, indica-se no funcionamento da ação participativa corrente, sujeição às instituições para a criação de projetos, intervenção no território, com vínculo inerente à: estrutura municipal; arquidiocese, detentora legal das terras e do edifício da igreja de Nossa Senhora D'Ajuda; e, também, com referência à proteção institucional para o edifício histórico tombado e demais sedimentos territoriais monitorados pelo IPHAN⁵⁵.

⁵⁵ Além do edifício histórico, a comunidade ainda possui dois sítios arqueológicos demarcados e monitorados pelo IPHAN. O sítio arqueológico I compreende local de onde retira-se o barro para confecção de recipientes de cerâmicas indígenas; e o sítio arqueológico II corresponde à localização de um dos principais edifícios componentes do conjunto da Fazenda de Araçatiba, o entreposto comercial, ponto utilizado para escoar a produção do entorno da fazenda pelo rio. É interessante mencionar que a localização do sítio arqueológico II indica transformação do território pela estrutura morfológica, pois atualmente não se encontra mais próximo ao curso

Além disso, a comunidade não apresenta indícios de governança local para articulação entre os diferentes atores comunitários. Em alguns relatos, os sujeitos revelam já ter existido uma organização local, contribuinte para a resolução de demandas internas e melhorias na infraestrutura local para melhor qualidade de vida, por exemplo, com a pavimentação das ruas, a estrutura do campo de futebol, e a iluminação dos espaços livres. A interrupção das atividades representativas, no entanto, interfere diretamente na ação criativa, por dificultar a continuação e criação de novos projetos ou eventos⁵⁶. Importa salientar a presença comunitária de agentes vinculados a instituições e/ou instâncias da municipalidade, que, em um projeto de desenvolvimento local, podem se estabelecer como figuras-chave para a resolução de demandas burocráticas, ou para a promoção de algum auxílio/ recurso externo, por exemplo – ainda que o projeto seja constituído a partir de um ordenamento endógeno.

Com relação à ação criativa, são relacionados sedimentos ou processos correntes, interrompidos ou apresentados como demanda pelos sujeitos locais. Inicialmente, indica-se a manutenção da banda de congo como um sedimento persistente, mesmo após transformações na estrutura social comunitária, em meio a circunstâncias de afastamento de membros⁵⁷, e dificuldades como interesse dos sujeitos e falta de recursos. Segundo os interlocutores, atualmente, a banda de congo mantém atividades de ensaios e apresentações, porém em ritmo reduzido.

Na constituição de projetos locais, observa-se relevância da atuação da escola como proponente de atividades de valorização histórica e memorial da comunidade. Atualmente, dispõe de projeto que encoraja as crianças a reconhecerem a história local, bem como apresenta contribuições no avivamento do imaginário das crianças e, assim, orientar a forma como elas se apropriam do território. Nesse sentido, assim como processos apontados anteriormente, a escola é também entendida como um recurso de mobilização e de desenvolvimento local. No entanto, é importante salientar que apesar de revelar um retorno positivo, o projeto não é guiado por sujeitos locais, mesmo sendo desenvolvido na escola da comunidade, pois a condução se

d'água e sim inserido na estrutura de lotes que compreende os limites comunitários. Um dos interlocutores relata ter havido uma modificação no curso do rio ainda quando o território pertencia à família Vieira Machado. Esse fator também afeta a relação dos sujeitos com os sedimentos territoriais, principalmente aqueles que se encontram externos aos limites acessíveis da comunidade.

⁵⁶ De acordo com alguns relatos, por algum tempo moradores tinham à disposição projetos e cursos para aprimoramento pessoal e fortalecimento da identidade local, com atividades voltadas à fotografia e ao artesanato orientado ao reconhecimento do corpo coletivo enquanto comunidade quilombola.

⁵⁷ Nos relatos apresentados, os fatores mais frequentemente apontados como responsáveis pelo distanciamento entre os sujeitos são as circunstâncias da pandemia da Covid-19, vivenciadas entre os anos de 2020 e 2022, pelas quais diversas atividades comunitárias foram suspensas ou interrompidas.

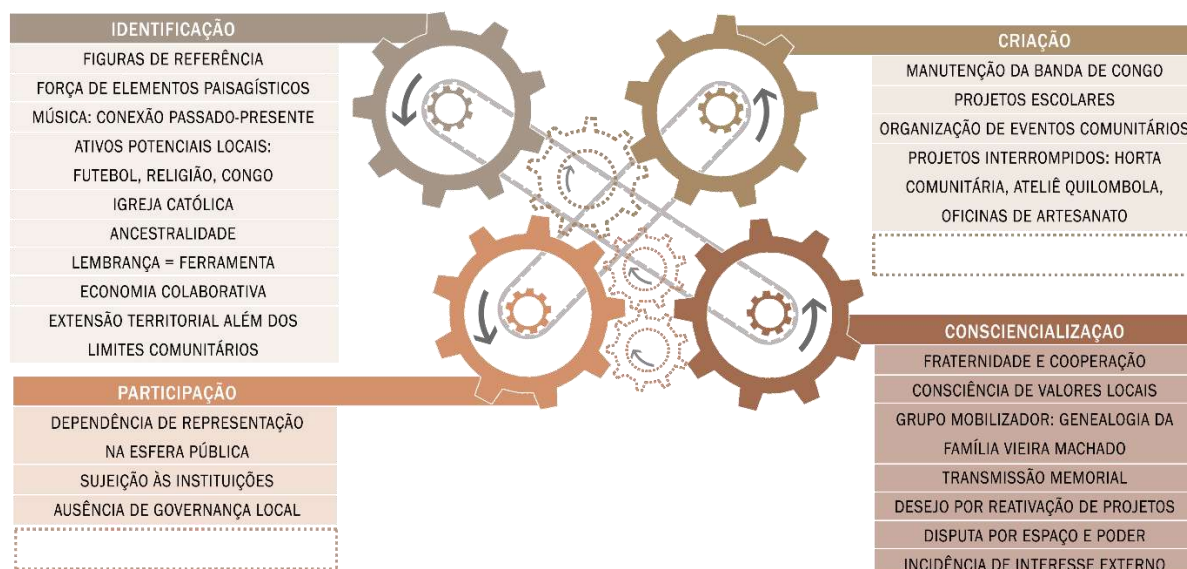
dá por corpo docente proveniente de outras comunidades da região. Nesse sentido, entende-se que os sedimentos locais são revelados às crianças por meio de uma ausência de vínculo cognitivo com o lugar, fator que diretamente influencia na interpretação do território.

Ainda, são salientados projetos interrompidos, referentes à oficina/ateliê quilombola e casa de costura, e o projeto de horta comunitária, em razão da falta de recursos, humanos ou financeiros. Ainda, os sujeitos mencionam a falta de editais municipais de apoio a artesãos, ou mesmo a ausência de atenção do poder público para o cuidado da comunidade, fatores que reforçam a dependência de atores e recursos externos para o desenvolvimento de projetos locais, além da necessidade de representação influente para buscar o desenvolvimento do lugar.

Para além dos projetos, os interlocutores apontam disposição comunitária para organização de eventos pelos sujeitos para a própria comunidade, sobretudo vinculados a atividades religiosas, mais precisamente à igreja católica. No entanto, a prática é muito mais vinculada a sedimentos passados, sendo atualmente evidenciados com menor intensidade ou frequência.

No entanto, é evidente a dificuldade para encontrar soluções ativadoras de um processo de patrimonialização. A tensão entre os interesses coletivos e a disputa por poder, referente à dimensão material do território, são fatores de dificuldade para a tomada de decisões conjunta. Desse modo, o resgate de elementos identitários e de memória pode conflitar com interesses de diferentes grupos. Como exemplo desse entrave, destaca-se o processo de registro da comunidade como quilombo. Para alguns, representa uma contribuição para o fortalecimento da identidade territorial, para outros, não identificados como quilombolas, o registro não é relevante ou, mesmo, pode ser entendido como um empecilho a projetos de transformação exógenos às dinâmicas do lugar. Ainda, a dinâmica local-global contribui diretamente para tornar complexo o processo de patrimonialização, condição evidenciada, principalmente, na fragilidade da organização comunitária e na influência e no interesse de agentes externos, seja no perímetro comunitário, ou mesmo com relação às terras do entorno.

Figura 31: Funcionamento das engrenagens em Araçatuba



Fonte: Elaborado pela autora

A partir da interpretação do panorama comunitário, compreende-se a engrenagem referente à identidade como dotada de maior força na estrutura do mecanismo, seguida de processos constituintes da ação de consciencialização, potenciais para influenciar o movimento das demais ações, por possibilidades de articulação. A engrenagem de consciencialização apresenta um caminho possível para ativação do mecanismo, esbarrando, no entanto, em fragilidades pertinentes à complexidade territorial e ao conflito de interesses entre agentes internos e externos influenciadores diretos nas ações participativas, sob aspecto negativo. Por esse motivo, as ações de participação e criação se apresentam extremamente frágeis, necessitando serem amplamente trabalhadas para o mecanismo ser efetivamente posto em movimento. Evidencia-se precariedade na organização participativa e na disposição criativa, extremamente dependentes da ação anterior e, por sua vez, encaminhadas pela mobilização dos interesses coletivos sem definição nítida. No entanto, um caminho para a ativação dessa participação se encontra, por exemplo, na formulação de projeto de regularização fundiária e registro da comunidade quilombola, encaminhando discussões mobilizadoras de interesses coletivos, a fim de construir um projeto comum.

4.1.2. O funcionamento das engrenagens na comunidade de Retiro

A análise das experiências vivenciadas na comunidade de Retiro é realizada pelos assuntos e temas apresentados durante a interação com a comunidade, em campo, e complementada por referências bibliográficas e documentais. Desse modo, organiza-se os sedimentos segundo as ações/ engrenagens.

Em Retiro, os atributos componentes da ação de identificação se relacionam a: posse e direito à terra, fatores constituintes da identidade comunitária e reveladores de permanências e persistências duracionais; a força de elementos paisagísticos; o recurso local vinculado ao cultivo agrícola e à extensão do território; o recurso local voltado ao cultivo agrícola e à extensão territorial; a presença de ativos potenciais potencializadores da mobilização e da interação comunitária frente a atividades, práticas, transmissão de saberes e costumes, vinculados ao futebol, à religião e ao congo; e, por fim, ativos de capital territorial determinantes da colaboratividade econômica referente à ajuda mútua e à cooperação entre os sujeitos.

O atributo de maior relevância, apresentado pelos interlocutores, refere-se à posse e ao direito à terra. Esse constitui a identidade da comunidade e é destacado por seu valor de recurso, ao passo em que concede a permanência dos sujeitos no território, associando-a à operação de seus sedimentos. Além disso, outro sedimento destacado nas apreensões, refere-se à força dos elementos paisagísticos, manifestada como recurso local, ancorado em um valor de existência. Corresponde aos morros, constituídos por relevo acidentado, diretamente relacionados ao histórico do território comunitário e à aquisição de terras por Benvindo Pereira dos Anjos; às matas, ambos indicadores dos limites comunitários; ao curso d'água; à cachoeira; e aos campos – relacionados a locais de encontro de diversas gerações, apropriados sobretudo pelas crianças. Além disso, a força dos elementos se manifesta na relação com a camada antrópica do território, conferindo à comunidade um caráter de sobriedade nas relações sujeito-territoriais⁵⁸.

O cultivo agrícola é entendido como importante recurso local, sobretudo vinculado à produção de hortaliças, café e frutas, de modo particular, para o consumo de cada família; é possível devido à morfologia do território comunitário, à configuração dos lotes e à disposição da implantação da camada construída, que possibilitam desenvolver as atividades próximas às residências. A ampla extensão do território contribui por salientar as diferentes possibilidades de organização da camada construída e de acomodação das famílias pertencentes à genealogia dos “Benvindos”, além de potencializar a realização de outras ações voltadas ao desenvolvimento local, como atividades agrícolas em maior escala e a proposição de

⁵⁸ Os relatos reiteram o apreço pela vida no campo, salientando a tranquilidade, segurança e calma do lugar, a partir de todos os fatores que o constituem.

infraestrutura para melhoria da qualidade de vida dos moradores, tornando-os independentes das comunidades do entorno para aquisição de bens e serviços.

Ainda, com referência à ação de identificação, assim como em Araçatiba, é válido ressaltar a importância da religiosidade, do congo e do futebol como ativos propulsores da mobilização comunitária, sendo responsáveis pelo mantimento de saberes, práticas e costumes. Por esses ativos, compreende-se a manutenção do vínculo sujeito-lugar sob diferentes perspectivas. Além disso, outra semelhança com o apreendido em Araçatiba faz referência à cooperação e à ajuda mútua dos sujeitos, para auxílio às necessidades individuais e coletivas, sempre que necessário. Essa cooperação se faz necessária devido à dificuldade ao acesso a transporte, serviços e atividades comerciais, por ausência de estrutura inserida no contexto comunitário, enfatizada pela distância da comunidade em relação às centralidades mais próximas⁵⁹.

O movimento da ação participativa compreende a maior força no âmbito das relações comunitárias, por atuação de processos e sedimentos vinculados a: a disponibilidade para interação e participação em projetos, possibilitados por um costume observado no comportamento dos sujeitos; atributos de comprometimento e colaboração entre os habitantes, reconhecendo a disposição para a apropriação do território de modo coletivo; envolvimento político, salientado como um atributo participativo característico do contexto comunitário, reconhecido por possuir valor de recurso e identidade territorial, frente aos processos que constituem a longa duração territorial local; projeto de governança estruturado a partir da composição, organização e atuação da Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos; a observação de independência da municipalidade e de instituições externas, conferindo autonomia à Associação; e ao direito participativo restrito a herdeiros consanguíneos, fator diretamente vinculado ao projeto de governança, projeto político de governabilidade da herança quilombola.

A disponibilidade para interação e participação em projetos é evidenciada em todo o contexto comunitário, inerente não somente aos sujeitos vinculados à Associação. A comunidade se mostra muito aberta a interagir com agentes externos ou internos, visando desenvolver ações

⁵⁹ Os processos de economia colaborativa e cooperação entre os sujeitos são evidenciados sob diferentes perspectivas. Podendo apresentar-se, por exemplo: na carona da comunidade até o ponto de ônibus mais próximo, localizado na vila de Barra do Mangará; na troca de mantimentos com os vizinhos, quando se necessita de algum produto em falta, cultivado ou industrializado; até o acompanhamento de idosos ou pessoas necessitadas a serviços de saúde localizados na sede municipal de Santa Leopoldina ou em outros municípios e regiões próximas.

que retornem benefícios ao lugar. Esse aspecto indica o comprometimento dos sujeitos com o território, principalmente pelo entendimento do motivo pelo qual agentes, pesquisadores e/ou técnicos se interessam por ele.

Durante o processo de interação, além de presenciar a atuação de equipe externa, desenvolvendo um projeto de filmagem, diversos relatos são apreendidos pelos interlocutores indicando um costume com o contato com esses agentes externos. O nome mais vinculado a esse costume é o do antropólogo e professor Osvaldo Martins de Oliveira, um dos responsáveis por apoiar a estruturação do projeto que leva ao reconhecimento da comunidade como um remanescente de quilombo. Conforme apresentam os interlocutores, o professor contribui por mapear o território e a genealogia dos herdeiros. Sua interação com a comunidade inicia-se com pesquisa etnográfica no território em 1996 (ALVES, 2020) e é continuada durante o percurso do doutorado, quando o registra o percurso pela titulação de terras, compreendendo o projeto político local⁶⁰.

Além dos estudos desenvolvidos pelo antropólogo, menciona-se o projeto desenvolvido pelo IBASE, para diagnóstico social e constituição de projeto comunitário. Segundo os sujeitos, esse projeto reverbera no cotidiano da comunidade até os dias atuais, pois, por ele, fora possível fortalecer atividades, saberes e costumes locais – como a manutenção da atuação da banda de congo e o intercâmbio com outras comunidades de mesma matriz identitária –, além de obter recursos para o desenvolvimento comunitário, por meio da conferência de visibilidade e manifestação da importância da comunidade – por exemplo para reforma do Centro Comunitário e pavimentação de estradas. Entende-se que com a experiência dos sujeitos com diversos projetos compreendidos no cotidiano comunitário, ou mesmo com a presença na comunidade de pessoas com contato na academia e em instituições externas, o acesso aos sujeitos é facilitado. Dessa forma, a comunidade se mostra colaborativa com a interação e com a pesquisa, sempre em posição de apresentar a comunidade e contribuir com informações e dados necessários, desenvolvendo o diálogo com pesquisadores e/ou técnicos.

⁶⁰ A tese também resulta na produção do livro “Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina, ES” (OLIVEIRA, 2019), em que o autor descreve as experiências vividas pela comunidade quilombola, estabelecendo discussão referente à gestão política e direito ao território. Osvaldo Martins de Oliveira também desenvolve outros textos e artigos referentes ao contexto comunitário, salientando a identidade do quilombo e sua organização político-administrativa.

É evidente a força política e participativa inerente à comunidade, no entanto essa força vincula-se especificamente à Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos. Fundada nos anos 1990 para melhor administração do território, atualmente é composta por quatro conselheiros – presidente, vice-presidente, diretor secretário e diretor financeiro – e dois suplentes; além de conselho fiscal, composto por três conselheiros e dois suplentes. A atual gestão é recém-eleita pelos membros da comunidade em eleição ocorrida em dezembro de 2023, com atuação prevista até 2027, quando ocorre nova eleição. De acordo com os interlocutores, “tudo passa pela Associação”, quando se refere a ações realizadas no território comunitário. Sua força de atuação é facilmente identificada pelos indícios de cuidado com o território (Figuras 28 e 29) e a influência nas dinâmicas locais, vinculadas à administração da Cachoeira do Retiro⁶¹, à criação e divulgação de eventos, organização e fiscalização de projetos para a comunidade, e obtenção de recursos para o desenvolvimento comunitário. Ainda, a atuação da Associação apresenta autonomia diante das decisões territoriais, de forma independente de instituições ou mesmo da municipalidade.

Por esse motivo, evidencia-se a estrutura de um projeto de governança local, garantido pela organização participativa e consciência política dos sujeitos. No entanto, é importante salientar que esse projeto não corresponde a toda comunidade, mas à atuação da Associação Quilombola, mais precisamente à representação dos herdeiros consanguíneos. O direito à participação na organização comunitária, compreendendo composição de chapa para gestão da Associação, ou direito ao voto na eleição das gestões, é restrito aos herdeiros consanguíneos, não necessariamente moradores e com vivência no contexto comunitário. Como pontos positivos para a essa atribuição, encontra-se o engajamento e atuação dos herdeiros para a operação do território; no entanto, como ponto negativo, indica-se o poder de decisão concedido a atores sem vínculo cotidiano com a comunidade.

Como apreendido sob abordagem teórico-conceitual, a construção do binômio sujeito-lugar é concretizada a partir de um movimento constante entre os sedimentos de território e memória que interagem entre si, pela duração. Por esse movimento, compreendido por estruturas múltiplas que compreendem um percurso em rizoma, novos sedimentos são constantemente

⁶¹ A porção do território onde está inserida a Cachoeira é cercada e estruturada para a recepção de turistas, atraindo visitantes provenientes do município e da Região Metropolitana durante toda a semana, com maior movimentação nos finais de semana. A Cachoeira consiste em um importante ativo para a comunidade, funcionando como atividade comercial; há cobrança para utilização e manutenção do local, mas além dessa cobrança, os moradores aproveitam para vender alimentos e bebidas aos visitantes (SILVA, 2006).

criados e conduzidos à constituição e transformação do território. Isso significa que a vivência dos sujeitos no lugar, e o modo como se estabelece esse vínculo, diretamente infere na construção de significados, sentidos e práticas. Em outras palavras, a ausência de uma constante troca, enfraquece o vínculo entre sujeito-lugar, comprometendo a composição da intencionalidade e, por conseguinte das ações intencionais; a situação é ainda mais crítica quando se relaciona ao vínculo enfraquecido em poderes de decisão sobre o território e seus processos vinculados. Por esse motivo, encontra-se no panorama comunitário um processo de consciencialização em condição de risco, por ausência representativa de todos os sujeitos diretamente vinculados com o lugar.

Os processos e sedimentos que traduzem o movimento da ação de consciencialização compreendem-se por: fraternidade e cooperação frente à relação dos sujeitos entre si, constituindo uma grande família, e com o próprio território; consciência do valor da terra, expresso no entendimento de se defender o registro e a identidade quilombola que compreende a legitimação da herança de Benvindo Pereira dos Anjos a seus descendentes; projeto de consciência enraizado na comunidade, vinculado à predisposição política comunitária; interesse coletivo na valorização local, inerente à consciência da identidade quilombola; transmissão memorial vinculada aos anciãos, detentores de saberes e costumes, por apropriação simbólica com o território; constituição comunitária complexa; disputa por espaço e poder, inerente à organização política vinculada à associação, detentora do controle sobre o território comunitário, um atrativo à polarização de interesses por grupos distintos; e relevância comunitária, entendida pela visibilidade conferida à identidade quilombola, no âmbito do registro legal, em conjunto com a proximidade com a metrópole, contexto oposto à ideologia que segue a constituição de um quilombo, em que o território consiste em um bem comum a todos aqueles que o têm como posse – cenário que promove o interesse externo para desenvolvimento de atividades e projetos locais, a fim de salientar os ativos que compreendem a identidade.

A pré-disposição política da comunidade é transmitida pelos sucessores do patriarca Benvindo, como forma de garantir que as gerações manteriam viva a memória coletiva da comunidade e de seus ancestrais africanos. De acordo com Alves (2020), após o falecimento do patriarca, seu filho mais novo, Jorge Benvindo, assume a liderança familiar e busca transmitir aos herdeiros o significado da valorização da memória ancestral inerente à luta dos negros escravizados, e à importância da preservação de seu patrimônio. Essa transmissão constitui, por conseguinte, um

processo educativo geracional que mantém, pela oralidade, os sedimentos memoriais sustentadores da consciência comunitária e de sua ancestralidade africana.

O processo constitui um projeto não-intencional, desenvolvido a partir de uma consciência memorial afetiva, diretamente vinculada à relação sujeito-lugar. No entanto, devido às transformações vivenciadas pelas diversas constituições sujeito-lugar ao longo do tempo, entende-se que esse projeto é transformado e ganha nova conotação na contemporaneidade, pautada na materialidade do território, enquanto recurso. No primeiro momento, há uma simbiose relativa à memória do sujeito e de seus ancestrais, materializada na aquisição da terra, expressão material da luta, fazendo recordar às gerações todas as vivências que culminam no direito à liberdade para ser quem se é. Na contemporaneidade, no entanto, essa expressão não se faz funcionalmente necessária, mas se compreende pelo vínculo que os sujeitos alimentam com o território, a partir da vivência do cotidiano da comunidade. Se não há alimentação do vínculo, a intencionalidade inerente à valorização esvazia-se em um discurso construído para determinado fim.

É interessante perceber, a partir das interlocuções, a pertinência na indicação do território comunitário como um lar. Essa indicação, no entanto, é realizada não somente pelos moradores ativos da comunidade, mas também por aqueles que possuem uma vida fora do contexto comunitário e retornam nos finais de semana, ou mesmo em eventos ou festividades⁶². De alguma maneira, isso diz respeito ao que esse lugar significa para essas pessoas, como se houvesse um vínculo para além da funcionalidade/ racionalidade. Pois, pensando racionalmente, seria muito mais fácil viver e se manter próximo ao trabalho, ou de onde se tem acesso a bens e serviços. No entanto, os aspectos da funcionalidade não parecem ter tanta relevância quando se trata da relação que os habitantes têm com seu território, enquanto sempre retornam à comunidade, de alguma maneira.

Compreende-se que os relatos dos sujeitos que mencionam sempre o seu vínculo com a comunidade, ainda que não vivenciem esse lugar diariamente, são ancorados por um discurso circunstanciado ao direito à posse material do território comunitário, minimizando os atributos identitários que remetem à memória coletiva. Nesse sentido, a relação sujeito-lugar na

⁶² Esses sujeitos compreendem boa parte dos herdeiros, diretos ou indiretos. Como menciona um dos interlocutores, generalizando, a quantidade de pessoas morando na comunidade equivale à quantidade que estão fora dela; pessoas que saíram para constituir suas famílias em outros lugares, mas que possuem direito a uma casa ou um terreno em Retiro. O interlocutor enfatiza que mesmo aqueles que estão fora da comunidade, pela regularização do território, têm seus direitos assegurados, assim como possuem conhecimento de seus deveres.

perspectiva do patrimônio é ancorada em um entendimento desse patrimônio como objeto, inerente aos limites territoriais, enquanto verifica-se a necessidade de recuperação do vínculo sujeito-lugar que compreenda o patrimônio enquanto processo, resultado das relações entre a memória e identidade da família e o bem material referente à comunidade.

É evidente que exista um interesse de parte da comunidade para recuperação desse vínculo que se estabelece por laços afetivos e memoriais; no entanto, esse interesse é interceptado pela relação técnica que intenta fazer valer a posse. As estratégias identificadas na pesquisa para o mantimento da relação comunitária pelo afeto, encontram-se, principalmente: no registro das dinâmicas comunitárias ao longo do tempo, permitindo a descentralização dos sedimentos memoriais a serem transmitidos para outras gerações, em processos de continuidade do território⁶³; continuidade do congo e busca por aperfeiçoamento, para mantimento da matriz identitária, reiterando a mobilização comunitária em torno de atividades que influenciem o cultivo da relação sujeito-lugar; e no cuidado com a comunidade e com as relações sociais, manifestado na disposição para refletir a respeito do significado desse lugar para a construção da identidade quilombola, compreendendo o território comunitário como bem comum.

É válido ressaltar a complexidade apresentada pela composição populacional da comunidade, primariamente pela distinção dos sujeitos entre herdeiros diretos e indiretos. Mas, além disso, ainda que seja estruturada segundo uma mesma genealogia, apresenta diversas composições familiares que estabelecem suas próprias relações de dominação e apropriação do território. Devido aos casamentos com outras pessoas, de fora desse lugar, são criados diversos perfis sociais dentro de um mesmo contexto. Além disso, salienta-se a quantidade de edificações mapeadas, que indica o dimensionamento comunitário, bem como a quantidade de famílias/gerações espalhadas pelo território – como mencionado por um dos interlocutores, a quantidade de herdeiros é o fator que determina a necessidade de criação da Associação Quilombola. A complexidade é entendida como um ativo que contribui para o desenvolvimento projetual local, por demandar a discussão de interesses coletivos e revelação de recursos potenciais para enfrentar tais interesses. Entretanto, é importante atentar-se à polarização gerada por disputa por espaço e poder, viabilizada pelos interesses de diversos perfis componentes da

⁶³ A transmissão memorial é concentrada nos sujeitos que se relacionam com o território pela apropriação diante da longa duração, considerados “guardiões da memória” e identificados pelas pessoas idosas. O condicionamento do resgate à memória à determinada parcela da composição populacional apresenta-se como criticidade a ser enfrentada.

comunidade; a partir do que se observa, essa disputa é destacada pela organização política associativa.

Para além das ações referentes à consciencialização, a organização participativa infere diretamente nos processos de criação, que são indicados pela atuação dos sujeitos frente à resolução de demandas locais. Essa interferência corresponde à articulação dos sujeitos para alcançar o desenvolvimento de projetos, amparados por interesses individuais ou coletivos, principalmente por apresentar obstáculos à ampla participação de todos aqueles que vivenciam a comunidade.

Os processos e sedimentos observados identificam-se por: influência de saberes externos para a constituição de ações para o território, por evidência de experiências passadas com instituições ou pesquisadores interessados na comunidade; manutenção da banda de congo, em um movimento que busca aprimorar a participação dos sujeitos e manter a presença do congo na vida comunitária; organização de eventos comunitários, provenientes dos ativos potenciais locais e da organização participativa; a construção e manutenção de acervo comunitário, em que se guardam as produções inerentes à influência de atores externos, para registro de processos comunitários em diferentes temporalidades; disposição para obtenção de recursos e projetos locais; e a presença de projetos que traduzem a predisposição indicada anteriormente, seja para o desenvolvimento e valorização da comunidade – por exemplo, com projeto de *podcast*⁶⁴ –, ou para o desenvolvimento particular de alguma atividade vinculada a determinado núcleo familiar.

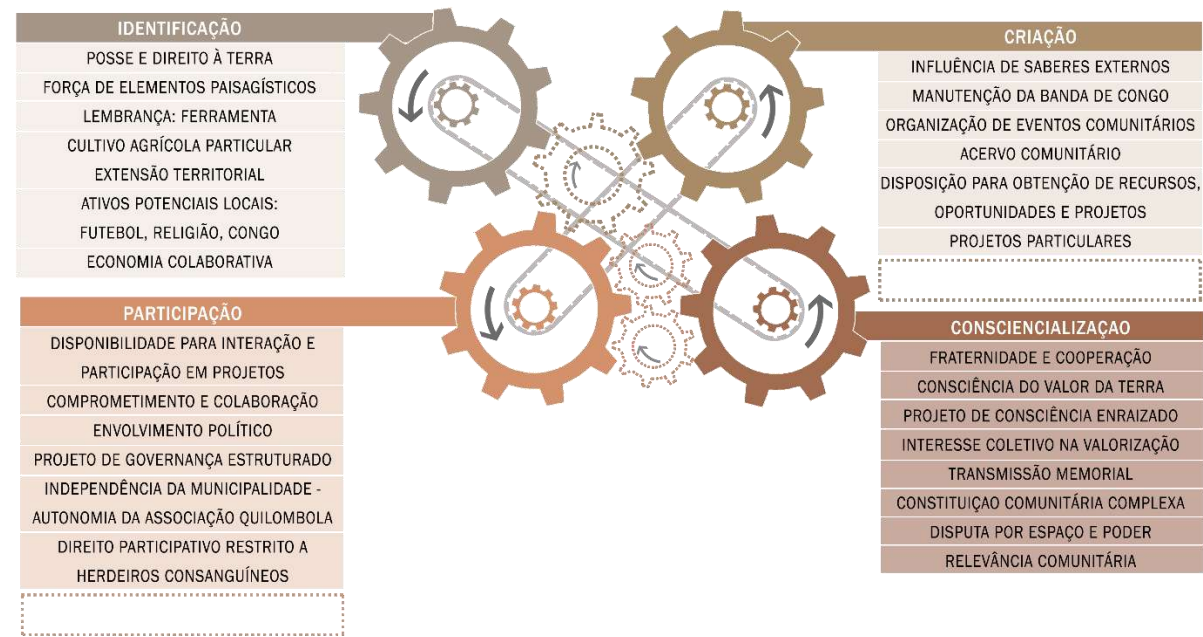
Apreende-se a influência de saberes externos, por produção de conhecimento acerca da comunidade, constituindo a própria apreensão dos habitantes com relação ao seu território. Esse aspecto é salientado na fala dos interlocutores, destacando o benefício produzido pelos projetos desenvolvidos no contexto local ao longo do tempo, como: filmes, livros, pesquisas, entre outros. Toda a produção é guardada pela comunidade constituindo acervo próprio, para acesso e compartilhamento com as gerações. Enquanto presente nos processos de interação, identifica-se a disposição dos sujeitos em salientar a relevância comunitária, mas, além disso, é perceptível a preocupação em torno do que se acessa, registra ou produz sobre o contexto em que se inserem, entendendo os impactos que essas produções podem reverberar na comunidade. Nesse sentido, apreende-se abertura para o contato com pesquisadores e agentes que visem

⁶⁴ Podcast "Quilombo Retiro". Disponível em: <<https://www.youtube.com/@QUILOMBORETIRO>>.

desenvolver ações locais, com a disposição dos sujeitos a pensarem novas oportunidades para o lugar – partindo de uma interlocução facilitada entre a comunidade com a academia, compreendida como facilitadora/ técnica.

Como persistência no panorama comunitário, identifica-se a manutenção da banda de congo "Unidos do Retiro", a busca por aperfeiçoamento e a associação de suas atividades com outros ativos potenciais locais, presentes nos eventos e festejos organizados pela própria comunidade. Além disso, é evidenciada autonomia comunitária para o desenvolvimento de projetos e obtenção de recursos, força inerente à predisposição política de luta por direitos e oportunidades para os sujeitos. No entanto, importa reiterar o desejo e a necessidade por infraestrutura, equipamentos, como escolas para ensino fundamental e médio, além de unidade de saúde, e estabelecimentos. Apesar da facilidade e independência para a resolução de demandas locais pela Associação, identifica-se aparente ausência da concretização de projetos atuais/ a curto prazo para solucionar as necessidades indicadas pelos interlocutores.

Figura 32: Funcionamento das engrenagens em Retiro



Fonte: Elaborado pela autora

Assim como em Araçatiba, as dinâmicas entre local-global são também contribuintes para tornar complexo o processo de patrimonialização, ainda que exista a restrição interna. Entende-se a participação dos herdeiros consanguíneos que não vivenciam o cotidiano comunitário como a ação externa que interage diretamente com o território, inclusive com poder de decisão.

Pelas apreensões realizadas, são nítidos o discurso e a pré-disposição política e de luta por direitos alicerçados como persistências da comunidade. Nesse sentido, a ênfase na materialidade vinculada à posse e necessidade de respaldar o merecimento de se manter o registro da terra pode assumir o principal fator que direciona a intencionalidade e fortalece a identidade projetual. No entanto, essa mesma força torna as conexões simbólico-cognitivas com o território, aspectos referentes à ancestralidade e às vivências cotidianas, por exemplo, sedimentos frágeis que necessitem de atenção em um contexto de patrimonialização. É claro, essa fragilidade não encerra o significado do território para os sujeitos, ou mesmo o intuito de se valorizar a identidade comunitária proveniente da luta dos antepassados ou anciãos pela qualidade de vida atual.

A relação da comunidade com o território aparenta visar a valorização de atributos de recurso e capital, enquanto também seja necessário coexistir em sinergia o vínculo identitário. Os atributos identitários encontram-se em segundo plano, a partir do que fora identificado nas primeiras análises. É inegável, no entanto, a existência, sim, de um vínculo entre o sujeito e o lugar, tanto é que, por esse vínculo, o grupo de habitantes constitui uma comunidade projetante, ainda que o projeto comunitário não siga os preceitos indicados pela abordagem estudada. Dessa forma, sugere-se que o desenvolvimento segundo a ETI somente seria alcançado a partir do desenvolvimento da patrimonialização proativa. A relação simbólica vem do recurso e do capital, devido à posse, porém somente esse vínculo não é suficiente para um projeto local, a partir da patrimonialização proativa, sobretudo; é necessário que o valor de identidade esteja em sinergia com os valores de recurso e capital, pois, ao mesmo tempo em que esses compõem os processos, também são revelados e operados pelos mesmos processos, em um ciclo ininterrupto.

4.2. AVALIAÇÃO DO MECANISMO PARA ALCANÇAR A PATRIMONIALIZAÇÃO PROATIVA

Partindo da aplicação e do retorno obtido na interação pesquisador-comunidade, intenta-se identificar atributos, procedimentos e fatores-chave incluídos no macro sistema da patrimonialização proativa. Dessa forma, evidencia-se a força do binômio sujeito-lugar na identificação de processos correntes nas comunidades, realçando os caminhos para a mobilização da patrimonialização por leitura de sedimentos e processos territoriais. Nesse sentido, a representação gráfica das engrenagens é entendida como instrumento de leitura do vínculo sujeito-lugar para a valorização do território-patrimônio, circunstanciado pelo

respectivo núcleo comunitário, permitindo sistematizar os sedimentos revelados pelas interações com a comunidade. Desse modo, reconhece-se a influência das especificidades locais para o desenvolvimento processual, com presença integral nos desdobramentos metodológicos.

Compreendendo os objetivos da pesquisa em campo, reitera-se a orientação para identificação dos processos correntes nas comunidades e dos sedimentos mais destacados na fala dos interlocutores. Nesse sentido, realiza-se a organização das informações a partir da composição das engrenagens, conferindo o cenário de ações em movimento no recorte temporal em que se realiza a pesquisa. Por esse motivo, a ênfase na representação está nas quatro ações designadas para o mecanismo proativo, referentes aos processos de identificação, criação, participação e consciencialização. As representações gráficas (Figuras 31 e 32), no entanto, apresentam não somente os atributos que compõem as ações presentes no território, mas processos considerados “em aberto”, não contemplados pela metodologia interativa da pesquisa; esses processos são indicados pelas engrenagens representadas em linhas tracejadas. Inseridas no mecanismo proativo, tais engrenagens correspondem à representação social e aos atributos cognitivos e normativos vinculados ao estatuto dos lugares. Os atributos consistem em invariâncias estruturais, regras de transformação do território, reveladas pela própria engrenagem de representação; ou seja, são processos que constituem uma trinca inseparável, ao passo em que articulam as ações vinculadas ao mecanismo. Por esse motivo, não podem ser removidos da representação das ações, ainda que não tenham sido registrados pelas estratégias interativas da pesquisa.

Entretanto, no decorrer das interpretações, observa-se pertinência em equiparar sedimentos do presente da comunidade com processos desdobrados no tempo. Essa situação se dá não somente pelos procedimentos definidos à apreensão de dados e informações locais, mas pela compreensão de que a relação do sujeito com o lugar, evidenciada na dimensão temporal presente, somente existe pelo acúmulo de sedimentos carregados separadamente por sujeito (dimensão memorial) e lugar (dimensão territorial), e pelo vínculo entre ambos – emaranhado composto por memória, território e o espectro duracional. É partindo desse pressuposto que a própria metodologia de interação é desenvolvida, não sendo possível desassociar os sedimentos referentes a passado-presente-futuro, para registro recortado pelo momento em que se realiza a interação com dados primários e secundários, e leitura interpretativa desses, sob perspectiva avaliadora. Esse acúmulo de sedimentos, contudo, corresponde às transformações territoriais inerentes às invariâncias, as quais, consideradas na leitura e interpretação do panorama

comunitário, completam a representação do mecanismo. Seguindo esse raciocínio, o mecanismo proativo somente é ativado a partir da consideração do acúmulo de processos e sedimentos, em constante mutação no território, sendo imprescindível sua determinação e representação para a definição de um projeto local.

Ainda com relação à representação, mediante experiência com as comunidades, evidencia-se a repetição de componentes e processos, visualizados em ambos contextos, identificados por: força de elementos paisagísticos; a lembrança como ferramenta para identificação das relações sujeito-lugar; presença e influência de ativos potenciais locais; cooperação e ações determinantes de uma economia colaborativa; manutenção do congo, como elemento estruturante da continuação de saberes e práticas; a disposição para organização de eventos comunitários; atributos de fraternidade e coletividade, a partir da familiaridade presente nos contextos; manifestação de consciência de valores locais; procedimentos de transmissão memorial; e disputa por espaço e poder frente aos processos comunitários. A repetição evidencia, sim, similitude nas dinâmicas processuais devido ao comportamento dos sujeitos com o lugar, de forma a organizar a leitura para o entendimento das fragilidades e interferências no funcionamento de uma engrenagem, causadas por outra, por exemplo. No entanto, os atributos repetidos não significam e não devem ser concluídos como equivalentes em ambos contextos, pois além do que fora identificado e interpretado, cada comunidade carrega consigo os seus próprios acúmulos de mutações para além da visualização revelada na interação pesquisador-comunidade.

Para exemplificar esse raciocínio, pode ser mencionado um processo extremamente importante para a diferenciação entre as comunidades: a manifestação de reconhecimento dos valores locais pelos sujeitos, presentes na ação de consciencialização. Em Araçatuba os valores interpretados correspondem ao lugar em sua dimensão imaterial, sob sedimentos cognitivos e ambientais; mais precisamente, o valor é expresso na representação simbólica da comunidade para os sujeitos em sua relação de apropriação. Soma-se à dimensão simbólica, a relevância do território que pertence a comunidade para outras regiões em diferentes escalas, partindo do entendimento desse território em sua abordagem histórica, fator que potencializa a valoração do lugar para os indivíduos.

Não quer dizer que em Retiro esses valores vinculados aos sedimentos cognitivos e ambientais não existam ou não sejam manifestados, mas entende-se serem mais evidentes aqueles que dizem respeito à terra, sob dimensão material, no sentido da posse. A materialidade do território

consiste no símbolo que constitui a intencionalidade; traduzido na luta e resistência dos sujeitos frente aos seus direitos. Essa compreensão remete, inclusive, à origem ancestral da constituição coletiva comunitária, desde o momento em que a ascendência é retirada de seu país de origem, no continente africano, e escravizada em território brasileiro. Após a libertação da condição escrava, a dominação do território por Benvindo Pereira dos Anjos, torna-se representação de seus direitos enquanto homem livre; entretanto, conforme apresenta Oliveira (2005), a posse desse território e a definição de seus limites é a todo momento disputada. De acordo com o autor, por anos essa comunidade foi refém de lutas e contestações de fazendeiros locais, para garantir a posse das terras, visto que a maior parte das terras ao redor da comunidade pertence a grandes fazendas de influente poderio econômico para o município e região. Nesse sentido, pelos sedimentos e processos evidenciados na interação com os sujeitos, a conquista alcançada nas disputas locais torna-se um dos fatores mais incisivos na revelação do vínculo sujeito-lugar nessa comunidade. Por esse motivo torna-se imprescindível definir a identidade comunitária e divulgar a manutenção dessa identidade, para que sirva de respaldo na legitimação de direito à terra.

Sendo assim, em ambos contextos, a definição de qual valor local é conscientemente manifestado pelo corpo coletivo se dá pela combinação de fatores presentes na duração que levam à manifestação intencional dos processos cognitivos em ação intencional/ ato territorializante. Tanto em Retiro, como em Araçatiba, os processos locais que levam à constituição das fragilidades da comunidade são diretamente vinculados à identificação de necessidades e prioridades para um projeto local, vinculados principalmente aos sedimentos memoriais de passado que se concretizam no presente e concedem a especificidade do lugar.

Outro atributo que pode ser destacado para compreensão do raciocínio é a lembrança, entendida como um recurso, ferramenta para a compreensão do território. Apesar de se tratar de uma projeção, ou seja, uma representação idealizada da realidade (BERGSON, 2006), entende-se a lembrança como um indício do vínculo simbólico do sujeito com o lugar. Conforme Bergson (2006), o cérebro humano é mecanicamente organizado para recalcar a quase totalidade de passado acumulado no inconsciente, deixando introduzir à consciência somente o que for conveniente para esclarecer situações ocorridas no presente, sendo úteis para o aspecto racional das ações humanas. Desse modo, as informações resgatadas pela lembrança, com manifestação na consciência, tornam-se condicionadas às circunstâncias que as ativaram. Nesse sentido, a lembrança pode ser entendida como uma perspectiva avaliadora; um ponto de vista, vinculado

a um ponto de origem de avaliações, valorações e representações. A bagagem carregada pelo binômio sujeito-lugar, compreendida por todo o escopo da longa duração do território e da vida dos sujeitos, determina esse ponto de origem.

Bergson (2006) afirma, ainda, que algumas “recordações de luxo” conseguem escapar do inconsciente à consciência sem passar por um filtro de utilidade. Por elas é possível perceber o passado em continuidade, em constante presença no tempo presente. Entende-se que são as “recordações de luxo” aquelas que dão sentido às ações conscientes. Ativar a memória, trata-se de suscitar essas “recordações de luxo”, sedimentos memoriais incorporados à duração que possibilitam orientar as ações vinculadas aos valores próprios de cada indivíduo/ sujeito - vínculo homem-mundo/ sujeito-lugar. Desse modo, salienta-se o impacto das invariâncias na constituição das ações dos sujeitos e no comportamento dos processos que se repetem em cada contexto comunitário.

Além da assimilação por comparativo das sínteses realizadas, pela representação também se torna possível indicar em cada comunidade indícios da imanência de força local e as principais fragilidades a serem consideradas em uma possível ativação do processo de patrimonialização proativo.

Em Araçatiba os processos de maior força estão vinculados à engrenagem de identificação, associada ao movimento das ações de consciencialização. Como evidenciado previamente, os processos de disputa por dominação do território são atributos que fragilizam a valoração dos sedimentos territoriais; circunstância que afeta diretamente a mobilização coletiva para organização de ações participativas. Desse modo, a disputa por poder tenciona as articulações coletivas obstruindo o fluxo de movimento à criação, impedindo que a comunidade desenvolva autonomia para desenvolver projetos locais, sobretudo por permanecerem reféns de uma decisão externa. Assim, a apropriação territorial não encontra força potencial para ativação de um projeto comunitário.

Em Retiro, em situação contrária, entende-se a participação como principal força comunitária, articulada com a pré-disposição política inerente à identidade do corpo coletivo, mais precisamente referente aos herdeiros consanguíneos, detentores do direito à participação. Desse modo, o movimento da engrenagem participativa também esbarra no processo de consciencialização, por restringir o direito participativo a um grupo de sujeitos que não corresponde à toda a composição populacional de quem vivencia a comunidade. Existe um

nível de consciência comunitária que se encontra em risco por conta da restrição de quem pode ou não definir o que será realizado naquele lugar, o que afeta diretamente a ação criativa; a partir da definição de regras locais, somente exerce a vontade de potência quem possui o poder para tal. Esse entrave condiciona, inclusive a valoração dos ativos na ação de identificação, mais precisamente dificultando estabelecer possibilidades de operação dos sedimentos identificados, contribuindo, assim, para ênfase nos valores vinculados ao discurso ou projeto de sujeitos que efetivamente possuem poder de intervenção.

Novamente a engrenagem referente à consciencialização se torna um entrave para o desenvolvimento processual. Compreendendo a revelação de interesses coletivos, a evidência de relações de poder e o reconhecimento e a descrição de valores locais no mecanismo para a patrimonialização proativa, essa engrenagem é constituída por atributos que indicam a responsabilidade social dos sujeitos com relação à compreensão do território como bem comum. Em ambos contextos essa responsabilidade é tensionada pelas dimensões de função e significado do território.

Conforme Haesbaert (2004, p. 3), o território e a territorialização devem ser operados segundo a multiplicidade de suas manifestações, "que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos". Desse modo, entende-se que o controle espacial varia conforme os interesses e as apreensões de *todos* os sujeitos que vivenciam e interagem com o território. No entanto, a definição e representação desses interesses torna-se chave para que a complexidade se torne ferramenta para a formulação de ações. Por esse motivo em Araçatiba, por exemplo, paradoxalmente, o projeto comunitário, travado pela ausência de força da apropriação territorial, é entendido como oportunidade para que a comunidade encontre interesses coletivos comuns à heterogeneidade e, nesse sentido, compreendam um sentido à mobilização coletiva.

Entende-se haver considerável diferença entre a compreensão da responsabilidade territorial inerente ao vínculo simbólico, e uma responsabilidade inerente à posse. Em Retiro, observa-se a fragilidade no processo de consciencialização traduzida na ausência de participação dos sujeitos que vivenciam cotidianamente o contexto comunitário, mas que por determinação legal não possuem o direito à articulação com a organização participativa. Esses, inclusive, podem possuir um vínculo muito mais forte com o território, à medida em que vivenciam e se apropriam do mesmo, em relação aos herdeiros consanguíneos que não vivenciam o território

comunitário da mesma maneira, por habitarem contextos externos à comunidade, mesmo obtendo a posse da terra.

Cada sujeito é único e possui sua própria complexidade subjetiva que o caracteriza e caracteriza a lógica de seus atos territorializantes, pois se estabelece como um transeunte no emaranhado de processos que correspondem a evolução territorial, carregados de seus próprios sedimentos memoriais. As idas e vindas de uma participação seletiva ou mesmo pela fragmentação de grupos gera disputa de poder, polarizando e homogeneizando as ações comunitárias, em lógica que reitera a verticalidade. Em Retiro a polarização é mais facilmente identificada por herdeiros e não-herdeiros, agentes internos e externos. No entanto, em Araçatiba acontece dinâmica semelhante, por influência interna e externa, ainda que os processos de disputa aconteçam de modo velado.

Em Retiro, a atuação dos herdeiros consanguíneos que não vivenciam o contexto comunitário pode se assemelhar, por exemplo, à intervenção local por instituições externas que não possuam vínculo com o local. Essa comparação é importante de ser feita pois reflete o próprio entendimento do patrimônio territorial. A posse do território pelos habitantes não se trata do bem aquisitivo, mas da apropriação do território como um bem comum, vivenciado e constantemente transformado pelos habitantes. Em Araçatiba, a força de agentes externos para intervenção territorial contribui para a fragmentação coletiva.

Diante desses cenários, outro fator entendido como contribuinte para evidenciar as dificuldades de estabelecimento do pleno vínculo sujeito-lugar encontra-se na dinâmica das comunidades em relação com fatores externos, não encerrando os processos dentro de si mesmas. Ainda que o sujeito mantenha e cultive seu vínculo com o lugar e com sua cultura de “origem”, os efeitos das novas formas de reprodução e comunicação espacial não deixam de chegar nesse lugar (CASTELLS, 2003) e, desse modo, interferir diretamente nas ações locais.

É válido considerar, pela proximidade das comunidades com a região metropolitana, os sujeitos acabam sendo inseridos em dinâmicas que os extraem de seus próprios vínculos locais, e isso se dá principalmente, pela organização espacial por parte de funções econômicas, de produção, circulação, reprodução e consumo (MAGNAGHI, 2011). Nesse sentido, o autor afirma:

Contribuindo para este esquecimento do lugar, está a mobilização magnética da força de trabalho, que faz da perda de raízes geográficas e sociais a principal condição da pessoa “residente”, que deixa de ser considerada “habitante”: a condição de estrangeiro, imigrante, nômade, usuário da cidade, massivo, é

predominante no modelo de ocupação metropolitana, através da ruptura das relações entre etnia, língua e território; A pessoa que reside na periferia vê-se deslocada aleatoriamente para lugares “emprestados”, indiferentes à sua própria história. A condição periférica passa a ser a característica predominante das pessoas que habitam a urbanização contemporânea. (MAGNAGHI, 2011, p. 59, tradução nossa)

Nesse sentido, tornam-se compreensíveis algumas dificuldades inerentes às comunidades, enquanto seus habitantes permanecem em constante movimento interativo circunstanciado pela dinâmica interna-externa. Os lugares não são – e não devem ser – desvinculados da relação global, reiterando ser necessária sua autonomia para o desenvolvimento segundo a ativação de identidade e recurso locais. No caso de Araçatiba, essa dificuldade se reflete em sua inserção na metrópole, compreendendo a facilidade de incorporação dos sujeitos nos fluxos metropolitanos e conexão com os lugares onde se concentram as forças de trabalho e estudo, ou mesmo os equipamentos de serviço, os quais mais se fazem presentes na vivência diária desses do que propriamente os sedimentos que compõem o território ao qual pertencem⁶⁵. Em Retiro, no entanto, a dificuldade é refletida por uma falta de apropriação simbólica do espaço, evidente no contexto dessa pesquisa na fala das crianças, que não se apegam somente às funcionalidades do morar, entendendo a comunidade não apenas como um dormitório, mas um lugar potencial para a execução outras atividades e vivências.

Importa ressaltar que ambas comunidades possuem uma característica em comum, a partir do que fora observado: o “funcionamento” em finais de semana, mais precisamente nos sábados e domingos, pois é este o momento em que os sujeitos habitam o espaço. Nos demais dias da semana, a comunidade torna-se dormitório, mais precisamente em Araçatiba. Para o caso de Retiro, ainda, os finais de semana são observados como os dias em que os sujeitos retornam às suas casas. Devido à distância da comunidade com as centralidades regionais e a dificuldade no acesso ao transporte coletivo, os sujeitos tornam-se dependentes do auxílio de vizinhos que possuam veículo particular para o deslocamento, ou optam por permanecerem nos lugares “emprestados”, onde estão localizadas as forças econômicas.

4.2.1. A força e as condicionantes para a ativação da patrimonialização proativa

Como apreendido pela consideração dos sedimentos memoriais de passado, presente e futuro para o entendimento do panorama comunitário, indica-se que a força do sujeito-lugar se

⁶⁵ Talvez também por esse motivo a dependência do poder público e interferência da municipalidade seja tão observada nas conversas com os interlocutores. É o modo como estão acostumados resolver os dilemas, pois sempre estiveram em constante troca com essas forças de maiores graus hierárquicos. Cabe a possibilidade de apresentação de novas perspectivas para que os sujeitos alcancem autonomia local.

estabelece no modo como se reconhecem os processos presentes refletidos nas transformações territoriais percorridas na longa duração. É essa força o que remove a inércia das engrenagens, permitindo que as ações sejam desencadeadas. No entanto, como entendido por interpretação, é no contexto de definição do projeto local onde deve ser considerada a complexidade dos lugares para o mover das engrenagens para a patrimonialização proativa.

Essas conclusões somente são alcançadas mediante a experimentação que leva ao conhecimento de cenários possíveis para a leitura do binômio sujeito-lugar. Como indica Milton Santos (2022), a base para as grandes generalizações, compreendendo os fenômenos e o funcionamento da sociedade, encontra-se na experiência empírica. Conforme o autor, desse modo, torna-se possível encontrar possibilidades de soluções para um leque de variáveis que compõem estruturas sociais, econômicas e políticas. A contribuição do autor justifica que o entendimento da força mobilizadora para a patrimonialização proativa – proposição conceitual e prática que visa reconhecer novas possibilidades para operação do território-patrimônio – pode ser compreendida pela interação com as comunidades, mas reitera que as especificidades de cada lugar sugerem novas outras alternativas para resolução de dilemas.

Ainda de acordo com Santos (2022), entende-se que a singularidade dos lugares corresponde às proposições determinadoras de novas possibilidades locais, tornando-as autossustentáveis; e, por mais que as influências globais estejam cada vez mais presentes nas comunidades, essas, quando em unidade homem-mundo/ sujeito-lugar, permanecem munidas de sedimentos e recursos próprios responsáveis pela resolução dos problemas de suas respectivas realidades. O autor afirma,

(...) quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, ‘únicos’. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente –, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. (SANTOS, 2022, p. 38)

Como assimilado pela interpretação dos processos em associação com o aporte teórico-metodológico, indica-se que o projeto local se fortalece pela ativação dos recursos e atributos identitários vinculados estritamente ao lugar. Ainda, Santos (2022) contribui com a reflexão de que a técnica, quando desgarrada do lugar, propõe a distorção da realidade local, por não reconhecer nos recursos nativos as possibilidades de enfrentamento dos problemas. Desse

modo, as ações de distorção acabam encerrando as potencialidades dos lugares, esvaziando o capital territorial disponível e os valores existenciais. Afirmo o autor:

Os resultados, criadores de distorções e desigualdades em todos os lugares, impõem a cada local combinações particulares que são outras tantas formas específicas de complexidade da vida social. O problema, portanto, consiste em reconhecer o efeito dessas superposições sobre a existência de cada sociedade. (SANTOS, 2022, p. 38)

Desse modo, é muito evidente a necessidade de reconhecer nos lugares as alternativas para resolução das demandas coletivas. No âmbito da valorização do patrimônio territorial, essa concepção é entendida como chave para que os procedimentos retornem as riquezas locais, fomentando a geração de mais riquezas, duradouras para a constante constituição e transformação das relações territoriais. No entanto, assumindo o mecanismo proativo como alternativa para a execução de um projeto de valorização do território-patrimônio, percebe-se que a organização e a identificação das ações enquanto procedimentos estruturados e vinculados uns nos outros não é suficiente para ativar/ mobilizar o sistema da patrimonialização. Portanto, considerando encontrar essa ativação, são indicadas quatro condicionantes diretamente vinculadas aos pressupostos e à composição do mecanismo proativo. Essas condições consideram todo o aporte discutido, em conjunto com a leitura e interpretação do vínculo sujeito-lugar no comprometimento com as regras de realidade local, sendo definidas por:

a. *Mediação e conhecimento das dinâmicas sociais locais*: nesse sentido, a organização dos processos locais seguindo a estrutura do mecanismo proativo garante à comunidade conseguir ler as dinâmicas locais com eficácia, sendo possível compreender possibilidades de atuação no contexto em que estão inseridas. Entretanto, reitera-se que apesar da mediação do pesquisador-facilitador, a elaboração e execução do projeto local permanece sob responsabilidade da própria comunidade, sendo o habitante o avaliador das forças e das fragilidades locais, tornando possível alcançar a mobilização do mecanismo proativo.

b. *Identificação de sujeitos em posição de influência sobre as relações comunitárias, pré-dispostos a encontrarem soluções para o desenvolvimento local*: os sujeitos consistem em potenciais motivadores da mobilização da comunidade para revelação da intencionalidade coletiva que leve à disposição para criação. Essa posição de influência deve ser interna à comunidade. No entanto, entende-se, a experiência dos sujeitos com contextos externos pode contribuir com um olhar mais crítico para os processos locais, desde que esses mantenham o seu vínculo com o lugar sob dimensões simbólicas, práticas e sensoriais. Além disso, é

importante identificar sujeitos dotados de predisposição para o desenvolvimento do projeto de valorização, considerando ativar os valores territoriais de identidade, recurso e capital.

c. *Consideração dos sedimentos memoriais e territoriais, provenientes das invariâncias estruturais que determinam a identidade do território e apontam para uma perspectiva de futuro:* o reconhecimento das invariantes, regras de reprodução do território, é considerado indispensável para o desenvolvimento das ações de patrimonialização. Por esse reconhecimento, são ativadas as engrenagens articuladoras das ações componentes do mecanismo proativo, compreendendo o processo de representação social para conectar as ações de identificação, participação e criação, e a evidência dos atributos cognitivos e normativos diretamente direcionados à moção da ação de consciencialização articulada à organização participativa.

d. *Rompimento de estruturas arbóreas verticais que tornam homogêneas e polarizadas as dinâmicas locais:* somente pela horizontalidade é possível alcançar um projeto para valorização do território entendido como bem *comum*. Evidencia-se a necessidade de ressaltar a condição rizomática em relação ao posicionamento dos sujeitos no contexto comunitário, enquanto possuem igualmente o direito à participação e atuação sobre o território ao qual pertencem. Desse modo, assim como contribui Carta (1996), entende-se a complexidade como ferramenta para encontrar possibilidades operativas da heterogeneidade inerente às características de cada lugar.

Por fim, compreende-se, o entendimento do habitante como protagonista das ações de patrimonialização não se esgota em conceder a responsabilidade ao mesmo para a operação do território-patrimônio. Essa compreensão, no entanto, reflete a consideração de toda a complexidade por trás desse protagonismo, em uma relação horizontal integradora de camadas de constituição territoriais e memoriais, da subjetividade inerente ao além-do-homem, constante movimento de interação homem-mundo/ sujeito-lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, intitulado “A força mobilizadora do binômio sujeito-lugar na patrimonialização proativa”, apresenta relevância por discutir possibilidades de implementação de novas estratégias de preservação do patrimônio sob perspectiva territorial, em alcance multiescalar. Contribui, sobretudo, por apresentar o entendimento das complexidades subjetivas garantidoras do desenvolvimento de ações sobre o território, em um movimento ininterrupto proveniente do vínculo binominal sujeito-lugar, protagonista dos procedimentos para valorização do território-patrimônio. A contribuição da pesquisa é de caráter teórico-conceitual e metodológico, fundamentada pela discussão da valorização do patrimônio territorial mediante a superação da dicotomia entre conservação e desenvolvimento, e renovação de processos de patrimonialização desprendidos de instituições, possibilitados pela mobilização dos sujeitos em sua relação com o território. Desse modo, os resultados alcançados são direcionados por três enfoques, referentes à: eficiência do mecanismo proativo para a valorização do patrimônio territorial; contribuição das estratégias de interação com os contextos comunitários; e influência das experiências de campo para as discussões teórico-metodológicas.

Em operações voltadas à valorização do território-patrimônio, a institucionalização de ações guiadas por agentes externos, desvinculados dos lugares, configura um cenário possível para a museificação territorial e de seus componentes. Esse contexto pode desencadear o esgotamento dos recursos potenciais para o desenvolvimento dos lugares por processos de cenarização progressiva, quando mal interpretados e, por consequência, mal operados. Nesse sentido, entende-se que a patrimonialização proativa se apresenta como potência para a valorização do patrimônio territorial, por abarcar complexidades encontradas além do alcance de instrumentos de preservação vigentes, o que não significa anular o uso desses instrumentos e/ou de estratégias atualmente utilizadas para a valorização do patrimônio, ou mesmo para o planejamento do território. Todavia, defende-se uma reformulação de procedimentos, admitindo a patrimonialização como processo orientador de um desenvolvimento local autodeterminado. Por esse motivo, essa deve consistir em um processo vinculado aos lugares, pressupondo o protagonismo dos habitantes. Somente a vivência e o uso do território pelos que o têm como posse podem indicar estratégias condizentes com os anseios locais.

Contudo, compreende-se, mesmo com elaboração conceitual firmada em um mecanismo estruturado, a mesma estabelece uma abordagem potencial a ser aprofundada. Cada ação

indicada em mecanismo, bem como suas articulações, constitui-se por processos e subprocessos complexos, desdobrados nas características dos lugares onde se insere o projeto local.

Ainda, é válido ressaltar, o processo de patrimonialização não se define como um evento isolado, como proposta de intervenção localizada em determinado recorte temporal para um fim específico. Ao contrário, adquire uma atribuição duradoura refletida em um movimento contínuo e retroalimentado por processos independentes ao longo do tempo, atualizado na medida da ocorrência das transformações territoriais, ambientais e sociais. Desse modo, a patrimonialização não pode se dissociar do projeto local, pois faz parte e contribui diretamente com a constituição e transformação do território.

As interações do sujeito com o território, mediante atos territorializantes, carregados de símbolo e sedimentos cognitivos, contribuem por determinar os valores de existência e recurso referentes ao patrimônio territorial. Os atos compreendem lógica referente à percepção do mundo pelo sujeito, atribuindo-lhe significado (dimensão simbólica), à transformação da materialidade em recurso (dimensão prática), e à conferência de sentido à estrutura que constitui e transforma o território (dimensão sensorial). Essas interações condizem com os sedimentos materiais e imateriais – cognitivos e ambientais – que compõem a estrutura territorial, e também contribuem diretamente no funcionamento das engrenagens para a patrimonialização proativa, sob valores de identidade, recurso e capital territorial. A forma como o habitante se porta frente ao território infere diretamente na determinação de limites do projeto local.

Todas as ações entre sujeito-lugar são interligadas por conexões que perpassam a qualidade tangível das interações, principalmente quando pressupõem a ativação de sedimentos cognitivos. No entanto, para ativação de um sistema direcionado à preservação, com as ações vinculadas objetivamente estruturadas, faz-se necessária a revelação de uma força mobilizadora. O desafio para ativação de um processo de patrimonialização proativo está no reconhecimento da força capaz de movimentar as engrenagens que o compõem. Todavia, pela representação gráfica dos processos locais, seguindo as próprias engrenagens, torna-se possível realizar a leitura das dinâmicas locais reveladoras dessa força. Portanto, a representação gráfica do mecanismo proativo é considerada um importante instrumento para identificação do vínculo indivisível entre homem-mundo/ sujeito-lugar.

Seguindo esse raciocínio, o pesquisador torna-se sujeito mediador/ facilitador da revelação dos processos locais e, portanto, da força para ativação da patrimonialização, a ser realizada pelos habitantes. Para tanto, é necessário se vincular à comunidade sem que sua presença no local se

torne um evento impactante na estrutura do cotidiano, pois essa situação poderia interferir na dinâmica local, prejudicando a obtenção de resultados. Por esse motivo, a estratégia interativa definida pela observação participante é considerada apropriada para a composição do sistema metodológico, pois não impõe uma irrupção de forças aquém dos movimentos orgânicos de transformação territorial – sob abordagem do território como um organismo vivo. A estratégia garante imparcialidade e isonomia na percepção comunitária, ainda que o registro e a interpretação das dinâmicas locais sejam realizados partindo de uma perspectiva crítica, enquanto o pesquisador consiste em um agente externo, dotado de sedimentos memoriais e cognitivos próprios.

Essa afirmação é confirmada considerando as experiências metodológicas percorridas no decorrer da pesquisa, em contextos comunitários distintos. Apesar de terem sido fundamentadas por uma mesma abordagem, as experiências seguem diferentes percursos em cada comunidade, ocasionados por condições locais e atravessamentos que fogem dos limites de controle do sistema metodológico. No entanto, mesmo com as diferenças, ambas experiências mantêm a observação participante como cerne das estratégias interacionais e, por esse motivo, os resultados alcançados podem ser analisados seguindo a mesma metodologia. As principais diferenças encontradas nas experiências com as duas comunidades são provocadas pelo modo de obtenção de dados e informações, envolvendo eventos inerentes às vivências locais, ou mesmo interesses de outros pesquisadores e agentes atuantes nos contextos territoriais pesquisados. Nesse sentido, apesar das intercorrências, em ambos contextos a natureza das informações adquiridas é a mesma.

Na comunidade de Araçatiba, recorre-se à metodologia iniciada de modo desacompanhado, porém a interação é atravessada pelas interlocuções provenientes de um evento envolvendo outros pesquisadores. O evento, no entanto, não enfraquece os resultados da pesquisa, mas, ao contrário, encontra retornos positivos, permitindo alcançar um número maior de sujeitos em um curto período de interação. Além disso, a metodologia desenvolvida no encontro de co-planejamento alcança informações que contribuem para o entendimento dos processos locais, sistematizados posteriormente a partir do mecanismo proativo, e torna-se referência para o desenvolvimento de ações em outro contexto comunitário. Assim, em Retiro é possível realizar avaliação das estratégias interacionais antes do contato com os interlocutores, prevendo a ênfase em sedimentos efetivamente incidentes no escopo teórico-metodológico da pesquisa, ainda que sejam evidenciados atravessamentos no período de visita à comunidade, referentes à atuação de outros agentes externos. Recorre-se à exploração da observação participante e ausência de

um evento estruturado, partindo de visitas desacompanhadas que visem integrar o pesquisador no cotidiano da comunidade, assumindo as agendas próprias do corpo coletivo. Essa estratégia é baseada no que se desenvolve em Araçatiba, considerando, no entanto, salientar as orientações para as entrevistas em profundidade que retornem dados e informações para a compreensão territorial da relação sujeito-lugar com vistas ao entendimento do território como bem comum e à revelação da intencionalidade dos sujeitos.

Em ambas experiências, as expectativas com relação à interação compreendem a criação e o mantimento de um vínculo entre pesquisador-comunidade, a fim de construir de forma conjunta o arranjo de informações inerentes ao lugar. Desse modo, visa-se buscar a representação máxima possível de sujeitos, provenientes de diversos perfis comunitários – tanto em Araçatiba, considerando a contribuição dos demais pesquisadores envolvidos no procedimento metodológico eventual, facilitador do alcance aos sujeitos, como em Retiro, mesmo com recursos um pouco mais limitados.

É importante realçar o modo como os contextos territoriais, os sedimentos e dinâmicas locais condicionam o desenvolvimento das experiências, indicando oportunidades de interação, abertura para diálogo e/ou colaboração dos sujeitos. Nas duas comunidades, principalmente nas primeiras interações, quando se busca compreender o território pela descrição das camadas territoriais, as interações são circunstanciadas pelo movimento dinâmico cotidiano, proponente da conduta de aproximação entre pesquisador e comunidade.

No geral, as dificuldades encontradas nas experiências se relacionam com o movimento, a vivência cotidiana e a necessidade de adaptação das estratégias de interação, além da pouca disponibilidade de locais dotados de condições de neutralidade para permanência e construção do vínculo pesquisador-comunidade. Em Retiro, apesar da pouca disponibilidade, essa situação é contornada pelos eventos locais e pela estrutura dos estabelecimentos disponíveis que permite a permanência no local, apesar da dificuldade no acesso à comunidade, em se tratando da disponibilidade de transporte e distância das centralidades, situações distintas de Araçatiba. Para essa última, enquanto se propõe um encontro estruturado para interação com os sujeitos, no entanto, evidencia-se baixo interesse de participação nas atividades propostas, mesmo provenientes daqueles com quem se estabelece um vínculo anterior.

As dificuldades, no entanto, não descaracterizam ou enfraquecem os resultados alcançados, mas, pelo contrário, contribuem por fortalecer o entendimento do sujeito-pesquisador também

como um agente que se relaciona com o território das comunidades, em constante troca instigadora de uma perspectiva crítica, frente à percepção das relações comunitárias.

Inferi-se que o comprometimento com regras da realidade local corrobora por salientar que mesmo com a proposta de identificar ações correspondentes em territórios distintos, as ações desenvolvem-se sob atributos diretamente vinculados com aquele contexto em específico, destacando a força própria de cada lugar. Especificamente com relação aos contextos comunitários inerentes à pesquisa, os resultados das experiências de interação são proveitosos. Pois, por elas, tornou-se possível realizar a leitura de todas as ações vinculadas à patrimonialização, em diferentes escalas e aspectos, situação só confirmada após a experiência em campo.

É válido reiterar, ainda, o trabalho em momento algum objetiva desenvolver o processo de patrimonialização nas comunidades, mas, sim, experimentar a leitura e interpretação do território comunitário, a fim de revelar de que forma a patrimonialização proativa pode ser ativada frente ao protagonismo do binômio sujeito-lugar. Esse processo é realizado por evidência das principais ações ocorrentes nos lugares, indicadoras da força para mobilização coletiva ou em situação de fragilidade, caracteres revelados pelo sistema de apropriação e dominação de sedimentos territoriais e memoriais pelos sujeitos.

Desse modo, permite-se alcançar o entendimento dos contextos comunitários, indicando a estrutura que conduz à patrimonialização proativa, avaliando, ainda, a composição do mecanismo proativo, ao evidenciar a força mobilizadora e as condições fundamentais para essa mobilização. As condicionantes são compreendidas por: mediação e conhecimento de dinâmicas sociais locais, confirmadas pelas experiências em campo; identificação de sujeitos dispostos à mobilização do grupo ao qual pertencem em prol da valorização territorial local; revelação das regras de reprodução do território, as quais, pela duração, definem as circunstâncias do presente influenciadoras diretas nas criações para o futuro; e, sobretudo, o rompimento da hierarquia nas relações entre os sujeitos e os lugares, ressaltando a horizontalidade como pressuposto por conceder o direito à participação de todo o corpo coletivo.

Para além das considerações acima, também são indicadas possíveis lacunas e ampliações do campo do conhecimento, a partir da pesquisa desenvolvida. Primeiramente, com relação à estrutura prática do mecanismo, compreende-se a possibilidade de cada ação/ engrenagem ser aprofundada, a partir de estudo de subprocessos internos ou possibilidades de composição dos

mesmos. Desse modo indica-se ser factível a incorporação de instrumentos, agentes e metodologias aos processos locais, adequados a cada contexto comunitário. Para tanto, ressalta-se, a previsão de processos não condizentes com caracteres locais enfraquece o desenvolvimento processual de valorização dos lugares, pois impede a ativação dos recursos encontrados e determinados pelos sujeitos.

Além disso, afirma-se que o entendimento do mecanismo proativo como um instrumento projetual apontado para o desenvolvimento local demanda coerente integração com os demais procedimentos vinculados à abordagem territorialista para a constituição do projeto local. Tal integração aponta para a ampliação de estudos territoriais voltados à preservação patrimonial, por contribuir com a leitura e a interpretação de contextos e dinâmicas territoriais locais com vistas à operação prática. Por esse raciocínio, o mecanismo proativo se torna compatível com a constituição de processos de análise e síntese territorial, ou mesmo compreende base para a estrutura de um plano para o território, considerando elaborações vinculadas ao estatuto dos lugares. Desse modo, indica-se a viabilidade no desenvolvimento de estudos referentes à patrimonialização com vistas ao desenvolvimento, contemplando aspectos referentes à salvaguarda ambiental, qualidade territorial, defesa e valorização do bem comum e constituição de uma base geradora de riquezas duradouras para os lugares.

Por fim, é importante ressaltar, todas as indicações passam pela condição transdisciplinar dos estudos territoriais, evidenciadas na experimentação conceitual desenvolvida, que parte de noções e ideias fundamentadas primariamente em um raciocínio proveniente da arquitetura e do urbanismo, mas que busca, em outras áreas do conhecimento – mais especificamente na geografia e na filosofia –, possibilidades de reflexão incorporadas ao corpus teórico. Além das articulações conceituais demonstradas no desenvolvimento do trabalho, indicam-se estudos antropológicos e sociais a serem somados à experimentação conceitual, para embasamento e ampliação de articulações. Desse modo, reitera-se, cada conexão inerente à constelação conceitual não se encerra em si mesma, mas compreende uma gama de complexidades componentes de inúmeros outros percursos para pensar o sujeito e o território.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renata Hermann de. **Atualizando o valor de monumento**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil. 2005.

ALVES, Paula A. **Quilombolas e trajetórias de escolarização**: um estudo a partir de Retiro, Santa Leopoldina-ES. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil. 2020.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BERGSON, Henri. **Memoria y vida**. Textos escogidos por Gilles Deleuze. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

BRASIL. **Portaria Nº 39**, de 29 de setembro de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de set. 2005.

CAMAGNI, Roberto; BORRI, D.; FERLAINO, F. **Per un concetto di capitale territoriale**. Crescita e sviluppo regionale: strumenti, sistemi, azioni, Milano: FrancoAngeli, p. 66-90, 2009.

CARTA, Maurizio. **Pianificazione territoriale e urbanistica**: dalla conoscenza alla partecipazione. Laboratorio di pianificazione territoriale, 1997.

CARTA, Maurizio. **Next city**: culture city. Roma: Meltemi Editore srl, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2003. 550 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2). ISBN 9723110083 (broch.).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição. São Paulo: Unesp, 2001.

CORRADO, Federica. **Le risorse territoriali nello sviluppo locale**: un confronto interdisciplinare. Alinea Editrice, 2005.

DE LA PIERRE, S. **La rappresentazione delle identità comunitarie**. Inquadramento storico e principi metodologici. MAGNAGHI A. (a cura di), Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche, Alinea, Firenze, p. 411-434, 2001.

DE LA PIERRE, Sergio. **Quale comunità per quale territorio**. Scienze del Territorio, v. 8, 2020.

DE LA PIERRE, Sergio. **Il principio comunitario tra epoca industriale ed era della globalizzazione.** Società dei territorialisti. Disponível em: <http://www.societadeiterritorialisti.it/images/DOCUMENTI/GRAPPOLI/Filosofia_scienze_umane/de%20la%20pierre%20s.%20-%20note%20sul%20principio%20neo-comunitario.pdf>. Acesso em maio, 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs, vol. 1.** Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** São Paulo: Editora 34, 1999.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra:** la geografia umana tra mito e scienza. Feltrinelli, 1985.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2011.

FERRATA, Claudio. **Da abitare a urbanità:** quaranta parole per il progetto di territorio. Bellinzona, CH: GEA-associazione dei geografi. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, la genealogía, la historia.** Barcelona: Pre-Textos, 2008.

FURTADO, Celso. **A superação do desenvolvimento.** Revista Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, v. 3. 37-42. 2016.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização.** Geo Uerj, n. 5, p. 7, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** Porto Alegre: s.ed., 2004. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/EFV15>>. Acesso em: novembro, 2022.

HAESBAERT, Rogerio. **Território e multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KOFFER, Amanda Lovatti Coelho. **A patrimonialização proativa para um projeto local de desenvolvimento.** Fundamentos para a democratização da salvaguarda do patrimônio territorial. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil. 2021.

LAPOUJADE, David. **Potências do tempo.** São Paulo: N-1 edições, 2ª edição, 2013.

LUCAS, Lucken Bueno et al. **Filosofia dos valores:** uma compreensão histórico-epistemológica da ciência axiológica//Philosophy of values: a historical-epistemological understanding of axiological science. Conjectura: filosofia e educação, v. 20, n. 3, 2015.

MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi**. Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. **Il projeto locale**: Verso la coscienza di luogo. Florença: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, Alberto. **La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla piani-ficazione**. Scienze del Territorio, v. 5, p. 32-41, 2017.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche**. 6 aulas. Casa do Saber. 2022. Disponível em: https://lp.casadosaber.com.br/gratis/nietzsche-com-scarlett-marton/assista?utm_source=CRM&utm_medium=EMAIL&utm_campaign=S41_5_CON__C_URSOSGRA__5N-ASSI#aulas. Acesso em: Março, 2023.

NEGRI, Antonio. **De volta**. Abecedário biopolítico. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

NOSSA, Damiany Farina. **Riscos territoriais em projetos representacionais**: Investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil. 2020.

OCDE. Territorial Outlook, **Organisation for economic- coperation and development**. 2001.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto Político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. 2005.

POLI, Daniela. **Paesaggi dismessi nell'estetica contemporanea** in Balletti F. (a cura di), Sapere tecnico – sapere locale conoscenza, identificazione, scenari per il progetto, Alinea, Firenze, pp. 107-120, 2007.

POLI, Daniela. **Rappresentazioni identitarie e processi partecipativi per la salvaguardia del patrimonio territorial**. In VOLPIANO M. Territorio storico e paesaggio. Esperienze di analisi, progetto e gestione, Fondazione CRT, 2011.

POLI, Daniela (a cura di). **Regole e progetti per il paesaggio**. Florença: Firenze University Press, 2012.

POLI, Daniela. **Democrazia e pianificazione del paesaggio**: governance, saperi contestuali e partecipazione per elevare la coscienza di luogo. Rivista Geografica Italiana, v. 120, p. 343-361, 2013.

POLI, Daniela. **Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva.** In: MELONI, Benedetto. Aree interne e progetti d'area. Torino: Rosenberg e Sellier, p. 123-140, 2015.

POLI, Daniela. **Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio.** Scienze del Territorio, v.5, p. 42-53, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Sidney; FERREIRA, Maria José de Resende; REZENDE, Aldo. **Guia Antropológico de Araçatiba.** 1 ed. Vitória: Edifes Acadêmico, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2377>>. Acesso em julho, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 1996.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo:** guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp: Mandarim, 2006.

SILVA, Itamar (org.). **Diagnóstico social de Araçatiba.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, 2006. Disponível em: <https://antigo.ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm_uploads/2015/06/cter-diagnostico-aracatiba.pdf>. Acesso em dezembro, 2022.

VERTELO, Marcos Aurélio dos Santos. **Comunidade de Araçatiba, Viana, ES:** herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

APÊNDICE A: Dinâmica analítico-processual e articulação proativa na Escola Territorialista Italiana

Como mencionado anteriormente, o discurso teórico territorialista indicado pela ETI é delineado por um anseio de que a discussão referente à valorização do patrimônio seja alargada da escala do objeto monumental (o edifício), para o território, concebido pela cidade e região. Como supracitado, a concepção conceitual referente à patrimonialização proativa fundamenta-se nessa discussão e viabiliza, ainda, um cenário favorável para a formulação de estratégias que instiguem os atores sociais a atuarem incisivamente na valorização desse patrimônio territorial. Contudo, a evidência dessa formulação designa a incorporação da dinâmica processual no aporte teórico italiano, como parte de um projeto maior, identificado pelos estudos da ETI e de seus pesquisadores.

Nesse sentido, a seguir se propõe posicionar o mecanismo proativo diante da dinâmica analítico-processual (ou processual-relacional) de formação e transformação do território, entendido como patrimônio. A fim de salientar a articulação direta entre o processo de estruturação e transformação territorial com a patrimonialização proativa, as análises e relações estabelecidas partem da contribuição de Alberto Magnaghi (2005; 2017), mas, principalmente, da revisão apresentada por Damiany Nossa (2020)⁶⁶.

Alberto Magnaghi (2010, p. 16) afirma que o território é entendido como uma obra conjunta, um processo coevolutivo entre os assentamentos humanos e o meio ambiente, em constante constituição ao longo de sua duração. Para o autor, não consiste somente em um substrato ou suporte para manipulação e construção de estruturas posteriores, mas um organismo vivo e complexo, possuidor do seu próprio ciclo vital, “constituído por lugares (ou regiões, ou ambientes de assentamentos), dotados de identidade, história, caráter e estrutura de longo prazo” (MAGNAGHI, 2010, p. 16, tradução nossa).

Ainda, a estrutura conceitual definida pelo autor compreende o território como um resultado das relações sinérgicas entre as três camadas que o compõem: ambiental, construída e antrópica. A camada ambiental e/ou físico/natural é compreendida pelo assentamento geomorfológico, flora, fauna, entre outros. A camada construída faz referência às tipologias urbanas do território, suas estruturas físicas, bem como as características da paisagem. A camada antrópica, por fim,

⁶⁶ Contribuição apresentada no trabalho “*Riscos territoriais em projetos representacionais: investigação do patrimônio territorial de João Neiva - ES*”, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, derivada de pesquisa desenvolvida no Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri_Lab), da mesma universidade.

atribui-se de características do meio, do conhecimento sociocultural e dos modelos econômicos inseridos nas relações antrópicas. A construção das camadas e sua manutenção, ou transformação, é estabelecida a partir dos ciclos de transformação territorial, sedimentados por movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização⁶⁷.

Sob essa perspectiva conceitual do território é que se estabelece a ampliação do conceito de patrimônio, entendendo-o também como um processo ativador da memória de um corpo coletivo e sendo referência para a construção e manutenção de história e memória sob perspectiva duracional. Identificar essa referência como propriedade de um grupo consiste em patrimonializá-la (POLI, 2015).

A partir do que fora exposto, já é possível perceber que discutir o patrimônio territorial não condiz com a discussão de uma disciplina à parte dos temas abordados por ações sobre o território, mas, pelo contrário, o patrimônio territorial sob a perspectiva apresentada constitui-se de um conceito mediador das ações territoriais, em âmbitos de planejamento e de projeto. Assim também são os processos que envolvem o reconhecimento e valoração desse patrimônio, fundamentalmente discutidos nesse trabalho pela patrimonialização proativa.

A fim de contribuir para a formulação metodológica para alcançar ações de intervenção sobre o território que indiquem o manejo dos sedimentos territoriais de modo a valorizá-lo, Magnaghi (2005, p. 7, tradução nossa) propõe uma reflexão sobre o retorno a esses lugares no projeto e planejamento, delineada a partir de cinco movimentos:

- i. definição a nível teórico-metodológico acerca do conceito de “desenvolvimento sustentável”;
- ii. trabalho e definição de métodos e técnicas de representação da identidade dos lugares e de seus depósitos patrimoniais (atlas, códigos, figuras territoriais e descrições fundamentais);
- iii. elaboração do estatuto dos lugares com a identificação das regras de transformação (invariantes estruturais);
- iv. elaboração de cenários estratégicos de futuro, fundamentados na valoração de depósitos patrimoniais nos estatutos dos lugares; e

⁶⁷ TDR - Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização. Ciclo proposto por Claude Raffestin (1984), que caracteriza o processo de construção, desconstrução e reconstrução do território.

v. redefinição das tarefas, instrumentos e processos de projeto, consequentes das conclusões obtidas nos movimentos anteriores.

Relacionando o que contribui Magnaghi (2005), o primeiro movimento indica a definição dos objetivos a serem alcançados, a partir do entendimento do desenvolvimento sustentável. Esse se estabelece como um requisito para a evolução e manutenção do território, produzindo benefícios para os lugares de modo integral. Assim, através do primeiro movimento que se torna possível a elaboração dos métodos e das estratégias consequentes, determinantes de uma estrutura processual.

Seguindo o que indica o autor, o segundo movimento indica a reconhecimento dos depósitos patrimoniais em uma lógica de identificação dos elementos identitários e dos recursos locais. Para tanto, o autor reitera a importância da definição das técnicas e dos procedimentos para identificação, representação e registro dos sedimentos, assegurando a eficiência dos processos a serem desenvolvidos. Nesse sentido, utiliza-se da representação identitária⁶⁸ para uma coleta de informações documentais e narrativas, específicas para o entendimento do território e de seus valores. Nesse ponto, a participação do habitante começa a ser requisitada como indispensável para o desenvolvimento dos demais processos.

Consequentemente, a partir de uma coleta e produção de material, o autor contribui com o terceiro movimento, indicado como o momento de analisar e sintetizar as informações adquiridas, que irão determinar a formulação de um estatuto para os lugares, um panorama atualizado da situação territorial⁶⁹. Nesse momento, a sequência processual adquire uma dimensão propositiva.

⁶⁸ Para a ETI, a representação pode ser considerada um instrumento preciso para direcionar o registro de transformações territoriais, contribuindo como um meio de compartilhamento do conhecimento entre um corpo comunitário (MAGNAGHI, 2005, p. 66). Endereçada a um local específico, essa representação consiste em uma ação conjunta, com a participação simultânea da população em todo o processo, que se torna complexo e minucioso. No entanto, para representar a identidade – singularidade de indivíduos ou de um grupo –, esse trabalho, complexo, torna-se ação indispensável para a obtenção de resultados.

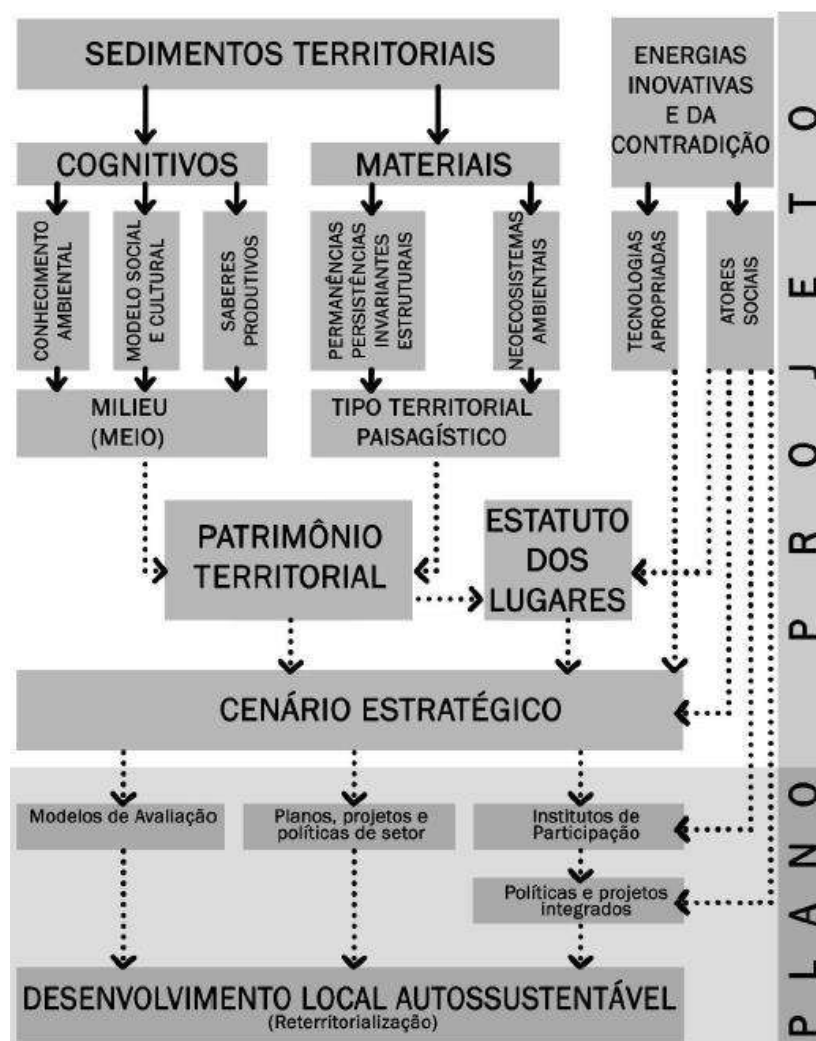
⁶⁹ O estatuto consiste em um instrumento normativo capaz de descrever as características identitárias dos lugares. Por meio dele são definidas as regras de transformação territorial, identificadas por análise das invariâncias estruturais presentes na longa duração do território (MAGNAGHI, 2010). Pela característica dinâmica do território, o qual permanece em constante transformação, entende-se que o estatuto atua em registro do contexto no qual é produzido, sob perspectivas sócio-espácio-temporais. Sua fase de construção evidencia “um ato contextualizado do ponto de vista histórico e social” (MAGNAGHI, 2010, p. 155, tradução nossa). Desse modo, contribui para o desígnio de estratégias a serem desenvolvidas em cenário estratégico, não carecendo, no entanto, de uma contínua revisão e atualização com o passar do tempo.

O quarto movimento é indicado por Magnaghi (2005) como um complemento do estatuto previamente consolidado, a partir da elaboração de cenários estratégicos que irão efetivamente determinar os projetos para a operação do território, sob as diversas demandas apresentadas previamente. Nesse sentido, constitui-se o último movimento do ciclo processual linear, caracterizado pela retomada às etapas anteriores, que contribuirá para a resolução de inconsistências, revisão e atualização das informações adquiridas, sintetizadas e propostas.

A sequência de movimentos apresentada salienta o caráter processual de atuação sobre o território, no entanto, é importante perceber que também é reiterado o caráter processual da própria constituição e transformação territorial, a partir da interação constante entre os sujeitos e o lugar. A continuidade das discussões provenientes dos cinco movimentos constitui uma organização processual (Figura 3) que encaminha as ações para o desenvolvimento local, entendido pelo autor como autossustentável⁷⁰. Através deste esquema, podem ser percebidos os processos que levam à formação do patrimônio territorial, em paralelo à atuação de energias da inovação e contradição atuantes sobre o território, que, em conjunto com o próprio patrimônio territorial revelado levam à formação do estatuto dos lugares e, por sua vez, à constituição de cenários estratégicos, em etapa projetual. Para o plano, são incorporados modelos de avaliação, projetos e políticas integradas, as quais encerram a relação de procedimentos a serem realizados, culminando, por fim, no desenvolvimento local, que para o autor coincide com o movimento de reterritorialização.

⁷⁰ O desenvolvimento local pode ser compreendido como um projeto de crescimento de um determinado recorte sócio-espacial, obtido através do reconhecimento e valorização do patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2001, p. 19). Possui caráter transdisciplinar, envolvendo a elaboração de cenários futuros integrados, que visam reduzir o predomínio da ação enviesada pela economia, ao favorecimento da cultura, da sociedade e do ambiente natural. Além disso, requer uma elaboração de projetos intersetoriais presentes na dinâmica territorial, dependendo de energias de diferentes áreas para melhor tratamento dos problemas específicos de todas as instâncias da sociedade (MAGNAGHI, 2001). Magnaghi (2010, p. 80, tradução nossa) indica que o desenvolvimento autossustentável garante a salvaguarda ambiental (sustentabilidade ambiental), qualidade territorial (sustentabilidade territorial), a defesa e valorização do bem comum (sustentabilidade social), a busca pelo autogoverno em dinâmicas de autonomia total dos habitantes na resolução das ações sobre o território (sustentabilidade política) e constituição de uma base produtiva na geração de riquezas locais (sustentabilidade econômica).

Figura 33: Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável



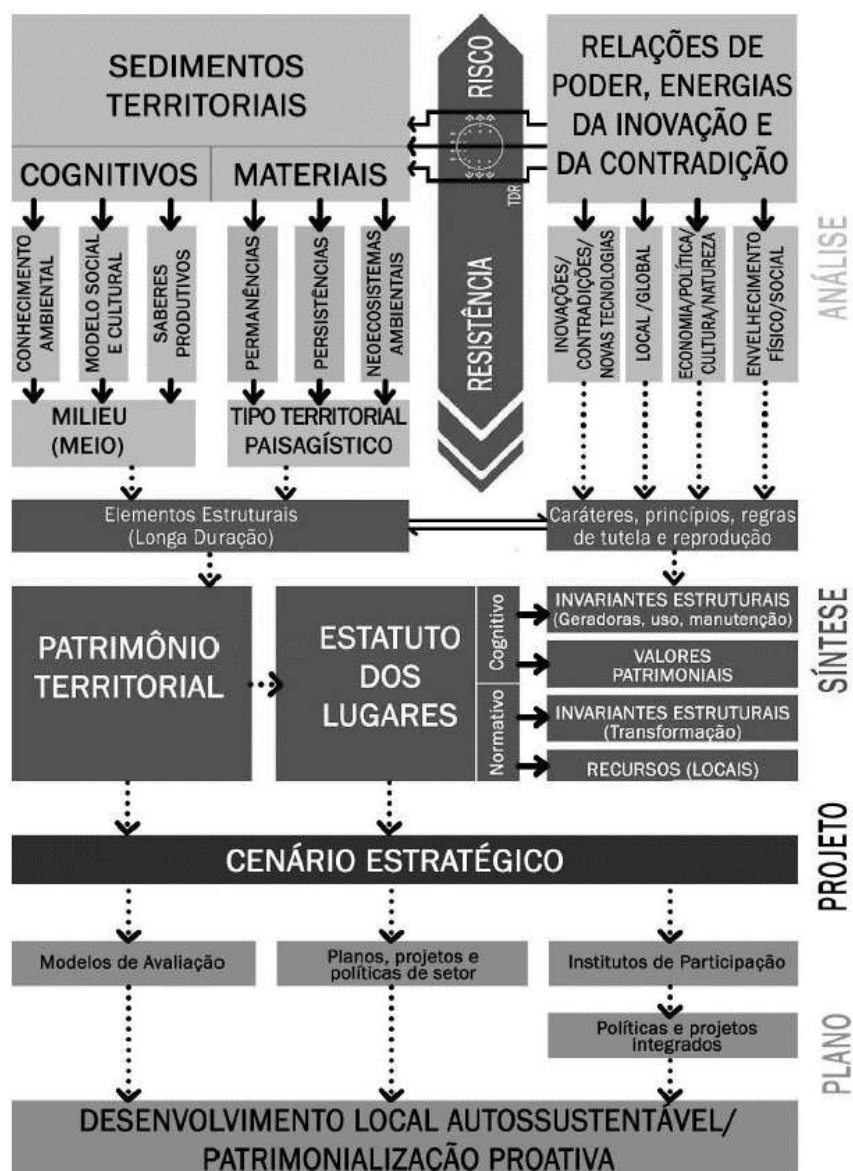
Fonte: MAGNAGHI, 2005, p. 8 (Tradução por Nossa (2020))

A ampliação realizada por Damiany Nossa (2020) propõe uma revisão nesse processo analítico-processual apresentado por Magnaghi (2005). Nessa, a autora propõe a fragmentação das etapas processuais em quatro momentos, a fim de reorganizar os procedimentos e indicar uma ampliação interpretativa da relação entre esses e o próprio território, aproximando a discussão metodológica do contexto brasileiro⁷¹. As etapas constituem *análise*, *síntese*, *projeto* e *plano*, todas orientadas para o desenvolvimento local autossustentável, como objetivo geral comum entre as abordagens relacionais apresentadas. Além da nova segmentação das etapas e da adição de caracteres identificados ao longo do processo, a autora atribui uma nova dinâmica às interações incorporadas na abordagem de Alberto Magnaghi, as quais se relacionam ao curso

⁷¹ É válido ressaltar que o trabalho de Damiany Nossa (2020) visa contribuir com a investigação de riscos e resistências do patrimônio territorial. No entanto, ainda que exista esse direcionamento, a leitura da organização esquemática permanece condizente com a discussão apresentada por Magnaghi (2005) e, por esse motivo, avança na compreensão da teoria territorialista e contribui diretamente para a articulação de conceitos e processos para a patrimonialização proativa.

dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, salientando as particularidades locais para o aprimoramento da etapa de projeção que atenda às necessidades provenientes dos lugares.

Figura 34: Revisão do esquema analítico-processual proposto por Nossa (2020)



Fonte: NOSSA, 2020, p. 43

Ambas contribuições articulam estratégias para o entendimento do processo de valorização do patrimônio territorial visando o desenvolvimento local, sendo essas estratégias provenientes do delineamento de Magnaghi (2005) para o retorno aos lugares.

Comparando os esquemas processuais apresentados pelos autores e os pressupostos apresentados por Daniela Poli (2015), é possível identificar correspondências processuais entre os mesmos. Essas correspondências enfatizam a possibilidade de correlação entre os processos. Aliás, não somente uma correlação, mas uma incorporação de um escopo processual inserido

no outro, ainda mais se voltarmos a afirmar que ambos, o processo de retorno aos lugares e o processo de patrimonialização proativa identificam como objetivo alcançar o desenvolvimento local. A patrimonialização proativa, no entanto, por consistir em um sistema voltado à valorização do patrimônio territorial, sendo um subsídio para as posteriores ações de planejamento e projeto, pode ser evidenciada não em todo o esquema analítico-processual apresentado por Magnaghi (2005) e, posteriormente, por Nossa (2020), mas em momentos específicos, a serem indicados a seguir.

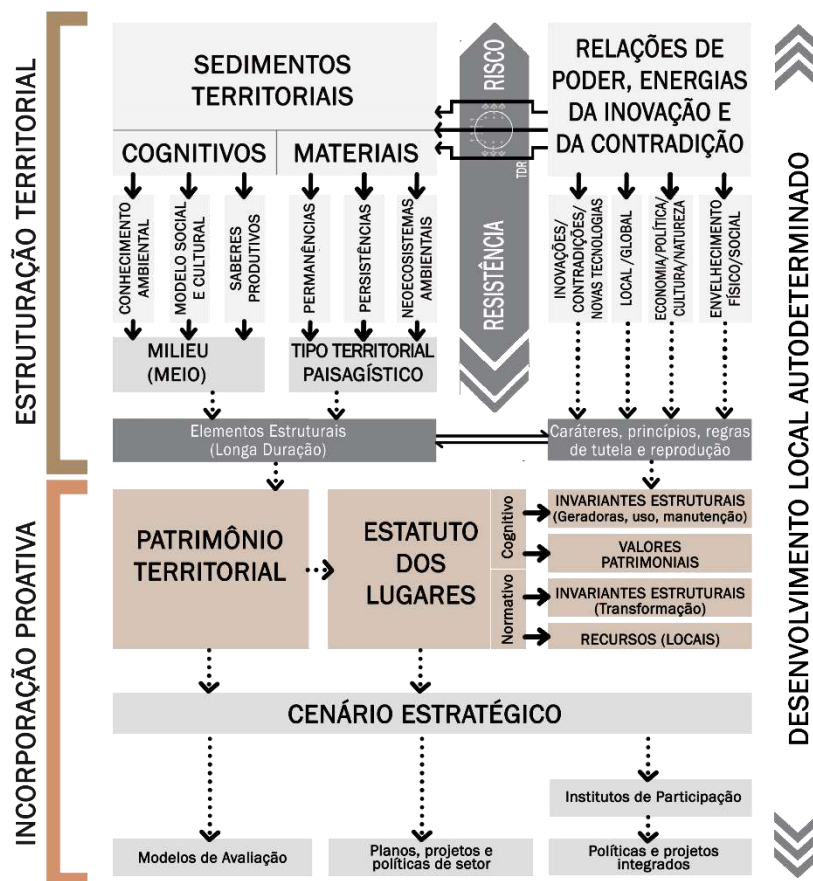
Sob um olhar mais específico para o conteúdo metodológico para a patrimonialização proativa, enquanto modelo participativo para a instauração de regras, normas e estratégias de ação territorial, é perceptível a potência inerente a determinados aspectos referentes ao retorno aos lugares para que o caráter referente à patrimonialização seja salientado, não parando somente na intenção de serem definidos objetivos ou na caracterização do desenvolvimento a ser alcançado. Contudo, é na representação e discussão apresentada por Nossa (2020) que a visualização da incorporação proativa se torna mais evidente, demandando primariamente um esforço para o entendimento de como o processo da patrimonialização é discutido ou presumido pelos autores.

O primeiro indício claro dessa incorporação é visualizado no momento em que Nossa (2020) contribui equiparando o desenvolvimento autossustentável – primariamente identificado por Magnaghi (2005) como uma qualificação para a reterritorialização –, com o que a princípio se identifica como patrimonialização proativa, o que comparando com o que apresenta Magnaghi (2005) pode ser compreendido como reterritorialização. Desse modo, a patrimonialização apresenta-se enquanto processo de reconstituição processual, desenvolvido ao fim de todos os procedimentos para a operação territorial. No entanto, a partir de Poli (2015), entende-se que essa não consiste em um procedimento pontual, mas um mecanismo articulado com os demais processos que envolvem a operação do território, para que, com as ações desenvolvidas se possa alcançar o desenvolvimento autodeterminado. O mecanismo, assim, é potencializado em determinados momentos da dinâmica territorial pela própria articulação entre as ações de patrimonialização e de manejo dos sedimentos territoriais a serem reconhecidos como patrimônio.

Assim sendo, seguindo pela representação esquemática elaborada por Nossa (2020), torna-se perceptível que é na etapa de *síntese*, após a estruturação territorial, que se apresentam as principais foças do processo de patrimonialização, pois é nesse momento que se revelam os

valores de existência e uso do território e, pela participação ativa dos habitantes, o patrimônio territorial é definido, qualificado e operado.

Figura 35: Indicação da força de atuação da patrimonialização proativa a partir do esquema analítico-processual de Nossa (2020)



Fonte: KOFFER, 2021

A definição dos princípios de operação sobre o patrimônio territorial é uma qualificação inerente aos cinco movimentos propostos por Magnaghi (2005), bem como em toda a estrutura analítica-processual, evidenciada pelo estatuto dos lugares. Nossa (2020) indica em sua representação os dois seguimentos de registros realizados no estatuto dos lugares: um sob aspecto cognitivo e outro normativo. Sob aspecto cognitivo apresentam-se as invariâncias estruturais que se determinam inerentes aos indivíduos/ sujeitos, pelo uso, manutenção e valorização do patrimônio. Sob aspecto normativo consideram-se as invariâncias estruturais inerentes à transformação territorial, bem como a identificação e manejo dos recursos locais.

Seguindo o que apresenta Poli (2015), em correlação com os termos e significados, os valores patrimoniais indicados podem ser assumidos como valores de identidade, recurso e capital territorial, os quais, de maneira prática, são unificados em registro pelo estatuto, para que, em coexistência, sejam articulados na elaboração dos cenários estratégicos *a posteriori*. Essa

articulação também indica a força de um processo proativo à medida em que são entendidos os papéis dos agentes de transformação, como portadores dos atributos indutores da organização social para o desenvolvimento.

Todavia, mesmo que materializada na etapa de *síntese* e mais incisivamente na elaboração do estatuto dos lugares, pela participação dos habitantes, a patrimonialização perpassa outros movimentos no amplo esquema analítico-processual supracitado. Como prevê-se na teoria participativa, os institutos de participação e a democracia participativa constituem modelos presentes desde os primeiros movimentos do mecanismo proativo, para alcançar a identificação, valoração e operação dos bens territoriais.

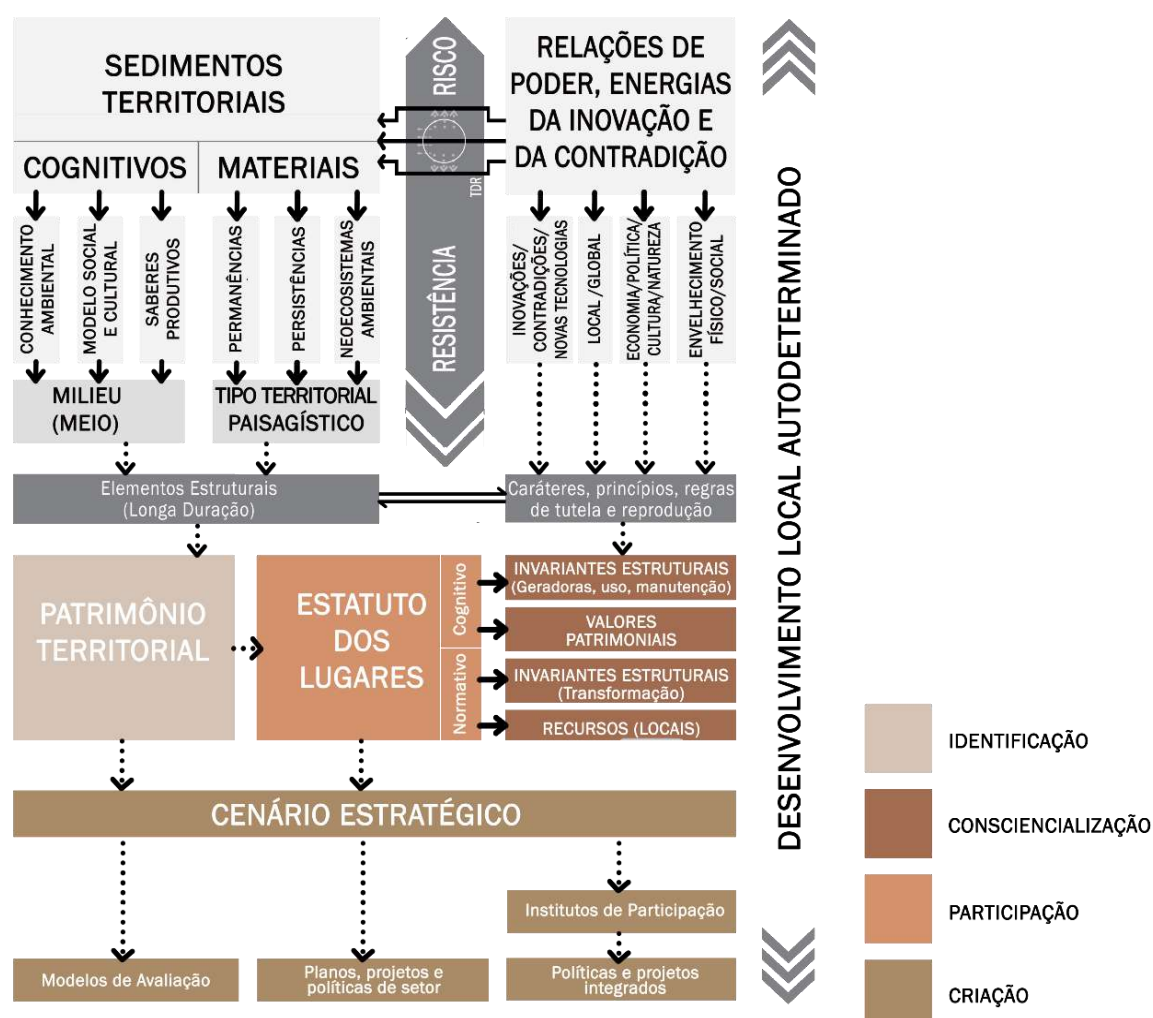
Dessa forma, observando sobretudo a contribuição de Poli (2015) no quarto pressuposto indicado, o qual indica a criação de valores adicionais para o território, atenta-se para a qualidade de o mecanismo proativo não ser inserido de momentos de identificação e registro, ou elaboração de normativas, mas na intervenção propriamente dita. Nesse sentido, o estatuto dos lugares, que contribui com as ações participativas para registrar o cenário atual do patrimônio territorial, estabelece-se como desencadeador de uma série de ações provenientes do sistema que, em determinado momento, se reconstituem em autogestão e na garantia da continuidade processual.

Assim, para que seja identificado o alcance da patrimonialização proativa no desenvolvimento local, pressupõe-se posicionar cada ação do mecanismo em correlação com os sistemas de dinâmica territorial, também a partir da representação de Nossa (2020) para esse (Figura 36). Primariamente, considera-se a *identificação* dos ativos proposta por Poli (2015) presente na constituição do patrimônio territorial. A identificação desse patrimônio, por consequência, infere diretamente no fomento às políticas de inclusão e democratização dos processos, para que os habitantes efetivamente tornem-se atores sociais, fundamentando os aparatos normativos, de identificação e valoração.

Os principais fatores para o reconhecimento dos valores de identidade, recurso e capital, bem como dos próprios sujeitos que os reconhecem, incidem sobre a pertinência das ações de *consciencialização*, mantenedoras do significado do patrimônio enquanto bem e processo comum a todos, mediando o sentimento de pertença que confia aos atores sociais sua responsabilidade proativa. Assim a revelação dos interesses coletivos, a evidência das relações de poder e a descrição dos valores locais são garantidas, em articulação com as ações participativas.

Indica-se, então, a articulação entre as ações de *consciencialização* e *participação*, do mecanismo proativo. Essa articulação é definidora da definição estatutária, que posteriormente é concretizada em estratégias definidas pelo cenário estratégico e em resolução de planos, projetos e políticas a serem viabilizados. Tal abordagem, de caráter incisivo, apresenta a ação de *criação* como organizadora das elaborações estratégicas vinculadas principalmente à autoprodução coletiva, ao planejamento estratégico e ao uso e manutenção do território. Essa articula-se com as demais por intermédio de procedimentos correspondentes, principalmente a partir da representação social, propulsora de diversos movimentos intrínsecos ao mecanismo proativo.

Figura 36: Identificação das ações provenientes do mecanismo proativo dentro dos processos relacionais voltados à atuação sobre o território, a partir da contribuição de Nossa (2020)



Fonte: KOFFER, 2021 (adaptado pela autora)

A partir da análise apresentada, é possível afirmar que o processo de patrimonialização não pode e nem deve ser identificado como um processo isolado, ou pontual, em uma disciplina aquém das dinâmicas territoriais e das estratégias operativas para tal. No entanto, a

patrimonialização entendida como proativa, estabelece-se como um sistema complexo indivisível e complementar aos processos internos de manejo territorial, contribuindo diretamente não só para a identificação de sedimentos ou para a valoração do território, mas para suscitar os demais processos que compõem e organizam os ciclos de territorialização para o alcance do desenvolvimento autodeterminado.

É importante indicar que o estudo do mecanismo proativo não consiste somente em dar continuidade à discussão apresentada por Daniela Poli (2015), mas reorganizar ações a serem desenvolvidas para a preservação dos bens pertencentes a um grupo, à determinação de uma perspectiva em que o habitante é identificado como protagonista, reconhecendo, atribuindo valor e suscitando o fomento à memória coletiva local, para uma evolução coesa entre os sedimentos territoriais e as relações sociais em um desenvolvimento autodeterminado. Desse modo, indica-se um percurso possível para o crescimento da sociedade local e sua capacidade de autogoverno, por uma lógica de ordem endógena capaz de suscitar, na comunidade local, processos de reconhecimento, organização e operação do patrimônio territorial, pressupondo a ativação dos ativos territoriais, de maneira a integrar a díade patrimônio-desenvolvimento.

ANEXO I

Pesquisadora: Amanda Lovatti Coelho Koffer

Orientadora: Renata Hermann de Almeida

Título da dissertação: A força mobilizadora do binômio sujeito-lugar na patrimonialização proativa

Roteiro de interação com a comunidade no workshop “*Un progetto integrato per valorizzare il patrimonio e l’identità di Araçatiba, Viana/ES*”⁷²

⁷² Um projeto integrado para valorizar o patrimônio e a identidade de Araçatiba, Viana/ES.

I ENCONTRO DE CO-PLANEJAMENTO

OBJETIVO

Recolher observações e percepções sobre os pontos fortes e fracos do território.

REALIZAÇÃO

Durante o dia, a partir das 15h30, decorrerão três atividades simultâneas:

Atividade 1 | atividade lúdica de desenho com as crianças;

Atividade 2 | caminhada exploratória;

Atividade 3 | diálogo com os idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

PERGUNTAS DE DISCUSSÃO PARA FACILITADORES

Atividade 1 | Perguntas para as crianças

Onde você gosta de passar o tempo em Araçatiba? Vamos desenhar juntos? Você gosta de morar aqui? Você estuda aqui? Onde você costuma brincar? Com quem?

Atividade 2 e 3 | Perguntas úteis para discussão das atividades 2 e 3

Presente

i. Perfil do participante

Você mora em Araçatiba? Há quanto tempo?

ii. Uso do espaço

Você passa mais tempo em ambientes fechados ou ao ar livre? Quando você está ao ar livre: o que você faz? Onde você passa mais tempo? Com quem? Você tem uma horta? Onde? Perto de casa?

iii. Forças e fraquezas

Você gosta de morar aqui? O que você mais gosta em Araçatiba? O que você gosta menos?

Passado

Você tem alguma lembrança relacionada a esse lugar que queira nos contar? Há quanto tempo sua família mora aqui?

Futuro

O que você deseja para o futuro de Araçatiba? O que você mudaria?

MATERIAIS

Atividade 1 | atividade lúdica de desenho com as crianças

- Folha grande em branco;

- Suporte para ser colocado sob o papel; ferramentas de desenho.

Atividade 2 | caminhada exploratória

- Mapa em formato A4 para facilitadores da caminhada (com as mesmas informações do mapa da atividade 3);

- Pastas de suporte para mapas e canetas.

Atividade 3 | diálogo com idosos (dificuldades de locomoção)

- Mapas coloridos em formato A1 contendo funções essenciais do território (enquadramento territorial, com enfoque urbano);

- Fita adesiva; canetas; post-it; folhas em branco para anotação de temas mais complexos; água e comida; mesa e assentos.